



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Luciana Karine de Souza Sena

**O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para
uma resposta adequada aos estudantes jovens
e adultos do Curso de Comércio do *Campus*
Natal - Zona Norte**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Luciana Karine de Souza Sena

**O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para
uma resposta adequada aos estudantes jovens
e adultos do Curso de Comércio do *Campus*
Natal - Zona Norte**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Educação
Área de especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Maria Torre Carvalho Viana

DECLARAÇÃO

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual

CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o Mestre dos mestres, Aquele que graciosamente e surpreendentemente me faz desfrutar bem mais do que mereço, peço, penso e sonho. Toda honra, glória e louvor a Ele pela conclusão desse mestrado nas terras d'além mar!

Aos meus pais Jorge e Tereza Sena, à minha irmã Ana Luiza Sena e aos amigos mais chegados que irmãos, em especial Bruno Jehu e Sharlene Souza, por acreditarem muito mais em mim que eu mesma. Vocês são dignos da minha gratidão simplesmente por serem quem são e estarem onde estão: ao meu lado, sempre. Obrigada por tudo e por tanto!

A minha orientadora, professora Isabel Viana. Seu incentivo e motivação calorosos fizeram diferença durante todas as etapas do estudo, seja pelas conversas no Skype ou pelos e-mails partilhados. Obrigada pela presença, mesmo à distância, me dando ânimo para chegar até aqui.

Aos amigos da turma de Desenvolvimento Curricular e Avaliação, Prisc(h)illa Fernandes e Jobson Maranhão. Ter vocês ao lado trouxe leveza a essa jornada, inclusive às madrugadas de aulas de cada sábado. Juntos, conseguimos!

Aos mais que colegas de trabalho, meus amigos da Pró-Reitoria de Ensino do IFRN, em especial a Everaldo Pereira e Edneide Rocha, com os quais divido a rotina laboral e dos quais recebi a mais sincera compreensão e colaboração para conclusão dessa etapa da minha vida acadêmica.

Aos professores e alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal Zona - Norte sem os quais essa dissertação não faria sentido. A contribuição valiosa trouxe disposição para desenvolver o estudo e dar minhas contribuições em busca da educação de qualidade na perspectiva emancipatória, democrática e da justiça social.

Recebam toda a minha gratidão como a parte que lhes cabe por essa conquista. No bom português, ela é tão vossa quanto minha!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais, declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte

No âmbito do surgimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em atendimento à demanda do estado, iniciou a oferta do programa em 2007 pautado pela óptica do currículo integrado com intenção de promover inclusão escolar e emancipação. Nesse contexto, este estudo problematiza a forma de organização dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo PROEJA para responder às especificidades dos estudantes jovens e adultos beneficiários do programa, tendo como foco o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte, e os desafios para adequações curriculares que se colocam ao IFRN e aos docentes implicados.

A partir da abordagem qualitativa e interpretativa, realizou-se revisão de literatura para análise das concepções sobre currículo reveladas nos documentos oficiais do PROEJA e do IFRN, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em questão referente à estrutura curricular e às especificidades dos seus estudantes. Utilizaram-se as técnicas de inquérito por questionário e de grupo focal para coleta dos dados e os resultados foram interpretados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Esteves (2006).

A considerar os dados coletados a partir dos questionários, foi possível conhecer que as turmas do curso são compostas, prioritariamente, por alunos do sexo feminino, entre a 18 a 35 anos, solteiros e sem filhos, estudantes sem outra ocupação profissional. Como principal motivação para ingresso no IFRN e no curso em questão, destacaram o interesse em atuar ou por já atuarem no comércio e a busca pelo conhecimento na área do curso ofertado. No que se refere ao que conhecem e opinam sobre o PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, revelaram desconhecimento e falta de apropriação sobre o documento, mas declararam, em sua maioria, estarem satisfeitos com o curso.

Em relação aos desafios para adequação curricular do PPC do curso quanto às especificidades dos seus beneficiários, os docentes destacaram a heterogeneidade dos alunos no que se refere à abrangência da faixa etária em que estão distribuídos e à forma como essa diversidade reflete na aprendizagem; reforçaram a importância de prezar pelo desenvolvimento das competências necessárias para certificação do técnico em Comércio; e, reconheceram a necessidade de formação na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do PROEJA. Há que se pontuar que, apesar do envolvimento e do compromisso com o curso ofertado pelo programa e com seus alunos, os docentes destacaram a indisponibilidade de tempo para dedicação às demandas do PROEJA tendo em vista que atuam em todas as modalidades e níveis de ensino ofertados pelo *Campus* Natal - Zona Norte.

A partir desses resultados, o estudo contribui para compreensão das especificidades do programa na perspectiva de construção de uma proposta curricular adequada aos seus beneficiários, visando a consolidação do PROEJA como uma política pública permanente no campo da Educação Profissional e Tecnológica a partir da excelência histórica da educação ofertada pelos institutos federais.

Palavras-chave: Currículo, Educação de Jovens e Adultos, PROEJA.

ABSTRACT

THE PROEJA at IFRN: Curricular challenge to answer properly the students Youth and Adult from the trade's course in the Campus Natal - North Zone

In the ambit of the emergence of the national Program of integration of the professional education with the basic education, in the modality of Youth and Adult Education (PROEJA) The Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), in response to state demand, started offering the program in 2007, based on the integrated curriculum with the intention of promoting school inclusion and emancipation. In this context this study problematizes the organization of the pedagogical projects of the courses offered by PROEJA to answer the specificities of the students youth and adults who are benefited by the program, having the aim the technical trade's course integrated PROEJA offered by the campus Natal - North Zone, and the challenges for the curriculum adequation that present to the IFRN and to the teachers involved.

Starting from qualitative approach and interpretive conducted a literature review to analyze the conceptions of curriculum revealed in the official documents of PROEJA and IFRN, including the Pedagogical Project of the Course (PPC) on issues related to the curriculum structure and specificities of its students. Used as survey and focus group research techniques for data collection and the results were interpreted from the content analysis proposed by Bardin (2011) and Esteves (2006).

To consider the data collected from the questionnaires, it was possible to know that the classes of the course are mainly composed of female students, between 18 and 35 years old, single and without children, students without other professional occupation. As the main motivation for joining IFRN and the course in question, they highlighted their interest in working or already working in commerce and the search for knowledge in the area of the offered course.

Regarding what they know and think about the PPC of the Technical Course on Integrated trade PROEJA, they revealed lack of knowledge and lack of appropriation about the document, but stated, for the most part, that they were satisfied with the course. Regarding the challenges for the curricular adequacy of the course's PPC regarding the specificities of its beneficiaries, the teachers highlighted the heterogeneity of the students regarding the age range in which they are distributed and how this diversity reflects on learning; reinforced the importance of valuing the development of the necessary skills for certification of the trade technician; and recognized the need for training in the area of Youth and Adult Education (EJA) and PROEJA. It should be noted that, despite the involvement and commitment to the course offered by the program and its students, the teachers highlighted the unavailability of time to dedicate to the demands of PROEJA considering that they work in all types and levels of education offered by the Natal Campus - North Zone.

Starting from this results, the study contributes to the understanding of the specificities of the program from the perspective of building a suitable curriculum proposal to its beneficiaries, aiming at the consolidation of PROEJA as a permanent public policy in the field of Vocational and Technological Education from the historical excellence of the program. education offered by federal institutes.

Keywords: Curriculum, PROEJA, Youth and Adult Education.

LISTA DE SIGLAS

CEFET –	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-RN –	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CNCT –	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CEB –	Conselho Nacional de Educação
CNE –	Conselho Nacional de Educação
EaD –	Educação à Distância
EIFRN –	Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte
EIN –	Escola Industrial de Natal
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
ETEP –	Equipe Técnico-Pedagógica
ETFRN –	Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte
ENCCEJA –	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
IF –	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
IFRN –	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFSul –	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
INEP –	Instituto Nacional de Pesquisas em Educação
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC –	Ministério da Educação
MOBRAL –	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NCE –	Núcleo Central Estruturante
PDI –	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC –	Projeto Pedagógico do Curso
PPP –	Projeto Político-Pedagógico
PROEJA –	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RN –	Rio Grande do Norte
SEMURB –	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Natal
SUAP –	Sistema Unificado de Administração Pública
UC –	Unidade de Contexto
UNED –	Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de distribuição dos 21 <i>campi</i> do IFRN pelo Estado do RN	45
Figura 2. Aplicação de questionário a alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no Laboratório de Informática do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	52
Figura 3. Organização da sala do Laboratório de Gestão do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN para realização da sessão única do grupo focal	58
Figura 4. Realização de grupo focal com professores do Núcleo Tecnológico de Gestão e Negócio do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	60
Figura 5. Representação gráfica do desenho e da organização curricular dos cursos técnicos integrados na modalidade EJA	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	68
Gráfico 2. Sexo dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	68
Gráfico 3. Estado civil dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	69
Gráfico 4. Número de filhos que têm os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	69
Gráfico 5. Ocupação principal dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	72
Gráfico 6. Participação dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte na renda familiar	72
Gráfico 7. Idade de início escolar dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	74
Gráfico 8. Ano de conclusão do Ensino Fundamental dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	74
Gráfico 9. Até que série estudaram os alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	75

Gráfico 10. Modalidade em que estudaram os alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	76
Gráfico 11. Tempo de ausência escolar dos alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	77
Gráfico 12. Ano de ingresso dos alunos no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	78
Gráfico 13. Período que estão cursando os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	78
Gráfico 14. Motivação dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte para ingresso no IFRN	80
Gráfico 15. Motivação dos alunos para ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	81
Gráfico 16. Participação no NCE de Tecnologia em Marketing e Técnico em Comércio do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	83
Gráfico 17. Sexo do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	83
Gráfico 18. Idade do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	84
Gráfico 19. Tempo de experiência no IFRN do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	85
Gráfico 20. Tempo de experiência do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN com a modalidade EJA	85
Gráfico 21. Conhecimento dos alunos sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	96
Gráfico 22. Satisfação dos alunos com o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	98
Gráfico 23. Sugestões dos alunos para melhorias no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias e indicadores referentes ao Tema I – Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	64
Quadro 2. Categorias e indicadores referentes ao Tema II – Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	64
Quadro 3. Categorias e indicadores referentes ao Tema III – Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	65
Quadro 4. Codificação dos participantes da sessão do grupo focal nas suas respectivas Unidades de Contexto (UC)	66
Quadro 5. Matriz curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	93
Quadro 6. Comparação da carga horária dos componentes curriculares dos Cursos Técnicos em Comércio Integrado e Integrado PROEJA	95

Sumário

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE SIGLAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE QUADROS	x
Introdução	13
Capítulo I	
Problemática da Investigação	17
1.1. Estado da Arte	17
1.2. Questões de Investigação	22
1.3. Objetivos da Investigação	22
Capítulo II	
Enquadramento Teórico	23
2.1. Histórico e bases legais da educação de jovens e adultos e do PROEJA no Brasil	23
2.2. Oferta do PROEJA nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o currículo integrado no contexto das especificidades dos jovens e adultos beneficiários do programa	29
2.2.1. Especificidades dos alunos jovens e adultos beneficiários do PROEJA	29
2.2.2. Adequação da teoria curricular crítica e do currículo integrado à proposta do PROEJA	32
2.2.3. Proposta curricular do PROEJA no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	36
Capítulo III	
Enquadramento Metodológico	40
3.1. Natureza da Investigação	40
3.2. Contexto do Estudo	42
3.2.1. Caracterizando o IFRN	42
3.2.2. Caracterizando o <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	46
3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	47
3.3.1. Questionário	48
3.3.1.1. Elaboração e aplicação dos questionários	48
3.3.2. Grupo Focal	52

3.3.2.1. Realização do Grupo Focal	54
3.4. Análise de conteúdo como técnica de interpretação dos resultados	61
3.4.1. Categorização dos dados coletados no grupo focal	63
3.5. Participantes do estudo	66
3.5.1. Alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	66
3.5.2. Grupo Focal – Corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	82
3.6. Questões Éticas da Investigação	86
Capítulo IV	
Apresentação e interpretação dos resultados	88
4.1. O Projeto Pedagógico e a estrutura curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte	88
4.2. O que dizem os alunos sobre o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN e sua proposta curricular	96
4.3. O que dizem os professores sobre o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN e sua proposta curricular	100
4.3.1. Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	101
4.3.2. Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	109
4.3.3. Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	115
Considerações Finais	122
Referências Bibliográficas	127
Anexos e Apêndices	136
Anexo 1. Carta de Anuência para realização da pesquisa	137
Anexo 2. Declaração para utilização do nome do IFRN no estudo	138
Apêndice 1. Requerimento para realização de investigação	139
Apêndice 2. Convite para participação no estudo	140
Apêndice 3. Termo de Autorização para participação no estudo	141
Apêndice 4. Guião do Grupo Focal	142

Introdução

Como política pública, visando o rompimento de discontinuidades e garantir aos jovens e adultos o acesso ao ensino público de qualidade, a partir da integração da educação profissional com a educação básica, na perspectiva de inclusão social e emancipação, surge, no Brasil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), regulamentado pelo Decreto nº 5.478/2005, em seguida ampliado pelo Decreto nº 5.840/2006. Esse último, dentre outras determinações, delibera que 10% das vagas dos Institutos Federais (IF) de educação profissional devem ser destinados ao PROEJA, ampliando a oferta a partir de 2007.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), iniciou sua oferta do PROEJA em 2007, em cumprimento do disposto nos referidos decretos, com intenção de promover a inclusão escolar e atender à demanda regional do estado.

O Censo Escolar da Educação Básica brasileira, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas em Educação (INEP) em 2018, considera o total das matrículas iniciais em todas as redes de ensino do país: creche, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo os cursos do Ensino Médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrados à Educação Profissional, nos quais se enquadram os cursos ofertados pelo PROEJA. Os resultados referentes ao Ensino Médio na modalidade EJA ainda podem ser considerados bem tímidos, uma vez que correspondem a um percentual de apenas 2,8% do total de mais 37 milhões de alunos matriculados no Brasil. No Rio Grande do Norte (RN) esse percentual é ainda menor, tendo em vista que os 15.364 alunos do Ensino Médio na modalidade EJA correspondem a 2,5% do total de 616.809 alunos matriculados no estado. Ao se considerar que as matrículas no PROEJA estão contempladas nesses números, reconhece-se que o percentual ainda é mais baixo em relação aos alunos beneficiários do programa (Instituto Nacional de Pesquisas em Educação [INEP], 2018).

O Relatório de Gestão do IFRN do mesmo ano de 2018 reflete essa tendência nacional ao apresentar como um dos seus indicadores que as matrículas nos cursos de PROEJA corresponderam apenas a 1,57% do total de vagas ofertadas, sendo o equivalente a 479 alunos de um total de 30.683 matriculados. Esse decréscimo nas matrículas PROEJA ocorreu a partir de 2013, ano que vários *campi* do IFRN descontinuaram a oferta do PROEJA em virtude do alto índice de evasão desses cursos.

Diante do descumprimento do percentual previsto no Decreto nº 5.840/2006 para as matrículas do PROEJA nos institutos federais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRN

para os anos de 2019 a 2026 aponta como medidas de enfrentamento a esse indicador, o comprometimento de todos os *campi* em ofertar vagas de PROEJA, tendo em vista que, dos 21 espalhados pelo estado do RN, apenas 4 *campi* mantiveram ofertas na modalidade, cada um com ingresso anual de 1 turma por curso. Além dessa medida, pretende-se investir na capacitação dos coordenadores dos cursos PROEJA e na realização de reuniões periódicas para acompanhamento a partir de visitas técnicas *in loco* nos *campi* ofertantes da modalidade.

A considerar o que determina o Decreto nº 5.154/2004, a respeito da integração da educação profissional à educação básica, os cursos do PROEJA no IFRN estão pautados pela óptica do currículo integrado. Além disso, o Decreto nº 5.840/2006 exige o cumprimento integral da carga horária mínima estabelecida para cada uma das áreas profissionais, mas permite uma redução de até 50% na carga horária da formação geral e também determina que é decisão de cada instituição o estabelecimento da carga horária máxima para os conteúdos vinculados a essa formação geral. A partir desse aspecto legal, o PROEJA no IFRN foi implantado como uma réplica do currículo do Ensino Médio regular apenas com carga horária reduzida.

Diante do quadro institucional referente ao percentual de matrículas é necessário compreender a importância da discussão do currículo do PROEJA, considerando-o não apenas um currículo de EJA, nem apenas de educação profissional, devendo ser um currículo próprio para o programa, voltado para estudantes que trabalham ou que querem trabalhar enquanto estudam, o que não lhes possibilita o acesso e permanência numa escola regular. Os cursos ofertados pelo PROEJA no IFRN necessitam, portanto, considerar, nos seus projetos pedagógicos e nas suas matrizes curriculares, a realidade dos estudantes desta modalidade de ensino, reconhecendo as suas trajetórias e experiências, que não corresponde à do estudante adolescente e jovem do Ensino Médio em idade regular.

Enquanto membro da Equipe Técnico-Pedagógica (ETEP) do IFRN, atuando no *Campus* Natal - Zona Norte em que é ofertado o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, há que destacar a inquietação que surge quando da necessidade de adequação da proposta curricular aos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo programa para resposta adequada aos estudantes jovens e adultos beneficiários. Pois, neste contexto, dentre as suas atribuições, assume responsabilidade no planejamento, no acompanhamento, na avaliação dos planos pedagógicos dos cursos, no que concerne aos aspectos de aprendizagem da EJA e à elaboração das matrizes curriculares dos cursos do PROEJA, de forma a responder às especificidades da modalidade, com ênfase na adequação metodológica. Com base neste entendimento, é premente problematizar tal questão a fim de que a

excelência histórica da educação profissional e tecnológica ofertada pelos Institutos Federais seja mantida e ampliada para a modalidade da educação para jovens e adultos e que o programa em questão se consolide como uma política pública permanente no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

Para discussão teórica da problemática em questão, na perspectiva interpretativa, esta investigação seguiu revisão de literatura e análise do que está previsto na legislação que rege o PROEJA e documentos institucionais que regulamentam o programa no âmbito do IFRN. Após coleta de dados a partir de inquérito por questionário e grupo focal, a abordagem qualitativa permitirá analisar, em termos práticos, em que aspectos o currículo proposto no PPC de Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN está adequado aos estudantes beneficiários do programa.

A dissertação discorrerá sobre o resultado da investigação em 4 capítulos, além da presente Introdução e das Considerações Finais.

O Capítulo I trata da **Problemática da Investigação**, envolvendo o mapeamento do estado da situação prática da investigação em torno do currículo integrado do PROEJA no contexto dos Institutos Federais como objeto de estudo, as questões de investigação com base nos resultados apresentados e os objetivos da presente investigação.

O Capítulo II, **Enquadramento Teórico**, traz, em uma perspectiva de análise crítico-reflexiva, o enquadramento teórico que fundamenta a investigação, envolvendo o histórico e o enquadramento legal da EJA no Brasil, com ênfase ao surgimento e à trajetória do PROEJA, incluindo a implantação do programa nos Institutos Federais. Tendo por base a oferta do PROEJA nos IF, o capítulo ainda versará sobre o currículo integrado proposto pelo programa a considerar as especificidades dos seus beneficiários no contexto da integração entre educação básica e educação profissional.

O **Enquadramento Metodológico**, de que trata o Capítulo III, descreve o percurso metodológico seguido, resguardadas questões éticas que permearam a investigação. Apresenta a natureza qualitativa da investigação, os procedimentos de recolha de dados por meio de inquérito por questionário e grupo focal e a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), na perspectiva de Esteves (2006) para interpretação dos dados coletados. O capítulo ainda apresenta o contexto institucional IFRN com destaque ao *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, onde foi realizado a investigação, além de caracterizar os alunos beneficiários do programa e os professores atuantes nessa modalidade de ensino participantes da sessão de grupo focal realizada, que compõem os sujeitos da investigação.

Em diálogo com os autores discutidos no enquadramento teórico, o Capítulo IV, **Apresentação e Interpretação dos Resultados**, apresenta os dados empíricos como respostas desta investigação à problemática e aos objetivos elencados. Para tanto, traz a análise interpretativa do que revelaram os sujeitos da investigação a respeito do referido curso na perspectiva das adequações curriculares necessárias a uma resposta adequada dos seus alunos beneficiários de acordo com as suas especificidades e de compreender os desafios curriculares que se colocam ao IFRN e aos docentes implicados.

Por fim, as **Considerações Finais** destacam os principais resultados, as limitações e as potencialidades do estudo com expectativas de continuidade da investigação a respeito do currículo integrado do PROEJA na perspectiva da consolidação do programa em questão como uma política pública permanente no campo da Educação Profissional e Tecnológica a partir da excelência histórica da educação ofertada pelos institutos federais.

Capítulo I

Problemática da Investigação

O Capítulo I traz o contexto do currículo integrado do PROEJA na esfera dos Institutos Federais a partir da apresentação de diferentes investigações já realizadas tendo essa temática como objeto de estudo.

A partir do mapeamento que segue expondo o estado de situação prática/investigação em torno do tema, área de intervenção profissional da investigadora, apresentar-se-ão as questões a serem exploradas nesse estudo juntamente com os objetivos que se pretendem alcançar com a presente investigação.

1.1. Estado da Arte

A Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, que reforça o direito constitucional à educação a todo o brasileiro como dever do Estado, no seu artigo 37, trata da educação de jovens e adultos, determinando a garantia da educação àqueles que não puderam usufruir desse direito na idade regular (Lei n. 9.394, 1996). Tal artigo foi modificado a partir da Lei nº 11.741/2008, reorientando a LDB, conforme Moll (2010, p. 134), com o propósito de “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”. Nesta perspectiva, surgiu o PROEJA, visando proporcionar a escolarização de jovens e adultos a partir da integração entre educação básica e uma formação profissional de qualidade, no sentido de contribuir para a inclusão desses cidadãos (Decreto n. 5.840, 2006).

Com base nas particularidades do público ao qual se destina tal modalidade de ensino e a complexidade que envolve a integração da educação profissional com a educação básica proposta pelo referido programa, é possível elencar investigações acadêmicas que têm o currículo integrado do PROEJA como objeto de estudo.

Moura e Henrique (2007), a partir de revisão bibliográfica e análise documental, realizaram um estudo sobre a história do PROEJA com objetivo de analisar a gênese do programa e os anos iniciais após a sua implementação, destacando os desafios e possibilidades de contribuição para melhoria das ofertas dessa modalidade de ensino. Como desafio ao programa, apontaram a

necessidade de formação de profissionais para atuação na integração da educação básica à educação profissional, considerando-se as particularidades inerentes à modalidade de ensino e a escassa produção acadêmica sobre tal integração que o PROEJA envolve, evidenciando lacunas no pensar e no fazer pedagógico dos profissionais atuantes nesse contexto (Moura & Henrique, 2007). Dentre os resultados obtidos, destacaram positivamente a oferta em todo o país do curso de especialização para formação de profissionais do ensino público para atuação no PROEJA, conforme diretriz proposta no documento-base do programa (Brasil, 2007a). Os autores ainda ressaltam o alto índice de evasão nos cursos da modalidade EJA em todo o país como consequência da escassez de material didático adequado a essa modalidade, de metodologias infantilizadas utilizadas por professores sem formação adequada, de conteúdos vazios de significado e/ou em horário de aulas que desconsideram a rotina de estudo e trabalho dos estudantes.

Diante deste quadro, Moura e Henrique (2007) reafirmam a necessidade de considerar a identidade própria dessa modalidade que se constitui como novo objeto de estudo fundamentado na andragogia que requer formação adequada de profissionais, métodos e material didático específicos e a adequação dos horários aos alunos aos quais se destina. A considerar a realidade dos IF como um dos ofertantes do PROEJA, destacam a necessidade da elaboração de projetos político-pedagógicos e planos de curso e da criação de grupos de pesquisa para construção de conhecimento próprio dessa modalidade de ensino.

Com foco nos processos de acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos do PROEJA, Noro (2011) problematiza a gestão escolar no *Campus* Sapucaia do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) na perspectiva da consideração da complexidade humana. A partir de uma abordagem metodológica qualitativa, a investigação envolveu pesquisa bibliográfica para compreensão da permanência e sucesso escolar, articulação da EJA com a educação profissional, ética na relação entre alunos e professores e diálogo com a EJA, além da realização de grupos focais com alunos e reunião com docentes do curso Técnico em Administração ofertado pelo PROEJA do referido *campus*. Destacando a importância de considerar os tempos de trabalho e estudo dos alunos trabalhadores e da formação de professores para atuação na modalidade de ensino em questão, a autora conclui que as políticas de assistência estudantil e a infraestrutura adequada nas escolas são fundamentais para permanência dos estudantes e que as relações familiares e de amizade favorecem o sucesso escolar. Aponta ainda que uma organização curricular fragmentada em disciplinas traz dificuldades para a aprendizagem, o que pode provocar evasões.

Nessa perspectiva, destaca, por fim, a importância de considerar as especificidades do aluno trabalhador para construção curricular do PROEJA.

Sydow (2012), em uma perspectiva essencialmente descritiva, apresenta histórias, teorias e práticas do currículo dos cursos ofertados pelo PROEJA, por sua vez voltando o olhar para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no sul do Brasil. Em uma investigação empírica qualitativa na perspectiva fenomenológica e tendo por referência para interpretação dos resultados a hermenêutica de Gadamer, destaca os avanços, conflitos e soluções à prática do currículo integrado com objetivo de trazer uma colaboração histórica, teórica e prática a respeito dos êxitos e dificuldades enfrentadas na oferta do PROEJA. Como resultado da investigação, dá maior visibilidade às experiências com currículo integrado em ação nos Institutos Federais no PROEJA e destaca os projetos integradores como melhor alternativa para operacionalização do currículo integrado orientado para a formação integral e a emancipação do beneficiário do programa. Nessa perspectiva de análise, avaliação e divulgação do currículo integrado em ação, o autor afirma que o PROEJA exige mudanças e espaços para que se afirme como programa com resultados exitosos e de qualidade.

Souza e Moura (2013) consideram que a complexidade teórico-prática, característica da modalidade de ensino ofertada pelo PROEJA, não se restringe à realidade da sala de aula, envolvendo também a gestão educacional e a concepção de currículo integrado, a partir de um estudo que realizaram sobre a gestão do currículo do programa no IFRN sob a ótica dos docentes do *Campus* Natal - Zona Norte. A investigação teve caráter descritivo misto, de natureza quantitativa para apresentação de dados e qualitativa para interpretação dos resultados obtidos a partir de questionários aplicados a docentes e entrevistas com pedagogo e alunos do PROEJA do *campus*. A triangulação dos dados possibilitou a comparação entre a visão destes sujeitos sobre o objeto de estudo. O resultado da investigação apontou para uma oposição entre as afirmações dos estudantes e do pedagogo e o dito pelos docentes em relação à predominância de diálogo constante entre eles e seus estudantes, ao planejamento pedagógico pautado na função social do IFRN e à mediação entre os conhecimentos cotidianos e escolares dos estudantes e suas respectivas necessidades de aprendizagem.

Os autores apontam, diante deste quadro, para a necessidade de aproximação entre corpo docente e a realidade dos estudantes do PROEJA e defendem que é papel da gestão institucional possibilitar espaços de reflexões sobre a prática referente a essa modalidade. Destacam ainda que a instituição – diga-se gestores, docentes, equipe pedagógica e, por vezes, até estudantes de outras modalidades de ensino –, necessita compreender a realidade dos estudantes do PROEJA e suas condições concretas de aprendizagem. Por fim, afirmam que “para que esse ideário esteja presente

na gestão do currículo e se consolide como prática educativa, a instituição deverá se tornar um espaço de aprendizagem na e para a vida, de modo que o currículo se torne o elo essencial e efetivo dessa condição, principalmente para o público PROEJA” (Souza & Moura, 2013, p. 244).

Ainda no contexto do IFRN, Martins (2014), através de uma abordagem qualitativa a partir dos métodos de estudo de caso e histórias de vida, realizou um estudo no *Campus* Santa Cruz com objetivo de investigar as concepções de currículo a partir de quais sentidos, os estudantes do PROEJA, atribuíam ao currículo do seu Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Para tanto, além da análise de documentos legais e institucionais, os demais dados analisados foram recolhidos a partir de questionário e entrevista semiestruturada. Comparando-se o currículo implantado no IFRN, as narrativas dos alunos e o proposto pelos documentos oficiais do programa, constatou-se, dentre outros resultados, que o currículo é considerado descontextualizado da realidade dos alunos, já que em termos metodológicos o projeto pedagógico do curso, na prática, ainda se apresenta como tradicional. Com base neste entendimento, a autora recomenda a abertura de discussões acadêmicas e pedagógicas aprofundadas pela comunidade escolar quanto ao perfil do aluno do PROEJA, às concepções, práticas pedagógicas e metodológicas explícitas no projeto pedagógico do curso em questão, bem como aos princípios do currículo integrado e do trabalho por projetos interdisciplinares. Defende, então, que só assim será possível gerir o currículo de forma adequada à modalidade, refere: “(...) a realização de intervenções pedagógicas mais compatíveis com os sujeitos, proporcionando-lhes melhores processos de ensino e de aprendizagem, bem como a realização de políticas de inclusão institucional coerentes e perenes” (Martins, 2014, p. 142).

Oliveira e Scopel (2016) exploram o percurso do PROEJA em recorte temporal mais longo, analisando o programa na última década desde sua instituição pelo Decreto nº 5.478/2005, reafirmado e ampliado pelo Decreto nº 5.840/2006. Através de um estudo bibliográfico e documental analisaram ambiguidades e proposições do programa ao referir a oferta integrada de formação geral e profissional. Ao destacarem o princípio da inserção orgânica da EJA na rede pública dos referidos decretos, as autoras expuseram, dentre os resultados do estudo, uma redução significativa na oferta de PROEJA nos IF, revelando o descumprimento da obrigatoriedade de destinar 10% de suas ofertas às matrículas no programa. Apontam ainda que tais instituições têm enfrentado os desafios de assumir o compromisso de ofertar educação profissional integrada ao Ensino Médio a jovens e adultos, mantendo a excelência da formação já referenciada pelos IF. Neste contexto, as autoras enfatizam a necessidade da implementação do currículo integrado na prática e as formas apropriadas para lidar com as especificidades culturais dos jovens e adultos a partir da valorização dos seus saberes e

experiências. Oliveira e Scopel (2016) recomendam que tais desafios sejam, antes de tudo, assumidos como dever do Estado brasileiro em prestar o apoio necessário às instituições ofertantes do PROEJA, tais como os IF.

Andrade (2016) se debruçou na investigação do currículo prescrito e o realizado no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, na perspectiva de compreender a construção curricular e se a sua efetivação atende às especificidades dos beneficiários do programa. A sua pesquisa qualitativa utilizou para coleta de dados entrevistas com docentes e sessões de grupo focal com estudantes, analisando os dados a partir da triangulação. Os resultados do estudo, em consonância com o que destacaram Souza e Moura (2013), continuam a revelar que o currículo atende parcialmente às particularidades dos estudantes, tendo em vista que as práticas pedagógicas integradoras acontecem apenas em atividades esporádicas ou pontuais. Os docentes atribuíram essa dificuldade à falta de diálogo com os demais colegas, tal como à formação disciplinar que receberam, apesar de reconhecerem que o currículo favorece a integração das disciplinas do ensino básico às da educação profissional. Ao concluir que as dificuldades apontadas comprometem a efetivação do currículo prescrito, Andrade (2016) recomenda ações como apropriação do que realmente é o currículo integrado, além da mudança de postura e de atitude dos docentes para que as atividades integradoras e interdisciplinares se tornem uma realidade contínua em sala de aula, conforme prescritas nos documentos oficiais e institucionais.

Sena (2017) também traz o enfoque dos estudos sobre o PROEJA para a realidade do IFRN, através de pesquisa documental e revisão bibliográfica de uma maioria de artigos publicada por servidores do próprio instituto, traça a trajetória do programa nesse contexto, destacando as dificuldades de sua implantação e ajustes necessários para que essa oferta seja uma realidade significativa decorridos mais de 10 anos de sua implementação. Dentre os debates que marcaram a gênese do PROEJA no IFRN, o autor destaca a discussão sobre a articulação entre Ensino Médio, a formação profissional técnica de nível médio e a própria educação de jovens e adultos, a carga horária e a necessidade da formação adequada dos professores para atuação nessa modalidade de ensino.

Nos resultados do seu estudo, Sena (2017) considera que alguns avanços ocorreram em relação à oferta do PROEJA, mas os desafios que permeiam a complexidade do programa ainda permanecem. Dessa forma, recomenda formação inicial e continuada de professores para atuação nessa modalidade, que necessita de práticas pedagógicas significativas, além da valorização e reconhecimento das reais necessidades e aspirações dos jovens e adultos, a partir de um currículo

efetivamente integrado, fundamentado em conteúdos com significados sócio-histórico-culturais e com tempos didáticos que respeitem a rotina dos alunos trabalhadores.

1.2. Questões de Investigação

Com base nos resultados apresentados, que reportam às diferentes investigações já realizadas, que acabam a mapear um estado de situação prática/investigação em torno do tema, e considerando as especificidades próprias da modalidade da educação de jovens e adultos e o facto de constituir uma área de intervenção profissional da investigadora, identificam-se as seguintes **questões de investigação**: De que forma organizar os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo PROEJA para responder às especificidades dos estudantes jovens e adultos beneficiários do programa, tendo como foco o Curso Técnico em Comércio Integrado ofertado pelo programa no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN? Quais os desafios curriculares que se colocam ao IFRN e aos docentes implicados?

1.3. Objetivos da Investigação

De acordo com a realidade do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no IFRN *Campus* Natal - Zona Norte e considerando as questões enunciadas, os objetivos do presente estudo são:

- 1) Analisar as concepções sobre currículo reveladas nos documentos oficiais reguladores do PROEJA e nos documentos oficiais do IFRN;
- 2) Caracterizar os estudantes beneficiários do PROEJA do Curso Técnico em Comércio Integrado ofertado pelo programa no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN;
- 3) Caracterizar o que está proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Comércio no que se refere à estrutura curricular e às especificidades dos estudantes beneficiários do PROEJA;
- 4) Problematizar formas de adequação curricular ao PPC para resposta às especificidades dos estudantes beneficiários do PROEJA;
- 5) Compreender os desafios curriculares subjacentes à adequação do PPC às especificidades dos estudantes beneficiários do PROEJA.

Capítulo II

Enquadramento Teórico

O Capítulo II traz o enquadramento teórico que fundamenta a investigação, envolvendo o histórico e as bases legais da educação de jovens e adultos no Brasil, desde o período colonial do país até os dias atuais, dando-se ênfase ao surgimento e à trajetória do PROEJA, incluindo a implantação do programa nos IF.

Tendo por base a oferta do PROEJA no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a fim de analisar as concepções sobre currículo reveladas nos documentos oficiais reguladores do programa e nos documentos oficiais do IFRN, ao longo do capítulo versar-se-á sobre o currículo integrado proposto pelo PROEJA na perspectiva da teoria curricular crítica, a considerarem-se ainda as adequações às especificidades dos seus beneficiários no contexto da integração entre educação básica e educação profissional.

2.1. Histórico e bases legais da educação de jovens e adultos e do PROEJA no Brasil

Para compreensão do cenário atual da EJA no Brasil, com destaque ao contexto do PROEJA, e as marcas identitárias que permeiam a modalidade de ensino, faz-se necessário conhecer brevemente a educação brasileira, destacando alguns de seus marcos legais e fatos históricos.

Na história da educação, percebe-se que, a partir do século XIX, consolidou-se a defesa da existência de uma escola pública, gratuita, universal, obrigatória e laica como ideário liberal burguês. No Brasil, o mesmo debate liberal fomentou e consolidou a República, entretanto, não garantiu, de forma imediata, o acesso e a ampliação do investimento em educação pública. Em relação à educação de jovens e adultos, percebe-se que as iniciativas do governo para garantia da oferta de tal modalidade são bem mais recentes no país.

Há de se reconhecer que o ensino a jovens e adultos ocorre desde o Brasil Colônia, porém, de forma assistemática e restringindo-se à doutrinação religiosa jesuítica e a oficinas para instrumentalização de equipamentos agrários. É apenas no Brasil Império que surgem algumas iniciativas de reforma educacional que considerava necessária a oferta de ensino noturno, chamada de instrução popular para alfabetização de adultos. Com ênfase em atender às demandas da Família Real Portuguesa recém-chegada ao país, tais iniciativas objetivavam preparar serviçais para a Corte.

Nesse período também foram percebidas algumas ações precárias e irregulares para preparação da classe operária do novo Estado independente através do ensino de instrução básica para o desenvolvimento de habilidades para um ofício.

Apenas após o final da Primeira República, a partir da defesa do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova que a Constituição Federal de 1934 oficializou o direito universal e público à educação como dever do Estado, incluindo a educação de pessoas jovens e adultas. Definiu, portanto, a necessidade da formatação de um Plano Nacional de Educação com objetivo de diminuir a lacuna existente entre o povo e a elite, destacando ainda a especificidade de tratamento próprio para a Educação de Jovens e Adultos. Viu-se, porém, que tais medidas não foram suficientes, tendo em vista que os investimentos se restringiram ao ensino primário.

A partir dos anos 1940, podem-se observar programas voltados à EJA e quando começam a surgir os primeiros materiais exclusivos para o ensino supletivo e material didático para o ensino de adultos, ao serem reconhecidos como capazes de raciocínio e resolução de problemas sendo agente ativos na aprendizagem (Andrade, 2016; Di Pierro, Jóia & Ribeiro, 2001; Paiva, 2003; Silva, 2014; Silva, 2015).

O Decreto nº 19.513/1945 oficializa a Educação de Adultos e efetiva o Fundo Nacional de Educação Popular para educação de adultos. Conforme destaca Basegio e Borges (2013), porém, todas essas políticas tiveram caráter compensatório, com ênfase apenas na instrumentalização básica para jovens e adultos analfabetos ou fora de faixa na escolaridade. Tais iniciativas e programas, de acordo com Cunha (1999), coincidiram com o desenvolvimento industrial e urbano que marcou o início do século XX, reforçando a preocupação com a valorização do domínio da língua falada e escrita e aquisição da leitura tendo em vista a possibilidade de ingresso dessa parcela da população no mercado de trabalho brasileiro, do desenvolvimento das técnicas de produção, além da ampliação da base de votos.

O final da década de 1950 e início dos anos 1960 foram marcados pela mobilização da sociedade civil e dos movimentos da cultura popular que provocaram fortes discussões para reformas na base da educação, exigindo democratização da educação básica e mudanças nas iniciativas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos. É nesse contexto que emerge Paulo Freire com sua proposta de uma educação popular e uma nova pedagogia de alfabetização de adultos partindo da compreensão do analfabetismo como uma problemática social a ser combatida a partir da educação de base. Nessa perspectiva, com base nas ideias e no método de Freire, em 1958 inicia-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, extinta em 1963 por falta de recursos.

Nesse mesmo contexto surgem as escolas radiofônicas, resultado de parceria entre o Governo Federal e os bispos do Brasil, através das quais programas educativos seriam veiculados pelas emissoras católicas visando a alfabetização do homem do campo.

Merece destaque ainda o desenvolvimento do projeto piloto “De pé no chão também se aprende a ler”, protagonizado pelo método de alfabetização desenvolvido por Freire, no interior do estado do RN, em que alunos, em 40 horas, através de palavras geradoras, eram alfabetizados. Após o Golpe Militar de 1964, sendo considerado subversivo e ameaça à ordem com seus ideais de educação libertária e emancipatória, Freire tem seus trabalhos interrompidos pelo governo (Porcaro, 2011).

Com o advento do Golpe Militar, as ações e ideias dos movimentos populares ligadas à alfabetização de adultos com fins à transformação social foram interrompidas, passaram a sofrer fortes repressões do governo. Apenas as escolas radiofônicas, pelo vínculo com a igreja católica, e outros movimentos cristãos para alfabetização funcional, com caráter assistencialista e conservador, tiveram continuidade em virtude de estarem em consonância com os ideais do governo militar para a educação brasileira, destaca Andrade (2016).

Nesse contexto do regime militar, com proposta de combate aos altos índices de analfabetismo no país, é instituído, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O movimento controlado pelos militares e com metodologia voltada para apenas para técnica, privada de conscientização dos alunos, durou até 1985, extinguindo-se juntamente com o início da redemocratização brasileira.

Para pôr fim a essa lacuna no avanço da educação brasileira marcada pela época do militarismo no Brasil, a promulgação da Constituição Federal em 1988 merece destaque ao garantir o pleno desenvolvimento do cidadão, ao assegurar como dever do Estado a oferta de educação pública e gratuita a todo cidadão brasileiro, conforme transcrito:

Artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (Brasil, 1988, p. 2).

Nota-se, porém, que a também intitulada Constituição Cidadã não continha nenhum artigo referente à Educação de Jovens e Adultos. Tal modalidade de ensino específica só obteve destaque

com a promulgação, em 20 de dezembro de 1996, da Lei n.º. 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A referida lei assegura a oferta de educação escolar para jovens e adultos respeitando-se necessidades e especificidades que garantam acesso e permanência dos trabalhadores na escola. Em seu artigo 37, trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA), determinando a garantia da educação a esse público que não pôde usufruir desse direito na idade regular:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (Lei n. 9.394, pp. 11-12).

A LDB, além da educação profissional e da educação especial, apresenta como uma terceira modalidade de ensino a educação de jovens e adultos como aquela que se destina aos que não tiveram acesso ou oportunidade de dar continuidade ao ensino fundamental ou médio em idade própria. A EJA, para fins de conclusão do Ensino Médio, prevê cursos e supletivos para maiores de 18 anos (Libâneo, Oliveira & Toschi, 2003).

O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, caracteriza a Educação de Jovens e Adultos da seguinte forma:

(...) a EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (Brasil, 2007b, p. 13).

Além dos já referidos marcos legais da EJA, vale ainda destacar o Parecer n.º 11/2000 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Além de regulamentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, destaca a necessidade de contextualizar o currículo e as metodologias à realidade dos alunos jovens e adultos e propõe a formação específica e continuada dos professores que atuarão na modalidade de ensino. Ainda estabelece as funções reparadora, equalizadora e qualificadora da modalidade (Parecer n. 11, 2000).

A função reparadora refere-se a sanar a dívida do direito negado à educação brasileira aos jovens e adultos que se afastaram da escola sem concluir os estudos, seja por evasão, sucessivas reprovações e outro fator que impediram a permanência na escola. Esse retorno à escola, como

destaca Silva (2013), deve ser marcado pela reparação dessa ausência dos bancos escolares e, referindo-se à função equalizadora, pela oferta de um ensino de qualidade para restabelecer a trajetória desses alunos, com equidade, para oferecer-lhes oportunidade de reinserção no mundo do trabalho e na vida social, para o pleno exercício da cidadania. Já a função qualificadora, conforme aponta Carvalho (2009 *apud* Azevedo & Tavares, 2015), possibilita a superação do caráter compensatório da EJA conforme vinha sendo praticada no Brasil.

Nessa perspectiva, o Parecer nº 11/2000 (CEB/CNE) estabelece que a EJA não deve se restringir à alfabetização de adultos e nem se reduzir a intervenções e investimentos governamentais assistencialistas, ténues, descontínuos, pontuais e improvisados a partir de campanhas emergenciais que desconsideravam as especificidades dos alunos jovens e adultos.

É importante relatar, conforme afirma Soares (2003), que embora a LDB dedicasse artigos específicos à tal modalidade e a Constituição Federal de 1988 a reconhecesse como direito público, obrigatório e gratuito, tais marcos legais não têm conseguido garantir o atendimento da demanda educacional dos jovens e adultos brasileiros.

A história da educação brasileira realmente revela que as políticas para educação dessa modalidade de ensino foram marcadas por fragilidades, descontinuidades e pela falta de prioridade de transferência de recursos financeiros. Dessa forma, não são suficientes para garantir o cumprimento legal dos direitos dos cidadãos no que diz respeito ao acesso à educação, diferentemente do que ocorreu com o ensino regular, onde se observa um alargamento nas ofertas de matrículas para o ensino fundamental e médio. A EJA continuou deparando-se com carências e necessidades em virtude da sua marginalização no contexto educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, no campo da educação profissional, também se observava um déficit na inclusão de jovens e adultos atendidos pelo sistema público de educação profissional.

A partir desse contexto e da necessidade de garantia do direito à educação a jovens e adultos, em 2005 surgiu, através do Decreto nº 5.478/2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esse programa do governo federal visa contribuir para a inclusão desses cidadãos que não tiveram oportunidades de concluir seus estudos na idade "regular", dando-lhes acesso à educação básica e a uma formação profissional de qualidade.

As bases do PROEJA foram articuladas especialmente desde o ano de 2004, com a revogação do Decreto nº 2.208/1997 e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, num momento em que muito se almejava a superação da dicotomia entre formação profissional e educação geral. O Decreto nº

2.208/1997 separava formalmente o ensino técnico da formação básica, proibindo a formação integrada e regulamentando formas fragmentadas de educação profissional em função das necessidades do mercado. O Decreto nº 5.154/2004 possibilitou então a tão almejada integração entre formação profissional e a educação básica (Decreto n. 5.154, 2004).

No ano seguinte, através da Portaria nº 2.080/2005, o MEC estabeleceu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA. Ainda nesse ano, foi promulgado o já referido Decreto nº 5.478/2005.

O Decreto nº 5.478/2005, no ano seguinte à sua publicação, foi revogado pelo Decreto nº 5.840/2006, que ampliou o PROEJA para toda a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, incluindo a possibilidade de oferta de cursos na forma concomitante, além da forma integrada. Dentre outras determinações, o novo decreto ainda em vigência delibera que 10% das vagas dos Institutos Federais de educação profissional devem ser destinados ao PROEJA, ampliando a oferta a partir de 2007 (Decreto n. 5.840, 2006).

Em 2008, através da promulgação da Lei nº 11.741/2008, alteram-se alguns dispositivos da LDB, estabelecendo, dentre suas regulamentações, que a modalidade da educação de jovens adultos deve se articular, preferencialmente, com a educação profissional, o que corrobora com a proposta do PROEJA (Lei n. 11.741, 2008a).

Num sentido mais amplo, conforme pontua Martins (2014), o programa propõe o desafio de transformação do Brasil a partir promoção de uma sociedade mais igualitária em uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social fundamentado nos eixos norteadores da ampliação políticas de educação profissional. Para tanto, o Documento-Base do PROEJA prevê, dentro outros, o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão – formação esta que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, trabalho, ciência e cultura – e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social (Brasil, 2007b).

A proposta do PROEJA provoca, como Moura (2006) destaca, o reconhecimento da necessidade de o programa evoluir para uma política pública com ações sistêmicas do estado brasileiro voltadas para EJA que não se restrinja apenas a iniciativas de governos específicos. A partir de ações concretas, íntegras e contínuas, tal qual acontecem em relação aos níveis fundamentais e médio, será possível enxergar o compromisso moral, histórico e político da União em garantir uma

educação de jovens e adultos de direito público e de qualidade, em consonância com o que está posto nos documentos legais e oficiais.

2.2. Oferta do PROEJA nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o currículo integrado no contexto das especificidades dos jovens e adultos beneficiários do programa

Ao se considerar o surgimento do PROEJA e a sua implantação nos IF, há que se observar as especificidades dos alunos jovens e adultos beneficiários e o currículo integrado proposto pelo programa e adotado no contexto dos Institutos Federais, mais especificamente do IFRN, *locus* da presente investigação, tal qual segue a discussão.

2.2.1. Especificidades dos alunos jovens e adultos beneficiários do PROEJA

Compreende-se que o indivíduo constrói o conhecimento e promove interações entre o ambiente e a sua realidade e, desta forma, resgata a visão do contexto, revelando que são o que são dentro de determinados universos. Sendo assim, devem ser compreendidos a partir de suas conexões e de suas relações com a sua realidade contextual. Isso implica em considerar que a educação deve ser promotora do respeito às diferenças, à diversidade, às variações culturais e aos diferentes processos do desenvolvimento humano.

Ainda nesse contexto, Moreira e Silva (2002) afirma que o tipo de conhecimento e de currículo correspondem ao que se considera do ser humano. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender quem são os alunos jovens e adultos beneficiários do PROEJA, considerando que suas especificidades devem ser reconhecidas como fundamentos para a construção de uma proposta curricular adequada às suas necessidades. Ao serem consideradas as peculiaridades, tais alunos sentir-se-ão acolhidos no retorno à escola, proporcionando-lhes estímulo à busca pelo conhecimento e, conseqüentemente, uma experiência escolar exitosa.

Diante do reconhecimento dessas especificidades da educação do adulto, em 1973, Malcom Knowles introduziu, através de sua obra *The Adult Learner – A Neglected Species*, o termo andragogia como a arte e ciência de orientar adultos a aprender.

O adulto, por ter vivido mais tempo, acumula uma maior quantidade, e também maior diversidade de experiências, habilidades inúmeras, conhecimentos acumulados e mais reflexões sobre o mundo do que as crianças.

Essa diferença em quantidade e qualidade das experiências têm várias consequências em sua aprendizagem. Em contraste com a orientação centrada no conteúdo próprio da aprendizagem das crianças, a do adulto é orientada em tarefas e em problemas, objetivando resolver efetivamente as situações da sua vida real. Considerando que as experiências de vida fundamentam a aprendizagem na modalidade de jovens e adultos, Cavalcanti (1999), citando os princípios de Knowles (1990), afirma que esses alunos esperam a imediata aplicação prática do conhecimento, reduzindo seu interesse por conteúdos teóricos a serem úteis apenas em futuro distante. É por isso que, segundo Chotguis (1999), a aprendizagem do adulto acontece sob condições específicas e o modelo de educação andragógico é baseado em vários pressupostos que são diferentes daqueles do modelo pedagógico. Enfim, os adultos atendem a alguns motivadores externos, porém, suas próprias pressões internas, como o desejo de crescente satisfação no trabalho, autoestima, qualidade de vida, entre outros, são os maiores motivadores para a aprendizagem adulta.

A proposta da andragogia coaduna-se, então, com a ideia de educação ao longo da vida que marcou, no final do século XX, o surgimento de uma nova ordem educativa. Desde então, os ambientes de aprendizagem mais propícios passam a ser a questão central da prática andragógica. Nóvoa (2002), dentro dessa perspectiva de formação de adultos, sugere superar a visão desenvolvimentista da educação em busca de uma concepção que permita ao indivíduo pensar-se na ação, colocando-se o conceito de reflexividade crítica em primeiro plano desse processo de formação.

Além de todas essas características elencadas, faz-se necessário destacar ainda as especificidades referentes ao público da modalidade EJA, que não se destina apenas a um grupo homogêneo de alunos jovens e adultos, mas sim bem singular e heterogêneo.

São pessoas que geralmente tiveram frustrações ao longo da vida, não apenas referentes à escolarização, provocadas por revezes impostos pela realidade social em quem viviam, têm vergonha de si próprios e da sua história. Por esses fatores, possuem complexo de inferioridade diante de uma sociedade que os oprime e discrimina (Freire, 1987).

Em relação ao contexto escolar, os alunos desta modalidade, dentre eles os beneficiários do PROEJA, não são pós-graduandos, universitários ou profissionais participantes de cursos de formação continuada ou de qualificação e aperfeiçoamento. Eles, porém, caracterizam-se pela passagem curta ou descontinuada pela escola em idade regular, marcados pelo fracasso escolar com histórico de

repetências e evasão. Por essa razão, apresentam dificuldades para adaptação à nova realidade da escola (Oliveira, 1999).

Ainda é destacado por Pasetto (2008) que, a interrupção ou impedimento da trajetória escolar desses jovens e adultos da modalidade EJA e beneficiários do PROEJA, não ocorre apenas em virtude de um fato isolado de não acesso a um serviço, mas envolve um contexto mais amplo de exclusão social e cultural, e que, em grande medida, condicionará também as possibilidades de reinclusão que se farão nessa nova oportunidade de escolarização.

Nesse contexto de retorno escolar, reforça-se que, além do acesso à instituição de educação, é necessário que exista um conjunto de elementos facilitadores, motivadores e de acompanhamento para garantir a permanência e o êxito nesse reingresso à escola. Esse reingresso deve ocorrer em uma perspectiva formadora para que esses alunos se reconheçam novamente como sujeitos integrados e pertencentes à nova instituição escolar em busca de compreender como o espaço educativo auxilia e se relaciona com a construção do projeto de si desses sujeitos. Somente assim, a escola estará garantindo-lhe autonomia e inclusão social e no mundo do trabalho.

É necessário considerar também que esses alunos têm urgência para aprender pois buscam certificação para alcançar melhor posição no mundo do trabalho para melhorar suas condições de vida, além da elevação e afirmação da autoestima. Para tanto, a consideração de suas experiências e a superação da concepção de que alunos do PROEJA apresentam mais limites que possibilidades de aprendizagem têm grande importância para a construção de uma proposta pedagógica que considere essas especificidades e aponte para uma intervenção significativa e exitosa.

Conforme Apple (2006) aponta, é bastante comum que o currículo não se aproxime à realidade e à história dos alunos a que se destina, estando alheio ao contexto em que vivem e carregado de interesses e valores da classe dominante. Nessa perspectiva, urge uma proposta curricular que atenda às reais necessidades dos alunos da modalidade EJA, conforme destaca Beane (2003), organizando o conhecimento de forma acessível e significativa, aplicando-o em torno de problemas significativos de forma a contribuir com compreensão de si próprios e do mundo em geral.

De forma a contribuir para inclusão e emancipação dos alunos do PROEJA, eis que o maior desafio para o programa consiste na construção de um currículo que, além de articulado aos contextos dos seus beneficiários, necessita:

reunir conteúdos do Ensino Médio e da formação profissional, os quais serão trabalhados de forma integrada durante todo o processo formativo do curso, adotando os princípios da flexibilidade, laboralidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, contextualização e interculturalidade (Rocha, Ferreira & Pereira, 2013, p. 55).

Tal proposta curricular ainda precisa estar organizada em espaços e tempos escolares flexíveis, sem comprometer a qualidade social da educação e envolver processos avaliativos de caráter diagnósticos e formativos, não classificatório e punitivos. Conceber um plano pedagógico que desconsidere o potencial de aprendizagem ativa desses indivíduos é arriscar-se a perder todo potencial transformador e motivacional que trazem.

Logo, para construção desse currículo voltado ao respeito das particularidades desse público-alvo, é importante repensar criticamente toda e qualquer intervenção pedagógica, valorizando, inclusive, a participação dos alunos nesse processo. Dessa forma, sim, será possível garantir a inclusão efetiva dos alunos beneficiários do PROEJA, que estão à margem da sociedade, a partir da formação humana e cidadã.

2.2.2. Adequação da teoria curricular crítica e do currículo integrado à proposta do PROEJA

Etimologicamente, a palavra currículo refere-se a caminho, trajetória, itinerário a ser seguido. Sabe-se, porém, que não é possível chegar a um conceito de currículo definitivo e sucinto a esse respeito, tendo em vista que, variando de acordo com precisão e amplitude, existem mais de uma centena de definições de currículo. Gaspar e Roldão (2007), porém, propõem uma definição genérica ao considerar o currículo como um plano, complementado por projetos, resultado de um modelo explicativo para o que deve ser ensinado e aprendido. Para essa construção curricular devem ser respondidas as seguintes perguntas: o que, a quem, porque e quando vai ser oferecido, como e com quem é oferecido?

Considera-se ainda currículo, a partir de Beyer e Liston (1996) e Souza e Moura (2013), o componente essencial da atividade educacional, instrumento que organiza a vida escolar em todos os seus sentidos, desde o seu planejamento ao desenvolvimento de estratégias para atingir os objetivos educacionais de acordo com as necessidades dos alunos. Estrela (2011) corrobora com a consideração do currículo como o eixo central da escola, acrescentando que a partir desse instrumento se concretizam políticas e intenções de acordo com a distribuição dos conhecimentos propostos. O currículo ainda pode ser compreendido como um sistema dinâmico e complexo, cuja estrutura não é pré-determinada, por ser “uma construção, de natureza social, política e cultural, cujas práticas são plurissignificativas” (Pacheco, 2001b, p. 55).

Nessa perspectiva da complexidade do currículo compreende-se que a teorização curricular varia de acordo com o contexto histórico, político, econômico e social, com os elementos dominantes vigentes nas relações de poder e conhecimento e com a perspectiva do sujeito a ser formado. Sem pretensão de chegar a um conceito fechado de currículo e a um aprofundamento teórico a esse respeito, considera-se por base nesse estudo a teoria curricular crítica, que se coaduna com a do currículo integrado proposto pelo PROEJA e adotado no IFRN, *lócus* da presente investigação, por prezar pela promoção de uma formação integral para emancipação dos sujeitos através do conhecimento.

A teoria curricular crítica traz a proposta interdisciplinar de superação da educação tradicional com a perspectiva de um ensino-aprendizagem crítico para formação de sujeitos autônomos, conscientes e capazes de transformar a realidade a partir da problematização e diálogo na perspectiva da libertação da classe trabalhadora. Essa é uma proposta de contestação da realidade com compromisso político e de transformação (Pacheco, 2001b; Silva, 2007), que corrobora com a ideia do currículo como “uma questão de saber, identidade e poder” (Silva, 2007, pp. 151-152) e de integração curricular com objetivo de ajudar os jovens a integrar suas próprias experiências e promover a integração social democrática entre eles (Beane, 2003).

Tal teoria problematiza a educação tradicional que segue a organização curricular em disciplinas com suas respectivas cargas horárias distribuída em grades curriculares estáticas. Nesses moldes, privilegiam-se situações de ensino-aprendizagem a partir de transmissão e assimilação de conteúdos em detrimento da criação de ambiente pedagógico onde haja interrelação entre práticas e saberes e flexibilidade de ações educativas adequadas à aprendizagem (Pinheiro, 2011). Nessa mesma perspectiva, Jaehn e Ferreira (2012, p. 259) destacam o que propõe Goodson ao sugerir que as atividades de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar devem embasar-se em aportes críticos a fim de “(...) produzir a transformação da realidade, especialmente quanto ao acesso desigual ao conhecimento (...)”.

O pensamento curricular crítico questiona ainda a justaposição de saberes e a acumulação de conhecimentos, tal qual Freire no combate à educação bancária. Dessa forma, busca uma resposta à complexidade da realidade através de um currículo que se define em função da integração do conjunto de aprendizagens necessárias em um determinado tempo e contexto (Roldão, 1999). Em síntese, a proposta curricular crítica é contrária à

(...) fragmentação do conhecimento, e à organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinarista, que dificulta o estabelecimento de

diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares (Oliveira, 2009, p. 97).

Segundo Santomé (1998), o currículo integrado refere-se à tentativa de encontrar caminhos interdisciplinares na sua construção para que os alunos possam ter uma compreensão global do conhecimento por parte dos alunos. Ciavatta (2005) já se refere ao termo integrar no sentido de completude a partir da compreensão das partes em um todo e do tratamento da educação como uma totalidade. Na mesma perspectiva, a formação integral, na visão de Ramos (2008), deve pautar-se na formação omnilateral e na proposta da integração de todas as dimensões fundamentais da vida no processo da formação humana e na indissociabilidade entre saberes.

No contexto do PROEJA, defende-se esse diálogo entre os conhecimentos gerais da educação básica para o Ensino Médio integrados aos conhecimentos específicos da Educação Profissional, articulando trabalho, ciência, cultura, conhecimento e tecnologia. Dessa forma, o currículo possibilitará a integração entre os conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

Pautado no trabalho e na pesquisa como princípios educativos, tendo a concepção da educação na integralidade e na perspectiva da formação integral e da politecnicidade, o currículo integrado possibilitará a superação da fragmentação do conhecimento e da dicotomia histórica da divisão social do trabalho, que hierarquiza os trabalhos intelectual/de quem pensa e manual/de quem executa (Saviani, 2003). Sendo assim, proporcionar-se-á uma educação de qualidade cuja formação crítica, democrática e polivalente, a partir da qual o aluno compreenderá as dimensões econômica, política, cultural e do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, Silva (2007, p. 54) afirma que

É através de um processo pedagógico que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sócias que elas podem se tornar emancipadas ou libertadas de seu poder e controle.

É válido destacar ainda que proposição da oferta de uma educação de qualidade a partir do currículo integrado coaduna-se com Moreira (2009, p. 2) ao definir que

(...) uma educação de qualidade deve permitir ao estudante ir além dos referentes de seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o de modo a tornar-se um sujeito ativo na mudança de seu contexto. Para que isso ocorra, são indispensáveis conhecimentos e experiências escolares que garantam ao aluno uma visão acurada da realidade em que está inserido (favorecendo-lhe uma ação consciente no mundo imediato) e que contribuam para a expansão do seu universo cultural. (...) A intenção é, claramente, favorecer o alcance de esferas mais elevadas de atividade intelectual e prática. Nesse enfoque, portanto, são tidas como restritas e equivocadas quaisquer definições de relevância que limitem as pessoas às suas experiências culturais de origem.

Com base neste entendimento, a concretização do currículo integrado vai além da listagem de conteúdos ou transposição de grelhas curriculares de cursos preexistentes na instituição de ensino (Souza & Moura, 2013). Mészáros (2008) e Sacristán (2000) propõem uma organização curricular que envolva os diversos agentes sociais, tanto quem nele intervém quanto quem o recebe, a partir de uma construção participativa, pautada pela interdisciplinaridade, visando garantir meios para alcançar os objetivos da aprendizagem. É necessário atentar para a seleção dos conteúdos e sua vivência em sala de aula pois é a operacionalização desse currículo na prática que pode disseminar ou combater os valores ideológicos dominantes e vigentes. Só assim será possível estabelecer articulação e contextualização entre os conteúdos, proporcionando aprendizagens significativas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, sujeitos atuantes e críticos da sua própria formação.

Destaca-se, portanto, de acordo com Rocha, Ferreira e Pereira (2013), que adotar a prática do currículo integrado é assumir uma opção social, política, ética e cultural, não se restringindo apenas a uma opção técnico pedagógica ou metodológica, devendo deixar claro seu posicionamento de visão de mundo, sociedade e homem a ser formado. Beane (2003, p. 92) corrobora com essa integração curricular no contexto da educação de jovens e adultos tendo em vista atender a

(...) propósitos que estão relacionados com a expansão da teoria e da prática da democracia no dia a dia das escolas, e como o envolvimento dos jovens num currículo que se apresenta como um desafio à sua imaginação, que relaciona as suas escolas com a vida real, que aprofunda e alarga a compreensão de si próprios e do seu mundo.

Nessas bases, compreende-se a proposta do currículo integrado como ideal para atender às especificidades dos alunos jovens e adultos beneficiários do PROEJA, assegurando-lhes formação integral para atuação consciente e qualificada no mundo do trabalho:

(...) a consideração de um novo projeto educativo que articule finalidades de educação para cidadania e para o trabalho com base em uma concepção de formação humana que, de fato, tome por princípio a construção da autonomia intelectual e ética, por meio do acesso ao conhecimento científico, tecnológico e sócio histórico e ao método que permita o desenvolvimento das capacidades necessárias à aquisição e à produção do conhecimento de forma continuada (Kuenzer, 2000, p. 19).

Dessa forma, o currículo no campo da modalidade de EJA não pode ser restrito apenas à estruturação linear de disciplinas e conteúdos. A organização do currículo para a EJA necessita ter como pressuposto a consideração das especificidades, em especial as culturais, dos alunos jovens e adultos, em busca de integrar saberes científicos e experienciais, flexibilizando tempos e espaços

formativos, na perspectiva de resistência como destaca Pinheiro (2011) e Beane (2003), este último confere importância ao conhecimento proveniente da vida ao pontuar que

Quando se organiza o currículo em torno de questões sociais e pessoais (...), o conhecimento que é parte da vida cotidiana, bem como o que frequentemente se denomina por 'cultura popular', também entra no currículo. A adição do conhecimento popular e no dia a dia não só fornece novos significados ao currículo, como também refresca os pontos de vista, uma vez que, frequentemente, reflete interesses e compreensões de um espectro muito mais amplo da sociedade do que apenas as disciplinas escolares (Beane, 2003, p. 97).

O currículo para EJA, ponderando o que Sacristán (2000) destaca, deve refletir as finalidades próprias da modalidade e, na perspectiva do currículo integrado, não deve ser mais um meio de reprodução do *status quo*. Dessa forma, não se pode limitar à preparação instrucional para atender ao mercado, mas para proporcionar uma educação libertadora e emancipatória em busca de justiça social e acompanhamento das transformações técnico-científicas do mundo do trabalho. Nesse sentido, não pode focar apenas na profissionalização, mas na integração curricular e na formação crítica para o mundo globalizado, que os alunos compreendam e se compreendam nele.

No contexto específico do PROEJA nos Institutos Federais, os desafios curriculares que se impõem se referem, principalmente, a receber alunos que não são originalmente o alvo institucional na proposta inédita do programa de integrar a modalidade EJA com a educação profissional. Juntamente com o desconhecimento e a falta de formação específica do corpo técnico e de docentes para atuação e adequação de procedimentos didáticos-pedagógicos aos alunos jovens e adultos beneficiários do programa, tal qual se discorre a seguir.

2.2.3. Proposta curricular do PROEJA no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Como bem referencia Moll (2010), a efetivação da democracia no Brasil perpassa pela garantia plena da universalização do acesso e permanência em escola pública de qualidade e da aprendizagem. Pode-se considerar que o PROEJA, marco da proposta de integração entre escolarização básica e profissionalização, se enquadra dentre as ações articuladas do governo para ampliação de oportunidades educativas de acesso e permanência de jovens e adultos, para enfrentamento das desigualdades que existem no país (Brasil, 2007a).

Ao analisar o PROEJA como objeto de estudo da presente investigação, faz-se necessário entender, além da já caracterizada em seu histórico e suas especificidades a Educação de Jovens e Adultos, em que consiste a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a proposta do programa em integrar as referidas modalidades de ensino. A partir do Decreto nº 5.154/2004, por Educação Profissional Técnica de Nível Médio compreende-se a que se destina a proporcionar habilitação profissional a alunos do Ensino Médio na perspectiva de qualificação e profissionalização de trabalhadores a partir da articulação de educação, trabalho, ciência e tecnologia. Com a conclusão dos seus estudos, o aluno obtém diploma de técnico de nível médio com habilitação profissional sua área de formação.

Os princípios do programa com ênfase na Educação Profissional Técnica de Nível Médio previstos em seu documento-base, referem-se ao papel e aos compromissos dos integrantes do programa com inclusão das pessoas através das ofertas institucionais; à inserção da EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; à compreensão do trabalho como princípio educativo; à pesquisa como fundamento para formação, dentre outros. Determina ainda que as instituições ofertantes adotem um Projeto Político-Pedagógico, como segue:

(...)uma proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida para que possa atender às reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a natureza de educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida (Brasil, 2007b, p. 36).

Nessa perspectiva, a Resolução nº 02/2012 (CNE/CEB/MEC), que define as novas diretrizes nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, afirma que a integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura deve ser a base do desenvolvimento curricular. De acordo com essas diretrizes, o currículo deve ser organizado a partir de itinerários formativos por área profissional em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica, pautando-se na centralidade do trabalho como princípio educativo e na indissociabilidade entre teoria e prática. Definido sinteticamente por Davini (1999, p. 284) da seguinte forma: “como um plano pedagógico que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade”, o currículo integrado atende a essa proposta.

Ao considerar a educação de jovens e adultos a partir desses eixos, através da integração de conteúdos do mundo do trabalho e da prática social do aluno, percebe-se que a proposta do PROEJA pretende ultrapassar uma oferta educacional meramente técnica e possibilitar uma formação integral. Não compreende também, como alerta Martins (2014), apenas a soma dos conteúdos de Ensino

Médio aos de Educação Profissional e nem a simples mescla de seus componentes curriculares, mas de construção de um currículo que compreenda as diversas especificidades e disponibilidades dos alunos beneficiários proporcionando condições de acesso, permanência e aprendizagem.

Em síntese, tal concepção curricular pretende romper a dualidade histórica evidente entre a formação propedêutica e profissional e contemplar conhecimentos significativos tanto para a formação humana quanto profissional. Essa formação garante qualificação ao trabalhador, compreendendo o conjunto de habilidades, saberes, conhecimentos e competências necessárias às exigências da sociedade em uma perspectiva emancipadora, não apenas voltada para o trabalho.

Com essa recomendação curricular na perspectiva de oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional na modalidade da EJA, o PROEJA propõe a articulação de três campos da educação que são bem particulares, têm suas próprias especificidades e que, conforme alertam Moura e Henrique (2007), historicamente não estão tão próximos. Desta forma, constitui-se como principal desafio do programa.

Nessa perspectiva, a implantação do PROEJA trouxe provocações aos IF em virtude do ineditismo e desconhecimento da proposta do programa e de procedimentos didáticos-pedagógicos adequados à modalidade EJA na integração com a educação profissional. Além da ausência de formação docente específica para atuação com esses alunos, a oferta do PROEJA exigiu adequações para as quais os IF não estavam preparados para atender a esse público que não é originalmente o alvo da instituição, inclusive a divisão dos espaços, do corpo técnico e de docentes.

No contexto do IFRN, por exemplo, Martins (2014, p. 23) afirma que a oferta do PROEJA trouxe mudanças significativas, desafiando a esfera institucional em diferentes dimensões/relações, isto é, como refere, “as relações sociais, curriculares e pedagógicas na sua esfera institucional”.

Referente à proposta pedagógica do programa, o PROEJA desafia as instituições federais a adequações referentes à metodologia e a uma concepção e implementação curricular de qualidade que proporcionem, de fato, a renovação e inovação dos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, sobretudo, o currículo deve estar associado à vida dos estudantes, para que possam dar significado aos conhecimentos científicos a partir dos elementos relevantes da sua própria história, cultura e contexto em que vivem (Machado, 2010).

Percebem-se, então, muitas dificuldades a serem superadas pelos Institutos Federais ofertantes do programa, incluindo adequações curriculares, considerando o exemplo do IFRN, em que o currículo do PROEJA é idêntico ao utilizado na modalidade regular, com mesmos componentes curriculares, ementa e carga horária de disciplinas.

Mesmo com esse contexto desfavorável, os institutos federais, além de não poderem repetir a visão reducionista e a formação precarizada da EJA oferecida ao longo da história da educação brasileira, precisam manter a qualidade referenciada da educação ofertada. Para tanto, são necessárias disposição e adequação dos componentes curriculares face às necessidades próprias dos beneficiários do programa, incluindo espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas garantam a esses estudantes formação comum aos demais participantes do Ensino Médio Integrado. Só assim será possível, conforme Delgado *et al.* (2013), atender às expectativas dos alunos da modalidade, respeitando sua identidade e lhes proporcionando uma educação de qualidade.

Capítulo III

Enquadramento Metodológico

O Capítulo III descreve o percurso metodológico seguido para alcançar os objetivos propostos no presente estudo. Apresenta a natureza qualitativa da investigação, os procedimentos de recolha de dados por meio do inquérito por questionário e da técnica de grupo focal, cujas informações colhidas foram interpretadas a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Esteves (2006), tendo resguardadas as questões éticas que permearam a investigação.

O capítulo ainda apresenta o contexto institucional do IFRN com destaque ao *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, *lócus* do estudo, além de caracterizar os sujeitos participantes da investigação, sendo eles os alunos jovens e adultos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA que responderam ao questionário e os professores atuantes nessa modalidade de ensino presentes na sessão de grupo focal realizada.

3.1. Natureza da Investigação

O presente estudo enquadra-se numa abordagem qualitativa, focada, essencialmente, em compreender a problemática referente à realidade do PROEJA no contexto do IFRN, mais especificamente, no *Campus* Natal - Zona Norte. Nessa perspectiva, coaduna-se com Stake (2007, p. 91), que afirma que a investigação de natureza qualitativa se concentra em uma circunstância específica, tendo em vista organizá-la para a interpretar de forma significativa, como refere, com o propósito de: “fraccioná-la e depois reconstituí-la mais significativamente”.

A investigação qualitativa se debruça na busca pela compreensão dos sentidos dos fenômenos e não em determinar conceitos fechados, definitivos para chegar a verdades absolutas. Vale considerar Lessa e Tonet (2008, pp. 50-51) ao afirmarem que:

Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso, a reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução.

É com esse entendimento que o presente estudo pretende problematizar as formas de adequação curricular necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no

Campus Natal - Zona Norte do IFRN, para resposta às especificidades dos seus estudantes jovens e adultos, com objetivo de trazer reflexões a respeito da complexidade desse campo de investigação. Tal realidade não pode ser quantificada ou mensurada, mas sim analisada e interpretada, enquadrando-se na proposta da abordagem qualitativa.

Numa perspectiva interpretativa, a revisão da literatura e análise documental, possibilitou o aprofundamento sobre as temáticas que versam sobre Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA e o currículo integrado como proposta curricular do programa no contexto da sua oferta pelos institutos federais. Após enquadramento teórico, buscaram-se informações sobre o marco histórico e legal que se sobressairam na implantação do PROEJA nessa realidade institucional, com destaque ao contexto do *Campus* Natal Zona - Norte do IFRN, contrapondo-se o que está previsto na legislação que rege o PROEJA e documentos institucionais que regulamentam o programa no âmbito do IFRN.

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos na presente investigação, foi necessário prosseguir com o emprego de uma abordagem metodológica nas técnicas e instrumentos de recolha e interpretação de resultados que não se restringissem a apresentar informações fragmentadas e estatísticas. Para tanto, definiram-se essas técnicas e instrumentos metodológicos, dando-lhes a devida importância, a esse respeito afirmam Quivy e Campenhoudt (1998, p. 185) a esse respeito:

A escolha dos métodos de recolha de dados influencia, portanto, os resultados do trabalho de modo ainda mais direto: os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, se escolhidos em conjunto, em função dos objetivos (...).

Para caracterização dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, optou-se pela utilização do inquérito por questionário. As respostas aos questionários complementarão as informações pessoais e acadêmicas dos estudantes obtidas através do Módulo Educação do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), a partir do acesso ao sítio eletrônico do SUAP disponível em <https://suap.ifrn.edu.br>.

Para analisar, em termos práticos, em que aspectos o currículo proposto no PPC do curso em questão está adequado aos estudantes beneficiários do programa, valorizou-se ao máximo o discurso daqueles que estão diretamente envolvidos no processo. Realizou-se ainda uma sessão de grupo focal com os docentes do curso como fonte privilegiada de informações que permitiram tomar em consideração, como critérios de validade e legitimidade, suas experiências, opiniões e reflexões enquanto sujeitos participantes da investigação a respeito do objeto central do estudo.

Com os dados coletados a partir das respostas ao inquérito por questionário e da transcrição literal da conversa gerada no grupo focal, articularam-se as informações quantitativas e qualitativas obtidas para ampliar a discussão durante o procedimento da interpretação dos resultados.

A considerar ainda a natureza qualitativa da investigação, e Chizzotti (2005) ao recomendar um olhar apurado do investigador para além do que está aparente dos dados coletados, adotou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011; Esteves, 2006) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, possibilita ao investigador compreender o sentido e significados das informações obtidas no grupo focal. A categorização dos dados, questão central dessa proposta, permitirá um recorte teórico da realidade estudada para compreensão dos desafios curriculares subjacentes à realidade do *locus* do estudo, na perspectiva de adequação às especificidades dos beneficiários do programa, com vistas ao aprimoramento da experiência desta oferta no *campus* em questão e no próprio IFRN.

A partir das inferências e interpretação das informações fornecidas pelos sujeitos participantes do estudo, seja através do inquérito por questionário ou participação do grupo focal, analisadas sob o enfoque do referencial teórico e metodológico, serão apresentados os resultados da investigação.

3.2. Contexto do Estudo

A partir do enquadramento metodológico a ser seguido na presente investigação, faz-se necessário apresentar a caracterização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) desde o seu surgimento como Escola de Aprendizes e Artífices até a presente institucionalidade, dando-se ênfase ao contexto do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, *locus* do estudo.

3.2.1. Caracterizando o IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, vinculado ao Ministério da Educação. A partir da sua natureza jurídica de autarquia, possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Como instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multi*campi*,

oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, através da articulação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas.

Com quase 110 anos de atividades, a instituição deu início às suas atividades em 1909, a partir do Decreto nº 7.566/1909, que estabeleceu a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, ofertante de cursos primários de desenho e oficinas de trabalhos manuais. A partir de 1937, a Lei nº 378/1937 alterou a denominação da escola para Liceu Industrial de Natal, ampliando a oferta, incluindo oficinas de alfaiataria, desenho, funilaria, marcenaria e sapataria.

Em 1942, a instituição passou a ser designada Escola Industrial de Natal (EIN), a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 4.073/1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. A partir dessa legislação, recebeu as oficinas, estas passaram a ser ofertadas no formato de cursos básicos de primeiro ciclo, sendo eles cursos de Trabalhos de Metal, de Indústria Mecânica, de Eletrotécnica e de Artes Industriais. Também foi permitida à escola a oferta de cursos de maestria para professores atuantes nessas áreas.

A partir da Lei Federal nº 3.552/1959, todas as Escolas Industriais do Brasil foram transformadas em autarquia, adquirindo autonomia administrativa, didática e financeira e transformando-se em instituições federais ofertantes de cursos técnicos de nível médio. Essa oferta só teve início na Escola Industrial de Natal em 1963 com a implantação dos primeiros cursos técnicos de nível médio em Mineração e em Estradas. Esses cursos equivaliam ao 2º grau, possibilitando aos concluintes o prosseguimento dos estudos no ensino superior. Em 1965, a EIN sofreu mais uma alteração na sua nomenclatura, passando a se chamar de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), mantendo-se a mesma estrutura e ofertas.

A Portaria Ministerial nº 331/1968 determinou extinguir gradativamente os cursos industriais básicos, substituindo-os pela oferta somente de ensino profissional de nível técnico. A portaria ainda tratou da alteração da denominação da EIFRN para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). Atendendo à determinação da referida portaria, entre os anos de 1969 e 1973, a ETFRN passou a ofertar novos cursos técnicos de nível médio em Edificações, Eletrotécnica, Geologia, Mecânica e Saneamento. Nesse interim, a partir da Lei nº 5.692/1971 que definiu a estrutura do ensino de 2º grau como ensino profissionalizante obrigatório, a ETFRN a se dedicar exclusivamente a essa oferta.

Na década de 1990, a ETFRN expandiu-se a partir da inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró) em 1994. Esse foi o marco inicial da interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado.

No final dessa mesma década, em 1999, a ETRN tornou-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), em decorrência do Decreto nº 2.208/1997, que ainda determinou que além da oferta da educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, ministraria cursos de Ensino Médio de forma concomitante e cursos técnicos subsequentes. A partir de 2002, além dos cursos superiores de graduação tecnológica, o CEFET-RN passou a ofertar cursos superiores de licenciatura.

Em 2006, o Governo Federal iniciou um plano nacional de expansão da Rede Federal tendo em vista a ampliação da interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em todo o Brasil. Dessa forma, assinalando a Fase I da expansão da Rede no RN, foram inauguradas as Unidades de Ensino de Currais Novos, Ipanguaçu e Natal - Zona Norte. Nesse mesmo ano foi lançado o PROEJA, marcando o início da oferta de educação profissional de nível médio na modalidade EJA na instituição, que também passou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*. É importante destacar que nenhuma dessas unidades do CEFET, que passaram a oferta de vagas para o PROEJA, tinham em seu histórico de atividades outras experiências com a modalidade EJA, tampouco ofereceu aos seus servidores formação para atuação nas turmas ofertadas pelo programa.

Pouco antes do centenário do início de suas atividades, a instituição assumiu uma nova configuração a partir da Lei nº 11.892/2008, passando a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). No início do ano seguinte, a partir da Fase II da expansão da Rede no RN, o agora IFRN inaugurou 6 novos *campi* no interior do estado, sendo eles: Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz. Além deles, iniciaram atividades os núcleos avançados de Natal - Cidade Alta, Nova Cruz e Parnamirim. Hoje esses 3 núcleos também são *campi* do IFRN.

A partir dessa nova institucionalidade, as UNED de Currais Novos, Ipanguaçu, Mossoró e Natal - Zona Norte passaram a denominar-se *campus* do IFRN. Esses e os demais *campi* do instituto, hoje totalizando 21 em todo o RN, estão estruturados a partir dos arranjos produtivos locais e das características socioeconômicas de onde estão inseridos em busca de atender e possibilitar avanço no desenvolvimento local e estadual, tendo a Reitoria como unidade administrativa. Abaixo, a Figura 1 apresenta a distribuição do IFRN em todas as mesorregiões do território estadual:



Figura 1. Mapa de distribuição dos 21 campi do IFRN pelo Estado do RN (Fonte: IFRN, 2019, p. 27)

O IFRN tem como função social a oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade socialmente referenciada e com uma proposta político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia. Dessa forma, assume compromissos, tais como: a “formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social” (IFRN, 2012b, p. 21). Atualmente oferta todos os níveis de ensino, desde cursos para formação inicial e continuada de trabalhadores, passando pelos técnicos profissionais de nível médio integrados e subsequentes, superiores de licenciaturas e tecnologia até pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Dentre os objetivos e finalidades básicas institucionais, os que se referem à oferta da EJA no contexto do PROEJA, objeto de estudo da presente investigação, são:

ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica; ministrar ensino médio, observadas a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio; e, ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia (IFRN, 2012b, p. 22-23).

3.2.2. Caracterizando o *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

O *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, inaugurado em 2006, fez parte da Fase I da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no RN, iniciando suas atividades em abril de 2007 na mesma localidade das atuais dependências, em um terreno cedido pela prefeitura de Natal na Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi. O terreno de 30.000 m² tem 8.122,26 m² área construída, urbanizada e ambientada.

A região em que se situa está na microrregião de Natal, mesorregião do Leste Potiguar e segundo dados de 2016 da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Natal (SEMURB), apresentou a maior taxa de crescimento populacional das 4 zonas da capital do Rio Grande do Norte, correspondendo a 35% de crescimento entre os anos de 2007-2017. Atualmente, com cerca de aproximadamente 387 mil habitantes, é a maior região metropolitana de Natal, com uma população maior até que o município de Mossoró (Anuário Natal, 2016).

Dessa forma, o *campus* atende a toda essa população da região, cuja economia se concentra nas atividades comerciais e de serviços de apoio urbano, com potencial para desenvolvimento do turismo e de arranjos produtivos locais nas áreas de comércio, indústria e serviço. Justifica-se, portanto, a oferta de cursos nos eixos tecnológicos com atuação prioritária em Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios e Informação e Comunicação. São eles: cursos técnicos integrados em Comércio, Eletrônica, Informática para internet, técnico integrado em Comércio ofertado pelo PROEJA, técnico subsequente em Manutenção e Suporte em Informática e cursos superiores de Licenciatura em Informática e de Tecnologia em *Marketing*. O *campus* ainda oferta cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e cursos subsequentes na modalidade de Educação à Distância (EaD).

Dados constantes no Módulo Educação do Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) no primeiro semestre letivo de 2019, o *campus* soma, em todos os cursos ofertados um total de 1.191 alunos matriculados. Desses, 105 são alunos Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, representando 8,8% do total de matrículas registradas.

Para atender a esses alunos oriundos de 18 municípios do estado, o *campus* Natal - Zona Norte do IFRN conta com um corpo de 100 servidores, sendo professores efetivos, professores substitutos e servidores técnicos-administrativos efetivos segundo dados do Relatório de Gestão do 2018 do *Campus* Natal - Zona Norte (2018).

Vale destacar que o *Campus* Natal - Zona do IFRN ainda desenvolve 19 projetos de extensão e tem mais de R\$ 900 mil investidos em assistência ao estudante. Merecem destaque também as

atividades da pesquisa, com 25 projetos envolvendo alunos em curso, além de, nos últimos 6 anos, ter recebido 12 premiações internacionais e ter registrado 4 patentes de produtos oriundos dessas pesquisas. Uma dessas patentes é de um produto capilar desenvolvido por uma aluna do PROEJA.

3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Após mergulhar nas fontes teóricas, legais e documentais, iniciou-se o processo de coleta de dados na busca por informações para alcançar os objetivos propostos e para a elucidação das questões de investigação. A partir da natureza qualitativa desse estudo, optou-se pela recolha de dados por meio de inquérito por questionário e grupo focal.

A refutar uma visão abstrata e genérica sobre os alunos jovens e adultos do PROEJA do Curso Técnico em Comércio Integrado, ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte, é imperioso desmistificar o rótulo do senso comum e considerá-los em suas especificidades no que diz respeito às características biográficas e às características da vida escolar sob o olhar deles próprios. Para reflexões a respeito das adequações curriculares necessárias aos alunos beneficiários, realizou-se o inquérito por questionário para conhecer esses sujeitos de forma aprofundada e clara, além de apreciar o que conhecem, consideram e sugerem a respeito do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA e seu projeto pedagógico.

No contexto da presente investigação, compreende-se ainda a importância da utilização do grupo focal para problematizar as formas de adequação curricular necessárias ao PPC do curso para resposta às especificidades dos seus estudantes jovens e adultos. A partir da interação proporcionada durante a sessão, foram consideradas as opiniões, reflexões, perspectivas e experiências dos participantes na modalidade EJA e mais especificamente no PROEJA no contexto do IFRN.

A seguir, estão descritos os referidos procedimentos de recolha de dados tal como foram elaborados e aplicados no *lócus* do estudo o que permitiu à investigadora amplas inferências em relação à temática discutida sob a óptica tanto dos alunos quanto dos professores.

3.3.1. Questionário

A utilização do inquérito por questionário como técnica de recolha de dados é comum em investigações na área da educação, principalmente para coleta de dados primários. Consiste em uma observação direta extensiva, segundo Lakatos e Marconi (2003), através de perguntas de múltipla escolha, sejam elas abertas ou fechadas, a serem respondidas pelos sujeitos participantes sem, necessariamente, precisarem da presença do investigador no momento da recolha. Tuckman (1994 *apud* Pacheco, 2006, p. 22) considera o questionário como processo para aquisição de dados sobre pessoas interrogando-as e não através de observação ou recolha de evidências de comportamento. É válido destacar que através da resposta às questões, os sujeitos emitem suas próprias observações sobre o que pensam ou como se comportam a respeito de uma situação específica.

Os questionários podem ser usados desde que sejam adequados aos objetivos da investigação. No caso do presente estudo, optou-se por esse instrumento para sondagem e aprofundamento da caracterização dos estudantes beneficiários do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, para auxiliar na exploração do objetivo central da investigação a respeito dos desafios curriculares a uma resposta adequada a esses estudantes. Oliveira (2012, p. 83) fundamenta essa opção metodológica ao afirmar que: “em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais”.

Na perspectiva de Bogdan e Biklen (1994), os dados quantitativos coletados no questionário em uma investigação de natureza qualitativa têm valor informativo, a partir dos quais a análise do investigador incidirá na compreensão das informações contidas nessas variáveis de acordo com o interesse do estudo. Dessa forma, o questionário é útil no contexto do presente estudo para apresentação clara e objetiva dos estudantes beneficiários do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, sem qualquer rótulo estabelecido.

3.3.1.1. Elaboração e aplicação dos questionários

Ao considerar, conforme destacam Laville e Dionne (1999), a utilidade do inquérito por questionário para interrogar os sujeitos da investigação através de uma série de perguntas sobre o tema a ser investigado, elaborou-se uma proposta de questões tendo em vista caracterizar os

estudantes beneficiários do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Zona - Norte do IFRN no primeiro semestre letivo de 2019.

As perguntas foram organizadas em 3 blocos, totalizando 19 questões, incluindo perguntas de múltipla escolha, perguntas fechadas condicionantes e perguntas abertas. Antes do início dos blocos das questões, dispôs-se, de forma breve, informações gerais sobre a investigação e seus objetivos, destacando-se a finalidade do referido instrumento de coleta de dados, além das 2 questões iniciais que tratam da ciência de participação no estudo e autorização para utilização das informações obtidas no questionário desde que resguardado o anonimato dos participantes.

Por meio da resposta às questões, os sujeitos participantes que aceitarem participar da investigação forneceram informações sobre seus dados biográficos (Bloco I), sobre a sua vida escolar (Bloco II) e sobre seu conhecimento, opinião e sugestões a respeito do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA (Bloco III). Optou-se pela distribuição das questões nesses blocos temáticos a partir da compreensão de que essa configuração facilitaria o processo da interpretação dos resultados.

A elaboração das questões de um inquérito por questionário, conforme relata Oliveira (2012), parte da clareza do investigador em relação à necessidade da facilidade na obtenção de informações a partir de coleta de dados. Nessa perspectiva, após a definição da proposta inicial das questões do inquérito, a investigadora criou um formulário através da funcionalidade do *Google Forms* tendo em vista que, diante dos sujeitos a serem investigados, a praticidade possibilitada pelo preenchimento do questionário *online* otimizaria o tempo demandando para resposta dos sujeitos. A geração automática dos dados coletados a partir das respostas ao formulário é outro facilitador para posterior análise.

Antes de chegar à versão final do inquérito *online*, o questionário foi submetido à validação a partir da disponibilização do *link* do formulário para que alunos que não faziam parte do grupo em estudo pudessem respondê-lo em versão de pré-teste. Foram eles 2 alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Natal - Central do IFRN, sendo um deles do sexo masculino, cursando 4º período e outro do sexo feminino, aluna do 2º período do curso. Considerando que não foram feitas sugestões de adequações ao inquérito *online*, manteve-se essa versão para preenchimento dos sujeitos participantes da investigação. Tal versão está disponível em <https://forms.gle/5vGQX18DbLgzyjUw7>.

Em paralelo a isso, estabeleceu-se contato com o coordenador do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte expondo-se o objetivo da investigação, mais especificamente do inquérito por questionário a ser respondido pelos alunos regularmente matriculados no curso no primeiro semestre letivo de 2019.

A partir da solicitação de espaço e horário para aplicação dos questionários na versão *online*, o coordenador alertou sobre a dificuldade dos alunos na utilização do computador. Dessa forma, a investigadora adotou como estratégia a reserva de algum laboratório de informática do *campus* com disposição de computadores conectados à rede para acompanhar as turmas no preenchimento dos formulários. Esse acompanhamento restringiu-se apenas ao esclarecimento de dúvidas em relação à utilização do computador e preenchimento do questionário, resguardada a não interferência na resposta às questões.

Confirmada essa possibilidade e a disponibilidade de horários nos laboratórios de Informática, a investigadora entrou em contato com os professores das turmas para cessão dos seus horários de aula para aplicação do questionário, sem antes expor os objetivos da investigação e do referido instrumento de coleta de dados. Os colegas foram bastante solícitos e prontamente disponibilizaram suas aulas para esse fim.

Dessa forma, dia 22 de maio do ano corrente, no primeiro horário de aula, com início às 19 horas, os alunos das turmas de 5º e 7º períodos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte foram conduzidos ao Laboratório de Informática I. Na presença da investigadora e dos seus professores receberam breves esclarecimentos sobre a investigação e finalidade do preenchimento do questionário para o estudo. O *link* do *Google Forms* (<https://forms.gle/5vGOX18DbLgzyjUw7>) estava escrito no quadro do laboratório para os alunos acessarem nos computadores disponíveis.

Logo se confirmou o que o coordenador do curso informou sobre a dificuldade dos alunos com a informática tendo em vista que muitos não conseguiram sequer acessar à rede através de senha pessoal e matrícula por não digitarem os dados corretos. Vencida essa etapa, outra dificuldade encontrada foi para digitar o *link* no navegador, compreensível em virtude da longa sequência de números e letras maiúsculas e minúsculas do endereço eletrônico. Após conseguirem acessar o questionário, os alunos não apresentaram dificuldade em responder às questões, com todos os presentes concluindo o preenchimento em cerca de 45 minutos.

Dos 8 alunos regularmente matriculados e frequentando aulas do 5º período do curso, 6 estavam presentes na aula e se dispuseram a responder ao inquérito. Já em relação aos 11 alunos regularmente matriculados e frequentando aulas no 7º período, 9 dos presentes preencheram o formulário. No total do primeiro dia de aplicação, foram obtidas 15 respostas. Além dessas 15, soma-se a resposta de mais um aluno do 5º período que respondeu ao questionário dia 24 de maio a partir

de *link* disponibilizado pelo coordenador do curso por não estar presente no momento de aplicação junto a sua turma.

No dia seguinte, 23 de maio do ano corrente, responderiam aos questionários os alunos das turmas de 1º e 3º períodos, totalizando 53 respondentes previstos a considerar os regularmente matriculados e frequentando as aulas nas suas respectivas turmas.

É válido destacar que, ao considerar as dificuldades encontradas no primeiro dia de aplicação e a quantidade de respondentes previstos, desta vez a investigadora chegou com bastante antecedência ao Laboratório de Estudos em Informática do *campus* conforme agendamento, acessou todas as máquinas disponíveis com sua senha pessoal e matrícula e abriu o *link* do *Google Forms* em todos os computadores antes da chegada das turmas.

Após receberem os mesmos esclarecimentos sobre a investigação e finalidade do preenchimento do questionário para o estudo na própria sala de aula, pouco depois das 19 horas, a primeira turma chegou ao laboratório. Estavam presentes 27 alunos dos 35 matriculados e frequentando o 1º período do curso. Mesmo com o acesso aos computadores e à própria página do questionário facilitados pela investigadora, os alunos utilizaram a mesma média de tempo de cerca de 45 minutos para resposta às questões.

Adotados os mesmos procedimentos para acesso ao questionário e esclarecimentos sobre o estudo, após o intervalo das aulas, por volta das 20h30min, chegaram ao Laboratório de Estudos em Informática os 9 alunos presentes dos 18 matriculados e frequentado aulas previstos do 3º período do curso. Estes, por sua vez, demonstraram mais habilidade e agilidade na resposta aos questionários, concluindo o preenchimento em cerca de 10 minutos.

Finalizada a aplicação do questionário em todas as turmas do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte obteve-se um total de 52 respondentes, o que corresponde a um percentual de 72% de respondentes do total de 72 alunos regularmente matriculados no curso que estão frequentando as aulas no primeiro semestre letivo de 2019. O *link* do *Google Forms* ficou indisponível para respostas a partir do dia 25 de maio de 2019. A partir de então, os 52 respondentes passam a ser considerados sujeitos participantes do estudo.



Figura 2. Aplicação de questionário a alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no Laboratório de Informática do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Os dados coletados a partir do preenchimento do questionário serão utilizados para melhor descrever a identidade e as especificidades dos alunos beneficiários do PROEJA do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN e compreender o que consideram a respeito do próprio curso.

3.3.2. Grupo Focal

A técnica do grupo focal consiste na realização de uma ou mais reuniões, as quais se chamam sessões, para discussão de tema específico por pessoas previamente selecionadas a partir de critérios definidos, a fim de atingir os objetivos de uma investigação. A seleção dos participantes da sessão observa a vivência e experiência que possuem em relação a um tema abordado na investigação. Dessa forma, Gatti (2005) destaca a utilidade dos grupos focais para exploração do grau de consenso em relação a determinado tema na intenção da compreensão de suas diferenças e contradições. O grupo focal ainda é referido como uma técnica de coleta de dados eficaz para a investigação qualitativa, tendo em vista que possibilita obter informações complexas com o mínimo de interferência do investigador.

É necessário ainda diferenciar o grupo focal de uma espécie de entrevista coletiva já que as sessões não se restringem apenas à resposta aos questionamentos feitos pelo investigador, mas sim a todo o contexto de interação entre os participantes ao se colocarem a respeito de uma temática.

Morgan (1997) afirma que os grupos focais são uma técnica de pesquisa qualitativa derivada de entrevistas grupais, mas caracterizada especificamente pela coleta de dados através das interações entre os participantes.

Nessa perspectiva, vale ainda destacar a importância desse procedimento nessa investigação qualitativa, conforme considera Gatti (2005, p. 11):

A pesquisa com grupo focal, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias compartilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

Orienta-se ainda que cada sessão do grupo focal envolva entre 6 a 12 participantes que tenham características em comum, mas que a diversidade de suas experiências possa trazer riqueza à discussão. Esse limite de participantes é sugerido para que o grupo não se disperse ou que a participação não fique restrita apenas a participantes específicos em virtude de um número maior de membros no grupo. Conforme Pizzol (2004), o número de participantes deve permitir a participação efetiva de todos para discussão adequada do tema. Nesse sentido, corrobora Minayo (1998) que é necessário que todo o ambiente esteja favorável à discussão para possibilitar aos participantes a exposição dos seus pontos de vistas e suas percepções.

A duração da sessão deve ser de 1 hora e meia a 3 horas até que a temática se esgote na discussão, de forma que nem seja superficial nem saturada ou cansativa. Gondim e Veiga (2001) consideram que a discussão se dá por esgotada quando os participantes do grupo focal não acrescentam mais nenhum argumento ou conteúdo em relação à temática ou tornam-se a ser repetidos e previsíveis. Caso julgue necessário, o investigador, chamado de moderador, pode organizar um único grupo focal em mais de uma sessão, a depender da abrangência da temática, ou montar mais de um grupo focal, de acordo com o número de participantes que precisam ser ouvidos.

Cabe, então, ao moderador coordenar e organizar as falas, envolvendo todos os participantes nas discussões para que se obtenha um espectro detalhado e diversificado sobre o tema. Nesse sentido, é importante que o investigador informe de forma objetiva o tema a ser abordado e que conduza a sessão de forma imparcial, para que a discussão flua e os participantes se sintam à vontade e nem estejam condicionados para se posicionarem. Para registro das informações do grupo focal, o moderador pode utilizar instrumentos de gravação de voz ou vídeo para posterior transcrição, apoiando-se ainda de alguns apontamentos por escrito.

Ainda se sugere ao investigador a elaboração de um guião que oriente a discussão em torno de tópicos que precisam ser evidenciados no estudo. É válido lembrar, porém, que tal guião deve ser essencialmente flexível e adaptável de acordo com a fluência da abordagem do tema em cada sessão do grupo focal. Além de evitar questões objetivas no guião, Gomes e Barbosa (1999) ainda sugerem evitar questões que perguntem “por que”, já que poderiam provocar uma postura defensiva dos participantes ou se posicionarem de forma “politicamente correta”, sem colocações sinceras e reais.

No contexto da presente investigação, compreende-se a importância da utilização do grupo focal para problematizar as formas de adequação curricular necessárias ao PPC do Curso Técnico Integrado de Comércio PROEJA, no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, para resposta às especificidades dos seus estudantes jovens e adultos a partir do que pontuam os professores atuantes no curso em questão. A partir da interação proporcionada durante a sessão, seus participantes exporão suas opiniões, reflexões, perspectivas e experiências, o que permitirá à investigadora amplas inferências em relação à temática discutida. O grupo focal ainda possibilita, além do acesso às opiniões individuais dos participantes, a observação das interações entre eles ao reagirem às respostas dos colegas e ao se posicionarem em relação ao que concordam ou discordam. Dessa forma, é possível obter uma ampla visão sobre o que se pretende investigar no estudo sobre a temática específica.

Diante dos dados coletados a partir do grupo focal, fica a critério do próprio investigador a escolha de um modelo de análise que envolva esses dados com os respectivos significados em diálogo com seu referencial teórico de modo a dar uma resposta adequada e abrangente ao objeto de estudo. Nessa perspectiva, Gatti (2005, p. 47) observa que é possível ao investigador realizar “(...) agrupamentos de opiniões, comparando e confrontando posições, extraindo significado das falas ou de outras expressões registradas, analisando a vinculação desses agrupamentos com variáveis contempladas na composição do grupo”. No contexto da presente investigação optou-se pela análise de conteúdo fundamentada por Bardin (2011) e Esteves (2006).

3.3.2.1. Realização do Grupo Focal

Na intenção de entender o que os professores atuantes no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN compreendem a respeito do PPC do curso e os desafios curriculares a uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos beneficiários do

programa, optou-se nessa investigação pela realização de grupo focal com estes participantes. Essa opção metodológica deu-se por considerar que o grupo focal promove um amplo debate entre seus participantes a partir de uma maior problematização sobre o tema em questão do que entrevistas individuais poderiam possibilitar. É importante notar ainda que, em virtude da complexidade das questões a serem investigadas a respeito da temática, a realização e transcrição de entrevistas requereriam bastante tempo.

Ao considerar Leny (2009) ao afirmar que, para a utilização do grupo focal como estratégia metodológica, faz-se necessário compreender tanto os fundamentos quanto os procedimentos da técnica, buscaram-se leituras para apropriação e levantamento de estratégias para sua realização no *lôcus* da investigação.

Deu-se início ao contato com o coordenador do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte expondo-se o objetivo da investigação e solicitando apoio para agendamento de data e local adequados para a realização do grupo focal e articulação com possíveis participantes da sessão. Em paralelo organizava-se o guião de questões para nortear a discussão durante a sessão a partir do enquadramento teórico-metodológico seguido pela investigação. A primeira versão desse guião foi validada a partir de análise de dois professores do IFRN e duas técnicas-administrativas de nível superior com conhecimento da realidade da temática do estudo.

O primeiro deles é professor do quadro efetivo da disciplina de Matemática com ingresso na instituição em 2006 e com atuação *Campus* Natal - Zona Norte até 2012. É doutor em Ensino de Ciências e Matemática, atualmente atua na Coordenação de Acesso Discente da Pró-Reitoria de Ensino do IFRN. Sua análise não sugeriu nenhuma alteração no guião. A segunda é pedagoga docente do quadro efetivo de disciplinas da área de Educação dos cursos superiores. Doutora em Educação, ingressou no IFRN em 2009 e atua no *Campus* Natal - Zona Norte de 2010 até os dias atuais. Após analisar o guião, sugeriu que, para caracterização dos participantes do grupo focal, fosse questionada a experiência docente com Educação de Jovens e Adultos de modo geral e não apenas no contexto do PROEJA no IFRN, mas também em outras instituições e redes de ensino. Sugeriu ainda, em relação ao questionamento sobre se a maneira como a proposta curricular do PROEJA está posta atende às especificidades dos estudantes beneficiários do programa, não perguntar apenas adequações curriculares necessárias caso tais especificidades não sejam atendidas, mas também apontar que se acredita que a atual proposta curricular atende aos estudantes beneficiários.

Receberam-se sugestões ainda de outra colega, mestre em Educação ocupante do cargo de Técnica em Assuntos Educacionais com ingresso no IFRN em 2015 com atuação no *Campus* João

Câmara desde então como membro da Equipe Técnico-Pedagógica. Apresentou sugestões para alterar termos em algumas questões de forma a deixá-las mais abertas, a fim de possibilitar aos participantes do grupo focal a oportunidade de falar mais detalhadamente sobre os temas, fornecendo mais informações, tal como seguem abaixo:

Questão proposta no guião: Você considera que o que está proposto no PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA se adequa à realidade atual?

Sugestão: Em que medida você considera que a proposta do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA se adequa à realidade atual?

Questão proposta no guião: Você considera possível que a matriz curricular do curso envolva as especificidades dos estudantes beneficiários do programa?

Sugestão: Em que medida você considera possível que a matriz curricular do curso atenda às especificidades dos estudantes do PROEJA.

Questão proposta no guião: Na sua opinião, a maneira como a proposta curricular do PROEJA está posta atende às especificidades dos estudantes beneficiários do programa? Por favor, justifique sua resposta.

Sugestão: Na sua opinião, em quais aspectos a proposta curricular se aproxima e em quais ela se afasta das especificidades dos estudantes?

As últimas contribuições em relação à proposta inicial do guião foram dadas por uma pedagoga do quadro efetivo com ingresso no IFRN em 2011, mestre em Educação Profissional, atualmente em exercício no *Campus* Lajes como membro da Equipe Técnico-Pedagógica. Sua sugestão referiu-se à pergunta que questiona sobre os espaços de discussão das propostas de adequação curricular, a fim de evitar qualquer equívoco de compreensão conceitual e não correr o risco de os participantes confundirem o termo “espaços” com espaço físico.

Questão proposta no guião: Em quais espaços as propostas de adequação curricular devem ser discutidas? Esses espaços existem?

Sugestão: Em quais grupos de discussão as propostas de adequação curricular devem ser tratadas? Esses grupos estão em atividade? Com que frequência se reúnem para tais discussões?

Com a versão validada e definitiva do guião (Ver Apêndice 4) a partir da contribuição dos colegas, compreendeu-se que, considerando o número ideal de participantes sugerido pela literatura, comporiam a sessão única do grupo focal os membros titulares do NCE de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio, totalizando 6 participantes, sendo eles o próprio coordenador e outros 4 docentes do Núcleo tecnológico do curso e a técnica em assuntos educacionais membro da ETEP do

campus, tal qual exposto na caracterização do grupo de participantes do estudo. Considerando que numa investigação qualitativa devem ser valorizadas as experiências e percepções dos sujeitos do estudo, selecionaram-se tais participantes por considerar que o seu envolvimento com o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA possibilita ampliar a discussão acerca da proposta curricular do curso em questão.

A seleção dos participantes do grupo focal a serem considerados como participantes da presente investigação busca pela ampla visão a respeito da compreensão do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA e os desafios curriculares a uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos beneficiários do programa.

Decidiu-se, portanto, que a composição do grupo focal deve envolver os membros titulares do Núcleo Central Estruturante (NCE) de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio, totalizando 6 elementos convidados a fazerem parte do grupo focal. Tal opção seguiu recomendação de Barbour e Kitzinger (1999 *apud* Leny, 2009), considerando que esses participantes apresentam homogeneidade em relação à presente atuação no PROEJA, o que lhes dá competência e propriedade para discussão do tema, de forma crítica e reflexiva, por conhecerem os fatores que interferem na questão central da investigação.

É importante explicitar que os Núcleos Centrais Estruturantes são comissões permanentes de professores e servidores técnicos-administrativos especialistas com a função de assessoria dos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos nas diversas áreas. Estão vinculados à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino do IFRN e têm, como objetivo geral, garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento dos currículos nos diversos *campi*, com vistas a manter um padrão de qualidade, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O NCE em questão, de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio, enquadra-se dentre os NCE tecnológicos, voltados para os cursos de engenharia, cursos superiores de tecnologia e técnicos de nível médio vinculados, o que envolve o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. Tem vigência de 2 anos e foi instituído por portaria a partir de resultado de pleito regulamentado via edital para escolha dos seus membros mediante critérios e competências definidos acerca do perfil de composição, conforme consta na Organização Didática do IFRN. É composto por um total de 9 membros, sendo 6 titulares e 3 suplentes, tendo, dentre os membros titulares os coordenadores do Curso Técnico em Comércio Integrado e Integrado PROEJA e Superior de Tecnologia em *Marketing*, um membro da ETEP do *campus* e professores do núcleo tecnológico dos cursos em questão.

Após a seleção dos sujeitos a participarem do grupo focal, retomou-se o contato com o Coordenador do curso para definição da data da sessão conforme a disponibilidade temporal dos participantes. Enviou-se por e-mail, no dia 24 de maio do presente ano, um convite para participação no estudo (Ver Apêndice 2) aos pretensos participantes da sessão do grupo focal, com breves esclarecimentos sobre as intenções da investigação, a ocorrer às 16h30min do dia 29 de maio no Laboratório de Gestão do *Campus* Natal - Zona Norte.

Na data agendada, a investigadora apresentou *Requerimento para realização de investigação* (Ver Apêndice 1) à Direção-geral do *campus* e, mediante autorização, dirigiu-se ao espaço onde se realizaria a sessão para verificar se comportaria os participantes de forma confortável e se estariam garantidos o silêncio e o isolamento de interrupções externas. Confirmadas essas condições, organizaram-se as cadeiras ao redor da mesa, disponibilizando-se ainda o *Termo de Autorização para participação no estudo* (Ver Apêndice 3) a ser lido, preenchido e assinado pelos participantes antes do início da sessão, tal qual registro apresentado abaixo, na Figura 3.

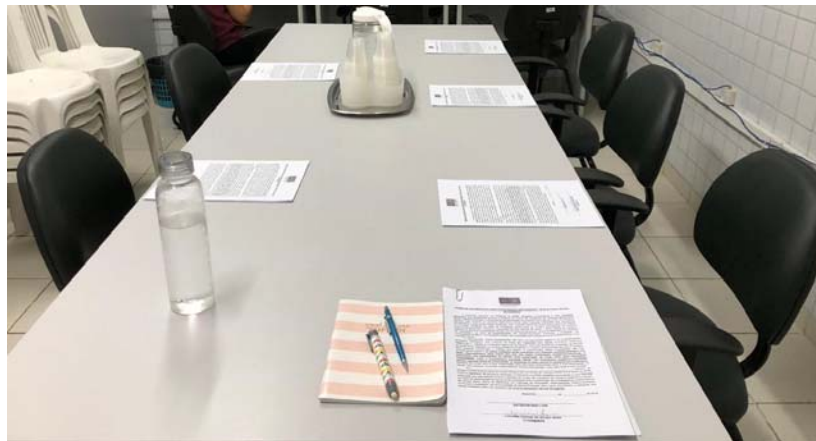


Figura 3. Organização da sala do Laboratório de Gestão do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN para realização da sessão única do grupo focal

Vale informar que, para realização da sessão, a investigadora contou com apoio de uma observadora externa comprometida em não se manifestar durante a discussão. Seu papel foi fazer anotações adicionais e dar suporte técnico em relação aos equipamentos utilizados para registro da sessão.

Foram dispostos, no centro da mesa, um celular com aplicativo livre para gravação de voz, denominado “Gravador”; e, em mesa ao fundo da sala, um *tablet* com aplicativo livre para gravação

de som e imagem, denominado “Câmera”. Ainda foram feitas anotações pela investigadora e pela observadora, na perspectiva de assegurar o registo da sessão em sua integridade. Todos esses registos foram expressamente consentidos pelos participantes a partir do estabelecido no *Termo de Autorização para participação no estudo* assinado no início da sessão, conforme questões éticas da presente investigação.

Na hora marcada para início da sessão, o coordenador do curso foi o primeiro a chegar ao local e informou que todos os docentes do Núcleo Tecnológico de Gestão e Negócio, que no momento lecionam ou já lecionaram ou lecionarão disciplinas no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, independentemente de ser membro do Núcleo Central Estruturante (NCE) de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio, por demonstrarem interesse em participar do grupo em virtude da temática envolvida.

Dessa forma, estiveram presentes 11 docentes, dentre eles 5 já previstos por serem membros titulares do NCE, inclusive o já mencionado Coordenador do curso Técnico em Comércio Integrado e Integrado PROEJA, 3 suplentes do NCE e outros 2 professores que não eram membros do NCE mas lecionam disciplinas no PROEJA. Destaca-se ainda que a técnica em assuntos educacionais, membro titular do NCE previamente convidada para participar da sessão, não pôde comparecer por estar de licença médica para tratamento de saúde. Os participantes do grupo focal, tendo sido convidados previamente ou não, são, a partir de então, considerados sujeitos participantes da investigação.

Mesmo com essa nova configuração do grupo focal, cuja quantidade de participantes estava bem próxima ao limite máximo sugerido para cada sessão, a investigadora concordou com a participação de todos os interessados considerando que poderiam trazer contribuições valiosas para a discussão e a participação já se constituía como um espaço de formação para tais.

O grupo focal iniciou com a apresentação da investigadora enquanto moderadora da sessão, e da observadora, sendo expostos sucintamente os objetivos da presente investigação e da realização do próprio instrumento utilizado para coleta de dados com suas respectivas questões centrais. Após esse momento, foi sugerido pela moderadora que os participantes se apresentassem informando nome, tempo de serviço no IFRN, tempo de atuação na modalidade da educação de jovens e adultos e no PROEJA e se possuíam formação na área da EJA.

Seguiu-se o roteiro com 10 questões abertas propostas no guião, a partir das quais foi possível problematizar as formas de adequação curricular necessárias ao PPC do curso em questão, para resposta às especificidades dos seus estudantes jovens e adultos. Houve liberdade para que os participantes da sessão se expressassem de forma espontânea, sem interferência da moderadora,

respeitando-se o tempo dedicado a cada questão de acordo com o ritmo e a fluência da discussão até esgotamento do tema.

O grupo focal funcionou de forma tranquila, com as falas organizadas, sem tumulto ou repetição de falas, com duração de pouco mais de 1 hora e 30 minutos, com todos os questionamentos respondidos a contento, sem necessidade de acréscimo de outras questões, sendo propostas pelo grupo ou pela moderadora. Ao considerar que os participantes já se conheciam foi estabelecido um clima favorável à troca de experiências e opiniões, o que não foi comprometido pela presença da observadora, desconhecida ao grupo. Além disso, pela atuação na modalidade de ensino em questão, os participantes apresentaram competência para se posicionar com propriedade em virtude da familiaridade com a temática discutida na sessão, cujo resultado foi bastante satisfatório pelo envolvimento e comprometimento de todos. Segue registro fotográfico do grupo focal, preservando-se a identidade dos participantes.



Figura 4. Realização de grupo focal com professores do Núcleo Tecnológico de Gestão e Negócio do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Após a realização do grupo focal, foram transcritos na íntegra os registros dos aportes eletrônicos, e ainda com suporte das observações anotadas pela moderadora e observadora, os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), na perspectiva de Esteves (2006), conforme descrito a seguir.

3.4. Análise de conteúdo como técnica de interpretação dos resultados

A análise e a interpretação dos dados coletados, das quais depende a relevância de qualquer investigação de acordo com Morgado (2012), será norteadas a partir da metodologia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Esteves (2006), frequentemente utilizada em investigações qualitativas na área de Educação, seja no Brasil ou em Portugal.

Definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, a análise de conteúdo utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para auxiliar na extração de conteúdo latente ou diretamente manifesto no conteúdo das mensagens. Suscita, assim, realce dos sentidos e significados possibilitando compreensão mais ampla dos dados coletados. Nas palavras de Esteves (2006, p. 108)

a perspectiva qualitativa da análise de dados (...) defende que a análise de conteúdo, mais do que simplesmente descritiva e atenta ao conteúdo manifesto, visa a produção de inferências e, portanto, a interpretação e, eventualmente, a explicação dos fenómenos tanto patentes quanto latentes da comunicação.

Nesse sentido, é através das inferências feitas pelo investigador que a análise avança de uma simples descrição para uma interpretação mais ampla dos dados coletados. Para tanto, é a partir da objetividade, do rigor e da sistematicidade nos procedimentos que a análise de conteúdo se caracteriza pela confiabilidade. Tal rigor nota-se pela necessidade da existência de um “projecto de investigação suficientemente detalhado, que assegura que os dados suscitados pelo investigador (...) sejam relevantes e que a respectiva análise de conteúdo esteja, por essa via, facilitada” (Esteves, 2006, p. 112).

A categorização dos dados é o procedimento principal da análise de conteúdo, através do qual se reconfigura o material coletado, classificando-o e reduzindo-o aos dados considerados relevantes para os objetivos da investigação. São elencados diversos tipos de categorias na análise de conteúdo, dentre elas, a classificada análise categorial na terminologia de Bardin (2011), mais frequente nas investigações no contexto da Educação. Refere-se à criação de categorias para organização por analogia dos dados coletados, tal qual se dá no presente estudo.

Considerados já definidos os objetivos, a metodologia e constituído o *corpus* documental a ser submetido à análise, chega-se a essa categorização através do que se denomina leitura flutuante. A partir dela, o investigador se deixa “impregnar pela natureza dos discursos recolhidos e pelos sentidos gerais neles contidos a fim de começar a vislumbrar o sistema de categorias a usar no tratamento” (Esteves, 2006, p. 113).

A categoria em si, conforme Vala (2001 *apud* Pacheco, 2006, p. 25), é “composta por um termo-chave que indica a significação central do conceito que se quer aprender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito”. A exaustividade na leitura dos dados coletados e transcritos permite definir temas a partir dos quadros de referência emergentes do material coletado. A partir desses temas, definem-se as categorias e codificam-se os dados em unidades de registo e unidades de contexto dentro dos indicadores elencados em cada categoria.

De acordo com Pacheco (2006) e Bardin (2011), a codificação refere-se ao procedimento de classificação e agregação sistemática dos dados brutos em unidades a partir de critérios pré-definidos de acordo com características em comum.

A Unidade de Registo é “o elemento de significação a codificar, a classificar, ou seja, a atribuir a uma dada categoria” (Esteves, 2006, p. 114). Desse modo, fazem-se recortes nos dados coletados em função das categorias. A partir das unidades de registo codificadas em cada categoria, é possível a extração de indicadores que auxiliam na compreensão do sentido da própria categoria.

A Unidade de Contexto (UC) permite a identificação dos dados, podendo referir-se a cada uma das entrevistas, a cada sujeito entrevistado ou participante de uma sessão de grupo focal ou até mesmo a cada questão classificada em uma mesma categoria, a depender das especificidades de cada investigação. Para identificação de cada unidade de contexto geralmente atribuem-se códigos numéricos, alfabéticos ou alfanuméricos, que acompanham a unidade de registo a qual se referem (Esteves, 2006).

De acordo com o que o investigador considera adequado para o seu estudo, podem-se ainda ser definidas unidades de enumeração para quantificação de ocorrências nos discursos.

É importante destacar que a categorização é provisória e passível de alterações, podendo ser ajustada, reformulada ou até mantida na medida em que o investigador se aprofunda na análise. Esse estudo deve ainda obedecer a critérios explícitos e bem definidos em relação ao que cada categoria representa no contexto dos objetivos da investigação. Nesse sentido, Esteves (2006, p. 122) defende que uma boa categorização deve obedecer aos princípios de exclusão mútua, homogeneidade, exaustividade, pertinência, produtividade e objectividade.

Finalizada a categorização, a interpretação dos resultados da análise de conteúdo deve buscar responder às questões de investigação, tendo-se por base o seu enquadramento teórico. Nessa perspectiva, Amado (2000, p. 54) destaca a importância da análise de conteúdo ao possibilitar “além duma rigorosa e objectiva representação dos conteúdos das mensagens, o avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referências teóricos do investigador (...)”.

Há que se considerar ainda que não é possível esgotar a análise de uma investigação de natureza qualitativa. Compreende-se, porém, a necessidade de delimitar esse procedimento pelo quadro teórico e objetivos estabelecidos na investigação. Desta forma, considera-se que a análise deve possibilitar um incessante diálogo entre o referencial teórico e os dados obtidos.

No estudo em questão, os resultados do grupo focal e das respostas dadas ao questionário foram interpretados de forma articulada a partir da análise de conteúdo respaldadas nas reflexões teóricas nos campos da Educação de Jovens e Adultos, do PROEJA e o currículo integrado como proposta curricular do programa no contexto da sua oferta pelos institutos federais. A categorização dos dados permitirá um recorte da realidade estudada para compreensão dos desafios curriculares subjacentes à realidade do *lócus* do estudo, na perspectiva de adequação às especificidades dos beneficiários do programa, com vistas ao aprimoramento da experiência desta oferta no *campus* em questão e no próprio IFRN.

3.4.1. Categorização dos dados coletados no grupo focal

Após a definição dos objetivos, enquadramento teórico e metodológico orientadores e dados coletados constituintes do *corpus* documental do estudo, deu-se início ao processo de interpretação dos resultados que partiu da transcrição literal da discussão do grupo focal. Em seguida, agruparam-se os discursos tendo por base as duas questões de investigação previstas: De que forma organizar os projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo PROEJA para responder às especificidades dos estudantes jovens e adultos beneficiários do programa, tendo como foco o Curso Técnico em Comércio Integrado ofertado pelo programa no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN?; e Quais os desafios curriculares que se colocam ao IFRN e aos docentes implicados?

A considerá-las como as duas temáticas centrais iniciais, o procedimento de categorização discorreu com o reagrupamento dos dados a partir das questões propostas no guião seguido para a condução do grupo focal. Tal análise seguiu o que orienta Bardin (2011) ao sugerir partir de elementos particulares em reagrupamentos progressivos mediante aproximação por afinidade temática até finalmente se chegar aos títulos das categorias.

Foi a partir das perguntas do guião que se chegou a três núcleos temáticos: Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN (Tema I); Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado

PROEJA (Tema II); e, Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN (Tema III).

A partir desses núcleos temáticos, partiu-se para a definição das respectivas categorias a luz do objeto do estudo e seus respectivos objetivos. Após a identificação dos dados pertinentes, “a categorização é a operação através da qual os dados (invocados ou suscitados) são classificados e reduzidos, (...), de forma a reconfigurar o material ao serviço de determinados objetivos de investigação” (Esteves, 2006, p. 106). Após a definição das categorias, através das inferências feitas a partir da leitura flutuante das declarações dos sujeitos participantes foram definidos seus respectivos indicadores. Seguem as categorias e os indicadores elencados por núcleos temáticos.

Quadro 1. Categorias e indicadores referentes ao Tema I – Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Tema I – Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	
Categorias	Indicadores
1. Heterogeneidade dos alunos	Faixa etária
	Comprometimento e motivação para estudos
	Nível de compreensão e aprendizagem
2. Especificidades dos alunos que interferem no processo de ensino-aprendizagem	Afetividade
	Experiência de vida
	Compreensão dos conteúdos

Quadro 2. Categorias e indicadores referentes ao Tema II – Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA

Tema II – Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	
Categorias	Indicadores
1. Proposta curricular do PROEJA	Conhecimento sobre documentos legais que regulamentam o programa
2. PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	Elaboração do PPC e sua proposta inicial
3. Adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	Redução da temporalidade do curso
	Adequações com foco no desenvolvimento de competências para certificação
4. Atores importantes para a discussão da revisão do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA	Comunidade escolar
	Comunidade externa

Quadro 3. Categorias e indicadores referentes ao Tema III – Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Tema III – Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do <i>Campus</i> Natal - Zona Norte do IFRN	
Categorias	Indicadores
1. Estrutura do IFRN	Necessidades de formação na área da EJA
	Atividade docente em todas as modalidades e níveis de ensino e falta de tempo para dedicação ao PROEJA
	Falta de diálogo entre as áreas de ensino
2. Estrutura curricular	Certificação

A partir dos núcleos temáticos com suas respectivas categorias e indicadores, classificaram-se segmentos com sentido dos discursos dos sujeitos participantes da sessão do grupo focal como Unidades de Registro. Tais sujeitos tiveram suas identidades preservadas a partir da codificação em Unidades de Contexto (UC).

Essa codificação seguiu a seguinte lógica: os nomes dos participantes foram elencados em ordem alfabética e inicialmente denominados em ordem crescente de P1 a P11, sendo a letra “P” referente à palavra professor. Em seguida, seguindo a mesma ordem alfabética, classificaram-se os sujeitos de acordo com a sua participação no Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN. Seguindo a nomenclatura anterior, estabeleceu-se a letra “T” para referir os professores titulares e, a letra “S”, a professores suplentes do NCE, sendo enumerados também de acordo com a ordem alfabética dos seus próprios nomes. Os sujeitos participantes do grupo focal que não faziam parte do NCE permaneceram identificados apenas pela letra “P” acompanhada de número de acordo com a ordem alfabética dos seus próprios nomes. Têm-se, portanto, sinteticamente, as seguintes unidades de contexto:

Quadro 4. Codificação dos participantes da sessão do grupo focal nas suas respectivas Unidades de Contexto (UC)

LEGENDA	UC
Professores que não são membros do NCE	P1
	P2
	P3
Professores titulares do NCE	P1-TNCE
	P2-TNCE
	P3-TNCE
	P4-TNCE
	P5-TNCE
Professores suplentes do NCE	P1-SNCE
	P2-SNCE
	P3-SNCE

Após concluída a grelha de categorização das Unidades de Registro por temas, prosseguiu-se com a análise da discussão do grupo focal relacionando-a com as respostas dadas aos questionários tal qual segue no Capítulo IV destinado à apresentação e interpretação dos dados coletados.

3.5. Participantes do estudo

Após aplicação do questionário e da realização do grupo focal como técnicas e instrumentos de recolha de dados, segue a caracterização dos sujeitos participantes da investigação, tanto dos alunos respondentes do questionário quanto dos professores participantes da sessão de grupo focal realizada.

3.5.1. Alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

A seleção dos participantes do presente estudo abrange todos os alunos com matrícula ativa Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, no *Campus* Natal - Zona Norte no primeiro semestre letivo de 2019 para caracterização dos estudantes beneficiários do programa, um dos objetivos da presente investigação.

De acordo informações constantes no Módulo Educação do SUAP, no primeiro semestre letivo de 2019, o qual contém informações acerca dos perfis pessoais e acadêmicos dos estudantes do

IFRN, o referido curso soma 105 alunos registrados, sendo 85 matriculados e 20 em matrícula vínculo¹. Os 85 alunos matriculados estão distribuídos entre as turmas de 1º, 3º, 5º e 7º períodos, da seguinte forma:

1º período: 45 alunos matriculados;

3º período: 20 alunos matriculados;

5º período: 8 alunos matriculados; e,

7º período: 12 alunos matriculados.

Vale considerar que se tornou conhecido que dos 85 alunos regularmente matriculados, apenas 72 deles frequentam regularmente as aulas nos referidos períodos, a partir de informação dada pela Coordenação do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte. Considerar-se-ão, portanto, estudantes participantes do estudo os respondentes do questionário preenchidos através do *Google Forms* disponível no *link* <https://forms.gle/5vGQX18DbLgzylUw7> entre os dias 22 e 25 de maio de 2019.

Finalizada a aplicação do questionário em todas as turmas do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte, obteve-se um total de 52 respondentes, alunos que estavam presentes nas datas em que a investigadora acompanhou as turmas nos laboratórios de informática do *campus* para aplicação do questionário. Esse número corresponde a um percentual de 72% de respondentes do total de 72 alunos regularmente matriculados no curso que estão frequentando as aulas no primeiro semestre letivo de 2019. Esses 52 respondentes são considerados os sujeitos participantes de investigação, cuja caracterização segue descrita e exposta nos gráficos cujos percentuais estão expressos em números inteiros aproximados.

Em relação à idade, conforme exposto no Gráfico 1, evidencia-se que a maioria dos alunos está compreendida na faixa etária entre 18 a 35 anos, o que corresponde a 34 respondentes (65%). Desses 34 alunos, quase 50% têm, no máximo, 25 anos de idade, alunos bastante jovens.

¹ O *status* de matrícula vínculo é atribuído ao aluno nos casos em que, conforme o art. 218 da Organização Didática do IFRN (IFRN, 2012), "(...) por reprovação ou trancamento de matrícula do estudante, não houver oferta de disciplinas pela Diretoria Acadêmica ao qual o estudante está vinculado" (IFRN, 2012, p. 54).

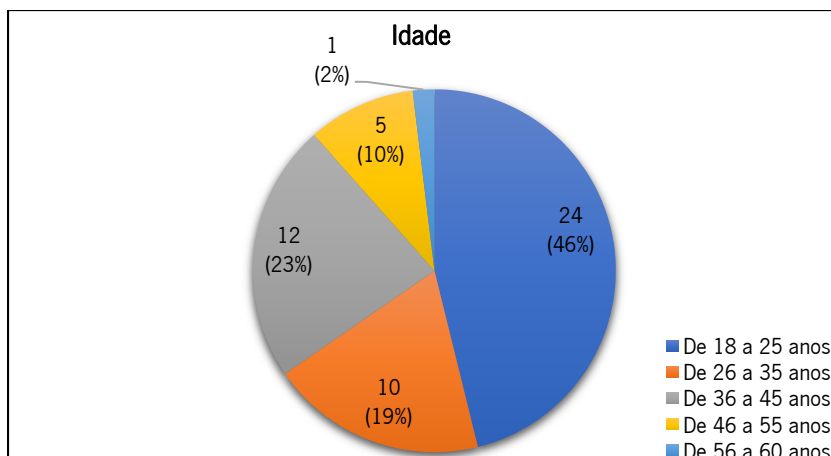


Gráfico 1. Idade dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

A considerar o sexo dos alunos, nota-se uma maioria expressiva de alunas do sexo feminino, tendo-se 32 mulheres, o que corresponde a 62% do total de respondentes do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, conforme revela o Gráfico 2 a seguir:

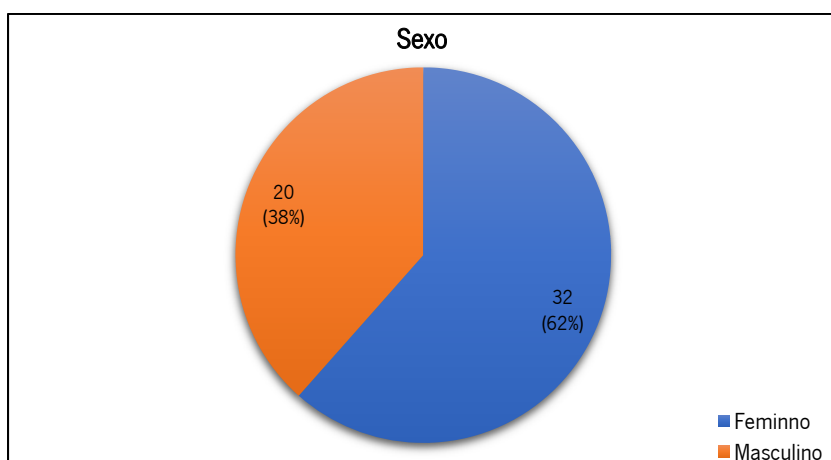


Gráfico 2. Sexo dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Referente ao estado civil, no Gráfico 3, observa-se mais uma vez um percentual que se destaca em relação aos demais, o que corresponde aos 37 dos alunos (71%) que se declaram solteiros. Ao declarar que ainda não constituiu sua própria unidade familiar, esse grupo não apresenta uma configuração familiar que caracteriza a vida adulta pelo próprio perfil tão jovem dos alunos ingressantes. Além disso, evidencia a prioridade em construir sua identidade profissional por meio da formação ofertada pelo PROEJA e não em estabelecer vínculo familiar:

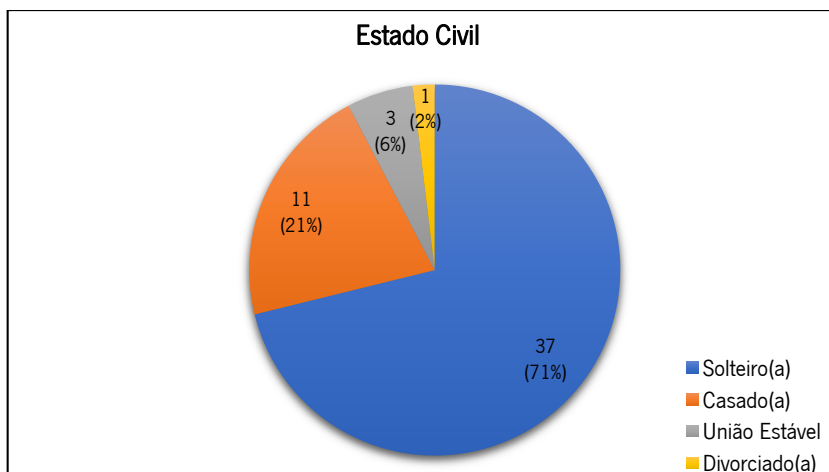


Gráfico 3. Estado civil dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

No Gráfico 4, que contém os dados referentes ao número de filhos, revela-se que a maioria dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA declara não ter filhos, o que corresponde a 29 alunos (56%). Essa realidade se coaduna com a jovem idade e com a configuração familiar da maioria desses alunos:

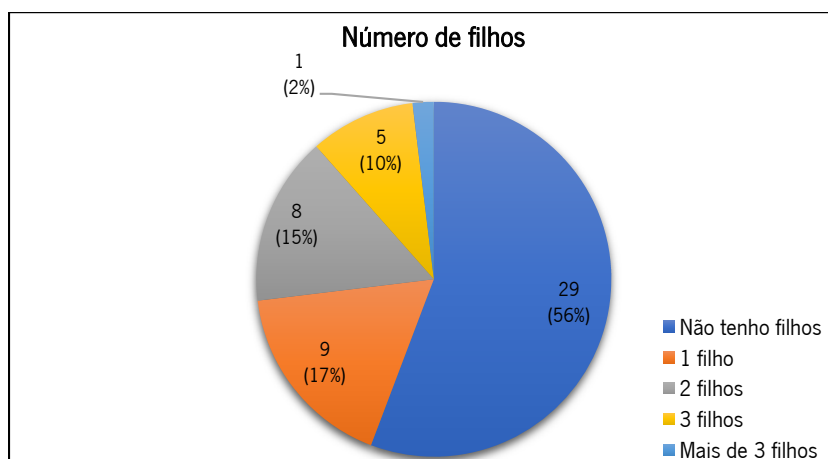


Gráfico 4. Número de filhos que têm os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Após a sintética apresentação das características biográficas dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, é possível fazer algumas inferências sobre o perfil desse público para compreendê-lo de uma forma mais aprofundada.

A se referir à idade dos alunos, os dados apresentados refletem a tendência registrada em todo território nacional em relação ao rejuvenescimento dos alunos da modalidade EJA. O INEP vem registrando desde 2008 que 79% do total de matrículas na EJA é de jovens, caracterizando esse novo perfil predominante na modalidade de ensino.

Esse fato é percebido pelos professores do curso mesmo sem acesso a esses dados estatístico, a citar a fala de um dos participantes do grupo focal:

Uma coisa que tenho notado é que, quando a gente começou aqui a gente tinha aluno com mais de 50 anos, muitos, e isso está mudando ao longo do tempo. Hoje a gente já tem recebido alunos mais próximos de 30, 20 e poucos, tem recebido até alunos de 19, 20 anos, que é jovem, mas isso não era regra (2019, P3-TNCE).

A maioria, 34 alunos (65%) que estão entre a idade de 18 e 33 anos, é considerada jovem adulta, conforme a classificação de Marchand (2005b), grupo que se caracteriza pela busca de satisfação pessoal em relação à vida familiar e à identidade profissional.

Os demais 18 respondentes (35%), compreendidos entre 37 e 53 anos, além de mais um aluno que informou ter 60, são considerados adultos de meia idade, já se caracterizam pelo início da diminuição gradual das capacidades biológicas. Apesar disso, tais capacidades ainda possibilitam vigor para uma vida enérgica e produtiva a esse grupo que, pela idade, estão mais centrados no próprio eu e, nessa perspectiva, geralmente são mais bem-sucedidos nos seus intentos.

O ingresso desses alunos, em sua maioria mais jovens, no PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN pode ser reflexo dos processos seletivos que envolvem provas com questões objetivas e uma produção textual escrita para acesso ao Curso Técnico em Comércio Integrado ofertado pelo programa. Essas provas acabam por privilegiar os alunos recém-concluintes do Ensino Fundamental e com menor período de ausência escolar, devendo-se realçar ainda que os mais velhos podem se intimidar a enfrentar um processo seletivo.

As 32 alunas (62%) do sexo feminino no curso também merecem destaque pois, conforme Martins (2014), atestam a igualdade de gênero no acesso à educação básica, técnica e profissional, refletem uma sociedade mais igualitária, digna para todos.

Ainda na discussão sobre o gênero dos alunos, relacionando-o com o estado civil declarado, dos 11 (21%) do total de 52 respondentes, que declaram ser casados, 9 são mulheres e apenas 2 são homens. Ao comparar com os dados sobre número de filhos, dos 23 (43%) que declararam ter filhos, 20 deles são mulheres e só os demais 3 são homens.

Nesse contexto, é válido considerar que a aprendizagem entre homens e mulheres se dá de maneira diferente como reflexo das diferentes demandas de cada gênero. As 32 mulheres do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, em sua maioria, possuem uma rotina mais ocupada por atividades domésticas e maternas, assumindo uma jornada tripla ao ingressarem no IFRN. Por vezes chegam até a enfrentar ciúmes de seus cônjuges ao optarem por estudar no turno noturno.

Há que se considerar ainda que as informações referentes ao estado civil e ao número de filhos confirmam a incidência de um perfil jovem dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA evidenciado nos dados referentes à idade.

As turmas da EJA são compostas tanto por alunos trabalhadores que chegam à sala de aula já fatigados após o cumprimento do expediente quanto por alunos que estão desempregados ou trabalham em empregos temporários ou informais. É crucial, portanto, mais especificamente no contexto PROEJA, compreender os beneficiários do programa além da sua condição escolar, conferindo a mesma importância que o trabalho tem nas suas vidas, tendo em vista que, por vezes, esse é o fator que os afastou da escola e por outras é o motivo para retornar a ela.

Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar o perfil profissional dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte a partir dos dados que seguem.

Em relação à ocupação principal dos alunos, da qual trata o Gráfico 5, 34 dos respondentes (65%) declaram não trabalhar e terem por principal ocupação ser estudante. Além do único aluno (2%) que afirma ser funcionário público, os demais 17 alunos (33%) se declaram autônomos ou terem outra ocupação temporária, tais como babá, diarista, cuidador de idosos, cozinheira e encarregado de manutenção de serviços gerais:

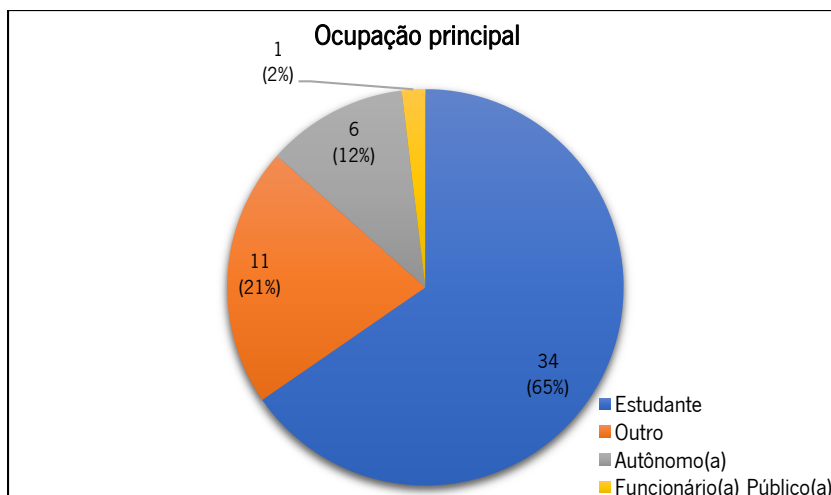


Gráfico 5. Ocupação principal dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Referente à participação na renda familiar, o Gráfico 6 demonstra que 21 alunos (40%) não contribuem com a renda familiar, o que corrobora com a informação dada por 34 alunos (65%) ao declararem ter os estudos como ocupação principal. Dos demais 31 alunos (60%) que afirmam ter participação na renda familiar, 27 alunos contribuem com até 1 salário mínimo, o que corresponde a R\$ 998,00 em 2019:

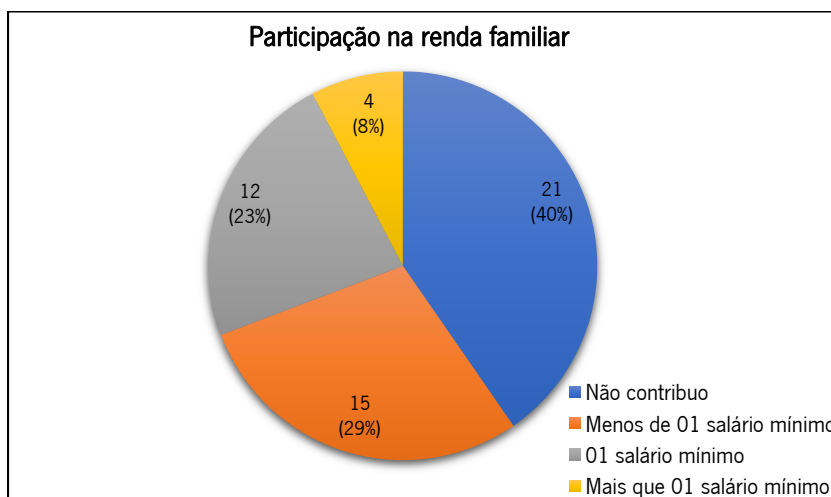


Gráfico 6. Participação dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte na renda familiar

Os dados acima revelam que a maioria dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN não trabalha e não tem participação no rendimento familiar. Em linhas gerais, o grupo ainda não se caracteriza pela inserção no mundo do trabalho comum à vida adulta, o que se justifica pelo perfil juvenil que predomina entre esses alunos.

Tais características permitem inferir que a justificativa para o ingresso desses alunos jovens, e sem inserção no mundo do trabalho no PROEJA, se dá em virtude de dificuldades na aprendizagem na experiência escolar anterior, o que ocasionou descontinuidade dos seus estudos. Hoje têm a seu favor a disponibilidade de tempo para retomar e dar continuidade à trajetória escolar, dando prioridade à educação em detrimento a outros compromissos.

Os demais 27 alunos (52%) que declaram trabalhar, têm como ocupação principal atividades informais que, conforme informados no Gráfico 6, lhes permite contribuir com a renda familiar com no máximo 1 salário mínimo, revelando um baixo poder aquisitivo para o sustento pessoal e da família.

Esse quadro permite destacar a importância que a formação técnica de nível médio em Comércio ofertada, de forma gratuita e com qualidade, pelo PROEJA tem para possibilitar o ingresso qualificado desses alunos no mundo do trabalho, o que, por consequência, lhes conferirá melhores condições de vida.

O ingresso no PROEJA compreende uma tentativa de retomada e conclusão dos estudos de jovens e adultos que geralmente apresentam um histórico escolar de frustração e interrupções por dificuldades de aprendizagem e adaptação refletido em sucessivas reprovações e até evasão.

Faz-se necessário compreender a trajetória escolar anterior ao ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN a fim de os incluir plenamente na instituição em busca de uma nova experiência escolar exitosa a partir do que os próprios alunos referem.

Referente à idade de início escolar, conforme apresenta o Gráfico 7, mais da metade dos alunos ingressou na escola ainda na primeira infância, em entre 2 e 5 anos de idade, o que corresponde a 27 alunos (52%) do total de 52 respondentes. Uma parcela ainda expressiva de 22 alunos (42%) afirma ter iniciado sua vida escolar ainda na infância, apenas um pouco mais tarde, entre 6 e 10 anos. Apenas 3 dos respondentes (6%) ingressaram na escola mais tardiamente, no início da adolescência, com idade entre 11 e 15 anos:

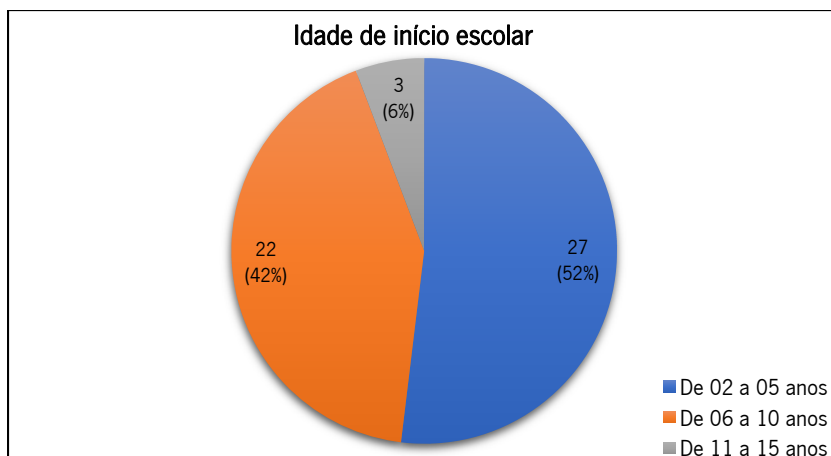


Gráfico 7. Idade de início escolar dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Em relação ao ano de conclusão do Ensino Fundamental, nível de escolaridade anterior e pré-requisito para ingresso no Ensino Médio ofertado pelo PROEJA, segue o que informaram os alunos conforme dados do Gráfico 8. Dos 52 estudantes participantes do estudo, 33 deles (63%) afirmaram ter concluído o Ensino Fundamental recentemente, entre os anos de 2011 e 2019. Desses, 6 deles (12%) revelaram tê-lo concluído um pouco mais tarde, entre 2001 e 2010. A desconsiderar o único aluno (2%) que não respondeu ao questionamento, os demais 12 alunos (23%) informaram ter concluído essa fase da escolarização há bastante tempo, entre os anos de 1980 e 2000, alguns deles há mais de 30 anos:

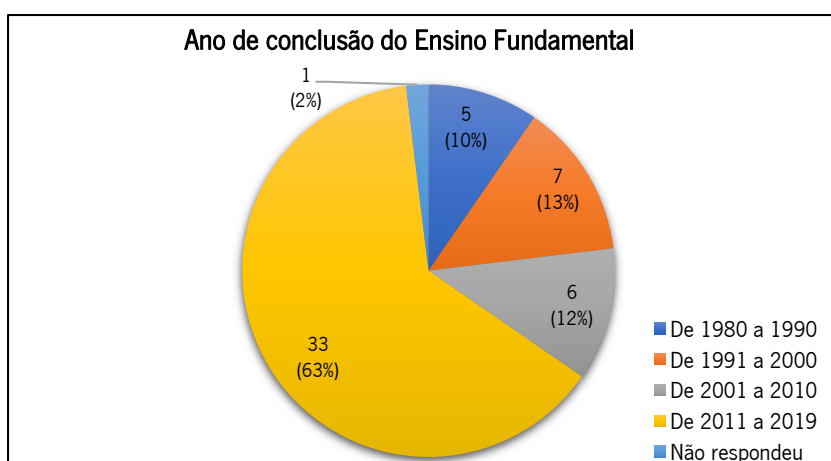


Gráfico 8. Ano de conclusão do Ensino Fundamental dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

O Gráfico 9 mostra as respostas dos alunos sobre até que série estudaram antes de ingressar no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN:

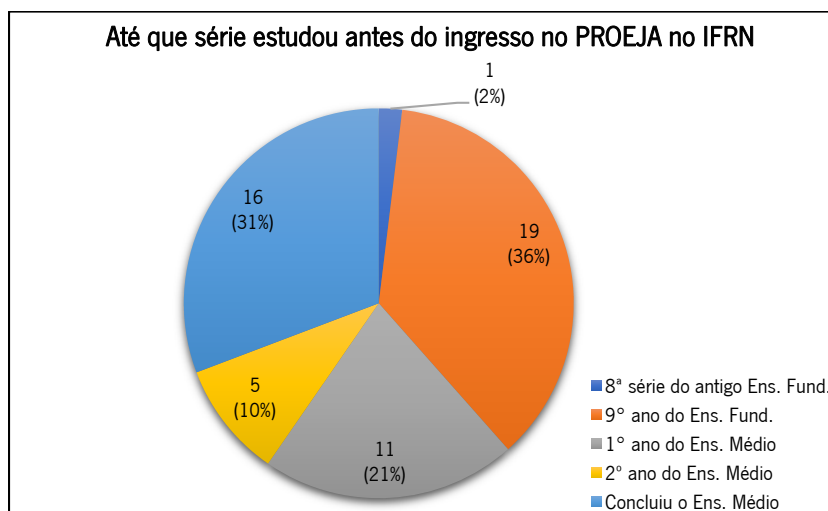


Gráfico 9. Até que série estudaram os alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Do total dos 52 respondentes, 20 alunos (38%) declararam ter concluído Ensino Fundamental a considerar a soma dos que se referiram à 8ª série da antiga seriação desse nível de ensino com os que informaram tê-lo concluído no formato atual². Dos demais, 16 alunos (31%) iniciaram o Ensino Médio, porém, sem concluí-lo. O que chama mais atenção dentre essas informações constantes no Gráfico 9 é que essa mesma quantidade de alunos afirmou já ter concluído o Ensino Médio e, mesmo assim, optou por cursá-lo novamente, dessa vez integrado à educação profissional, ao ingressar no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

Há que se observar que, a partir da matrícula dos 16 alunos (31%) que afirmaram já ter concluído o Ensino Médio, não se cumpre objetivo do PROEJA, tendo em vista que, no contexto dos Institutos Federais, o programa foi idealizado para promoção da elevação da escolaridade dos seus beneficiários a partir da integração da educação básica com a educação profissional.

Nota-se ainda que nem no processo seletivo para ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA nem no ato momento da matrícula dos alunos aprovados se restringiu o acesso ao

² A Lei nº 11.274/2006 alterou a Lei nº 9.394/1996, estabelecendo, dentre outras diretrizes e bases para a educação nacional, aumentando a duração do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos (Lei n. 11.274, 2006).

curso daqueles que apresentaram o Ensino Médio concluído. A saber, pode-se inferir que esses próprios alunos podem ter omitido essa informação no ato da matrícula, que exige documento comprobatório de conclusão do Ensino Fundamental e ser maior de 18 anos, para receberem, dessa vez, um Ensino Médio de qualidade referenciada.

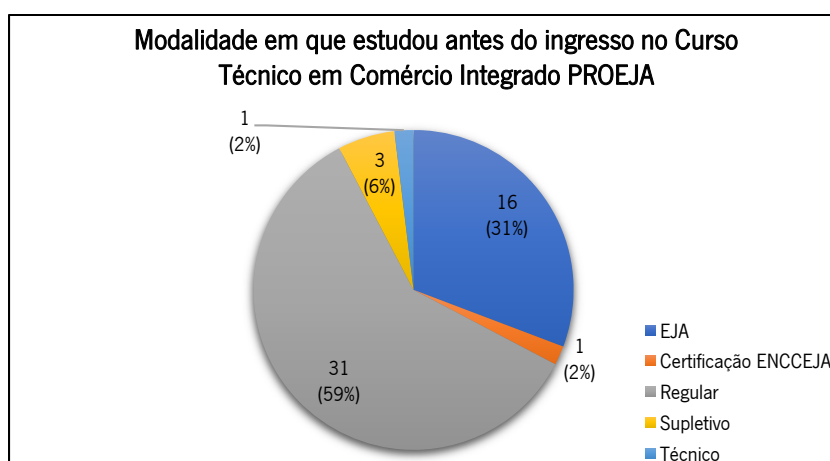


Gráfico 10. Modalidade em que estudaram os alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Ao serem questionados a respeito da modalidade de ensino em que estudaram antes de ingressar no IFRN, o Gráfico 10 demonstra que 31 dos alunos (59%) realizaram o Ensino Fundamental em escolas regulares³. Observa-se, portanto, que esses alunos concluíram essa etapa da escolarização na idade apropriada.

Dos demais respondentes, 16 alunos (31%) ingressaram no PROEJA já oriundos da própria modalidade de educação de jovens e adultos. 3 alunos (6%) declararam que cursaram o ensino supletivo, tendo-se também 1 respondente (2%) que informou ter ingressado no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA já vindo de uma instituição escolar ofertante de ensino técnico. Um único aluno (2%) ainda informou ter obtido certificação do Ensino Fundamental por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)⁴.

³ São chamadas escolas regulares aquelas destinadas a estudantes com trajetórias escolares contínuas, cursando os níveis de ensino ofertados em idade própria.

⁴ O ENCCEJA é um exame nacional para certificação de competências, habilidades e saberes adquiridos em ambientes que escolares quer extraescolares destinados a jovens e adultos que não conseguiram concluir os estudos em idade apropriada. Oferece certificação de Ensino Fundamental para maiores de 15 anos e de Ensino Médio para maiores de 18 anos. Para tanto, é necessário realizar provas objetivas e de redação cujos conteúdos variam de acordo com a certificação requerida. (<http://portal.mec.gov.br/encceja>).

O Gráfico 11 refere-se ao tempo de ausência escolar informado pelos alunos antes do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte:

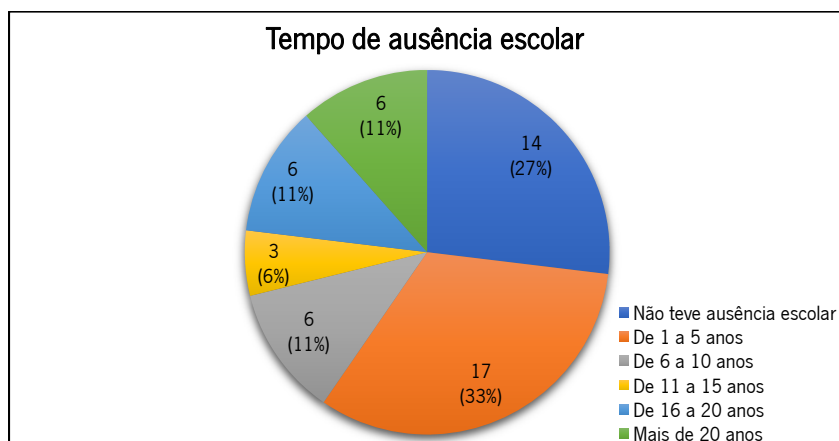


Gráfico 11. Tempo de ausência escolar dos alunos do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Dos dados evidenciados no gráfico, dos 14 alunos (27%) que afirmam não ter intervalo de ausência escolar antes de ingressar no IFRN, 5 deles fazem parte dos que declararam já ter concluído o Ensino Médio.

Há que se destacar que se soma um total de 38 dos respondentes (63%) com período de ausência escolar. Considerando que o grupo todo se caracteriza por ser jovem em sua maioria, essa quantidade de alunos que afirma ter tido ausência escolar torna-se ainda mais expressivo.

Outra informação importante a se realçar refere-se à relação desses dados com o gênero dos alunos no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. Dentre os 38 alunos que declararam ter de 1 a mais de 20 anos de ausência escolar, 27 são mulheres e 11 são homens. Dentre esses, os 15 alunos com maior intervalo de tempo de ausência escolar, de 11 a mais de 20 anos, 13 são mulheres e apenas 2 são homens. A partir desse quadro, é possível inferir sobre uma trajetória escolar anterior de desigualdade entre os gêneros.

No Gráfico 12 surgem as informações referentes ao ano em que os alunos ingressaram no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

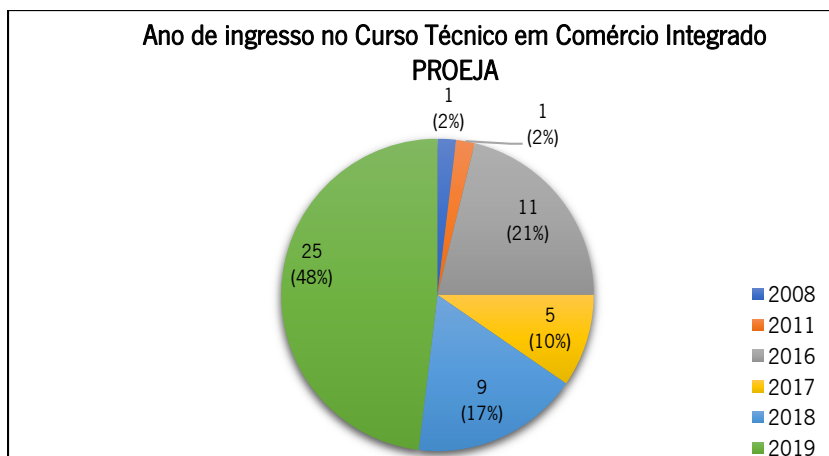


Gráfico 12. Ano de ingresso dos alunos no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Do total, 25 alunos (48%) afirmaram ter ingressado no IFRN no presente ano de 2019, revelando serem alunos do 1º período do curso no primeiro semestre letivo do ano corrente. Dos demais percentuais apresentados, há que se destacar os 2 alunos (4%) que revelaram ter ingressado no IFRN, respectivamente, em 2011 e 2008, no ainda Curso Técnico em Operações Comerciais Integrado PROEJA. A considerar o que determina a Organização Didática do IFRN em relação ao limite de tempo para conclusão do curso, nota-se que tais alunos foram jubilados e reingressaram na instituição. Ao relacionar esses dados com o período que esses alunos informaram estar cursando, nota-se que estão no 1º período, o que revela que foram aprovados no processo seletivo mais recente e seguem o PPC do curso que passou a vigorar a partir de 2012.

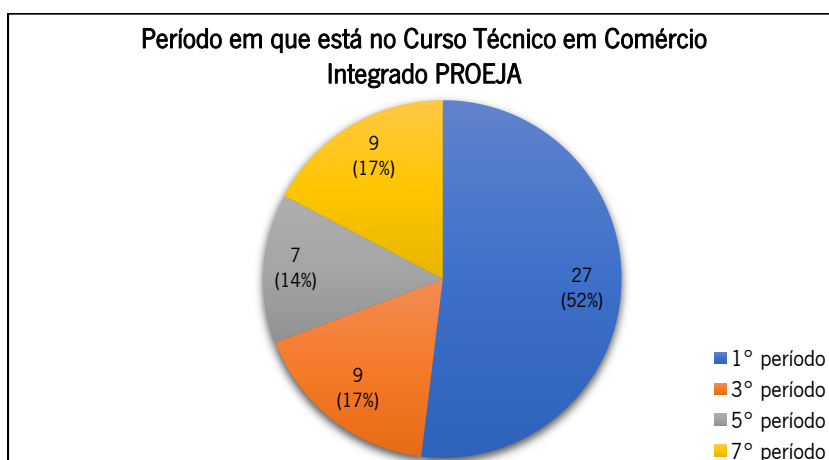


Gráfico 13. Período que estão cursando os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Em relação ao período que está cursando no primeiro semestre letivo de 2019, o Gráfico 13 aponta que a maioria dos respondentes, 27 alunos (52%), está no 1º período do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte.

Relacionando-se esses dados do Gráfico 13 com os que se referem ao ano de ingresso no curso, todos os 9 alunos (17%) que afirmaram estar no 3º período são ingressantes de 2018 e, dos outros 9 alunos (17%) que afirmaram estar no 7º período, todos ingressaram no IFRN em 2016. Tais informações revelam que estes não sofreram reprovações durante o curso e seguem-no em uma trajetória regular. Já em relação aos 7 alunos (14%) que estão no 5º período, 5 deles ingressaram no curso em 2017 e 2 em 2016, o que evidencia que esses últimos têm reprovação no histórico escolar no IFRN.

A considerar esses dados referentes à quantidade de alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA por período, é válido destacar que são ofertadas 36 vagas a cada processo seletivo para ingresso no 1º período do curso. Referente aos dados apresentados no Gráfico 13, percebe-se um esvaziamento das turmas ao longo dos 4 anos de curso, o que pode ser atribuído a diversos fatores, dentre reprovações, trancamentos, evasão, à própria temporalidade do curso e até mesmo processos seletivos esvaziados.

A saber que desde 2014 as entradas no curso são anuais, no primeiro semestre de cada ano, caso seja reprovado no 1º período, o aluno ficará 1 semestre inteiro em matrícula vínculo e só após esse período poderá dar prosseguimento ao seu curso, o que pode ser uma das justificativas para esse esvaziamento das turmas.

No reingresso escolar depois de um período de ausência, seja ele mais longo ou não, os alunos necessitam adaptar-se à proposta do PROEJA no contexto do IFRN e sua oferta educacional integrada à educação profissional. Para facilitar o processo de adaptação e de efetiva aprendizagem, é necessário compreender a motivação dos alunos nessa retomada à trajetória escolar. Apresentar-se-á o que relataram os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN em relação ao que os motivou a ingressar na instituição e no curso em questão.

O Gráfico 14 revela o que os alunos declararam ser o motivo do seu ingresso no IFRN. Percebe-se, a partir dos dados expostos, que foram apontados diversos fatores motivadores, a considerar que foi possibilitado aos alunos referir-se a mais de um dentre os listados nas alternativas sugeridas para resposta à questão:

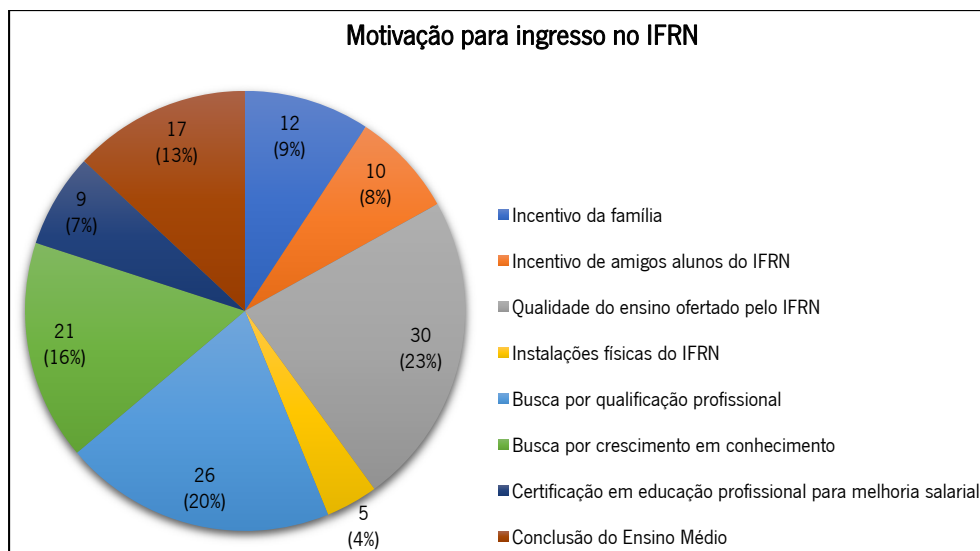


Gráfico 14. Motivação dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte para ingresso no IFRN

22 alunos (17%) revelaram terem recebido incentivo de familiares ou amigos que já estudam no instituto. Somando-se o que se afirmou a respeito da motivação vinda do próprio IFRN, observa-se que um total 35 alunos (27%) se referiram às instalações físicas e à qualidade do ensino ofertado.

Tais dados confirmam o que Noro (2011) destacou ao afirmar que algumas motivações que levam os alunos jovens e adultos ao PROEJA referem-se à infraestrutura qualificada dos Institutos Federais e também ao apoio da família e amigos.

Outros 35 alunos (27%) informaram sentirem-se motivados para ingressar no IFRN somando-se os que revelaram estar em busca por qualificação profissional e os que desejam obter certificação em educação profissional para melhoria salarial. Destaca-se ainda que 38 respondentes (29%) do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA apontaram motivos relacionados a questões educacionais, ao somarem-se os que se referiram à busca por crescimento em conhecimento e pela conclusão do Ensino Médio.

Destaca-se ainda que o PROEJA oferece uma bolsa de fomento ao estudo no valor de R\$ 100,00 como forma de contribuição para permanência e melhoria do desempenho do aluno no IFRN para despesa com estudos, material didático, transporte e alimentação. A respeito da motivação dos alunos para ingresso no IFRN observa-se que nenhum aluno destacou essa bolsa e demais incentivos ao estudante que o instituto oferece como motivo para ingresso no instituto.

Referente à motivação para ingresso especificamente no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, segue-se o Gráfico 15, registra o que declararam os alunos a respeito da motivação,

destacando-se que em resposta a essa questão eles também podiam optar por mais de um dos fatores listados nas alternativas sugeridas:

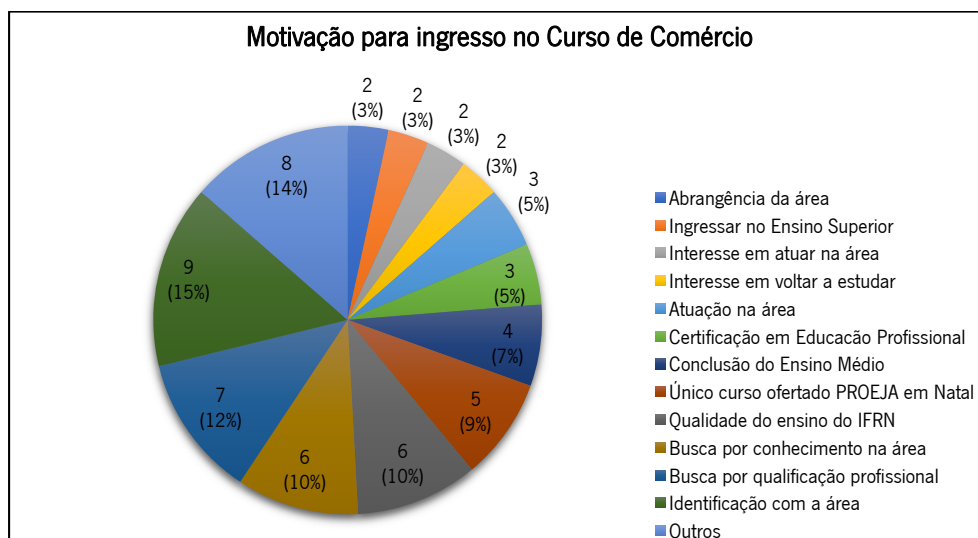


Gráfico 15. Motivação dos alunos para ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

8 alunos (14%), além dos motivos listados nas alternativas, ainda citaram outros fatores como motivação para ingresso no curso, tais como: aproveitamento da oportunidade oferecida; curiosidade; incentivo recebido de um professor; ter sido motivado pelo filho; busca por mudança de área de atuação; a proximidade com a casa e ter perdido a inscrição do processo seletivo para ingresso no curso integrado, essas últimas questões sem se referir especificamente ao Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

7 respondentes (12%) voltaram a se referir à qualidade de ensino ofertado pelo IFRN como motivação para ingresso no curso. Ainda, em alusão a questões relacionadas à educação como motivação, 2 alunos (3%) citaram o ingresso no Ensino Superior após conclusão do curso, outros 2 (3%) se referiram ao próprio interesse em voltar a estudar e 4 respondentes (7%) voltaram a referir-se à conclusão do Ensino Médio.

Dentre os respondentes, 5 alunos (10%) afirmaram não terem optado pelo curso em virtude de suas especificidades, mas sim porque é o único ofertado pelo PROEJA em Natal. Contrário a essa opinião, tem-se um total de 22 alunos (43%) que deram respostas relacionadas à área de Comércio como motivação para ingresso no curso. Esses alunos pontuaram sentirem-se motivados seja pela abrangência da área, pelo interesse em atuar ou por já atuarem no comércio, pela busca pelo

conhecimento na área e/ou por se identificarem com a área do curso ofertado. Tais afirmações revelam que o curso ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte está adequado ao arranjo produtivo local.

Ainda em relação a questões profissionais, 3 alunos (5%) afirmaram sentir-se motivados a ingressar no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA em busca de certificação na Educação Profissional e 17 alunos (12%) em busca por qualificação profissional.

Esses dados permitem observar que, apesar de o grupo de respondentes, em sua maioria, ainda não se caracterizar pela inserção no mundo do trabalho como evidenciaram as respostas ao questionamento sobre ocupação principal, esses alunos destacaram que a motivação para ingresso no curso está diretamente relacionada a essa questão. Diante disso, reconhece-se a importância da uma educação de qualidade a partir do ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA que possibilite a inserção desses alunos no mundo do trabalho ou melhoria de sua condição nesse espaço profissional.

3.5.2. Grupo Focal – Corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Fizeram parte da sessão todos os 11 professores que compõem o corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN. A considerar que a proposta inicial da composição do grupo focal envolvia o critério de participação no NCE de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio do referido *campus*, é válido observar essa questão na sua configuração final, conforme apresentado no Gráfico 16:

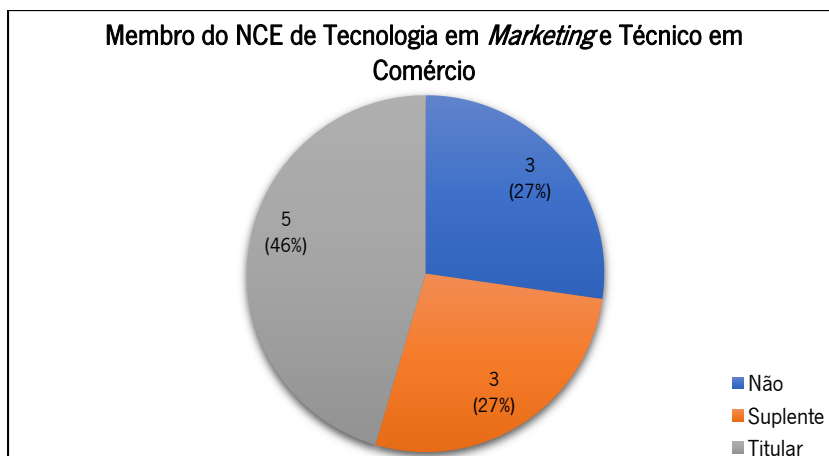


Gráfico 16. Participação no NCE de Tecnologia em Marketing e Técnico em Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Dos 11 participantes da sessão do grupo focal, 8 professores (73%) compõem o NCE de Tecnologia em *Marketing* e Técnico em Comércio, 5 deles (46%) como membros titulares e 3 (27%) como suplentes. Apenas 3 professores (27%) presentes não são membros do NCE, mas compõem o corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN.

Em relação ao sexo, o Gráfico 17 revela que os participantes da sessão do grupo focal eram 6 docentes do sexo feminino (55%) e 5 do sexo masculino (45%), revelando equilíbrio entre homens e mulheres na composição do corpo docente que atua no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN.

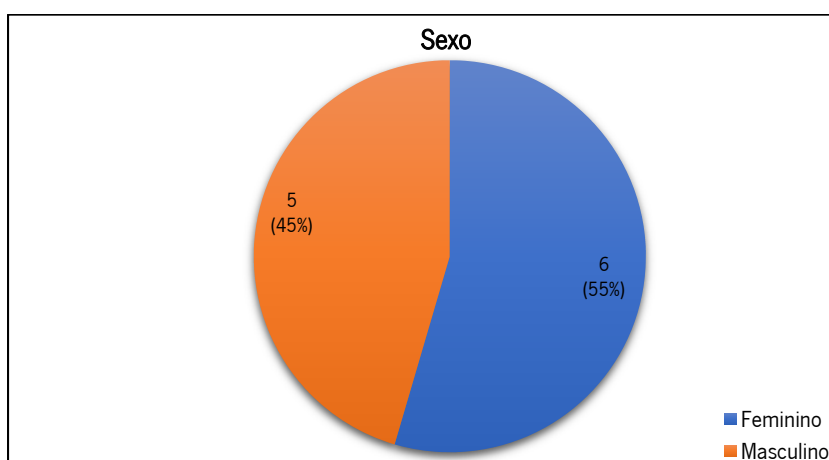


Gráfico 17. Sexo do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Em relação à idade, apenas 1 dos docentes (9%) tem menos de 30 anos. Os demais 10 docentes (91%) estão compreendidos na faixa etária entre 34 e 48 anos.

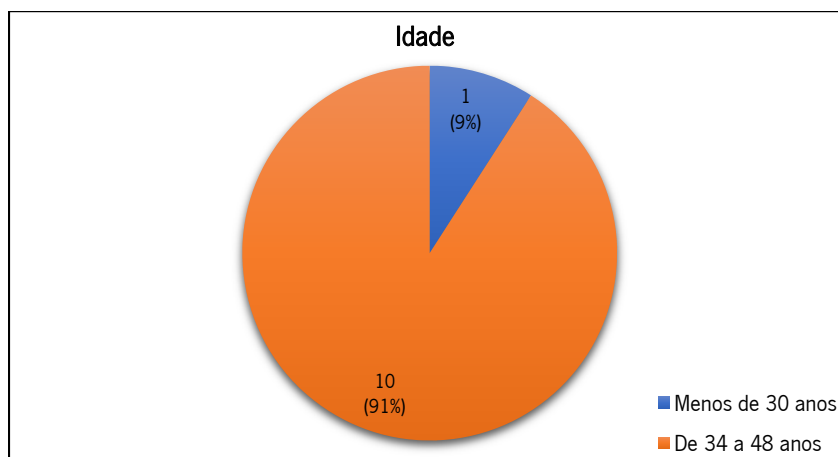


Gráfico 18. Idade do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do Campus Natal - Zona Norte do IFRN

Referente ao tempo de exercício no IFRN, tem-se o seguinte quadro: 1 docente (9,1%) com apenas 2 meses de experiência no IFRN, sendo professor substituto; 1 docente efetivo (9,1%) tem 4 anos de experiência no IFRN; 7 docentes efetivos (63,6%) têm experiência no IFRN entre 5 a 9 anos; e, por fim, 2 docentes efetivos (18,2%) têm 10 anos de experiência no IFRN. Percebe-se que a maioria dos professores ainda tem apenas um breve tempo de atuação na instituição.

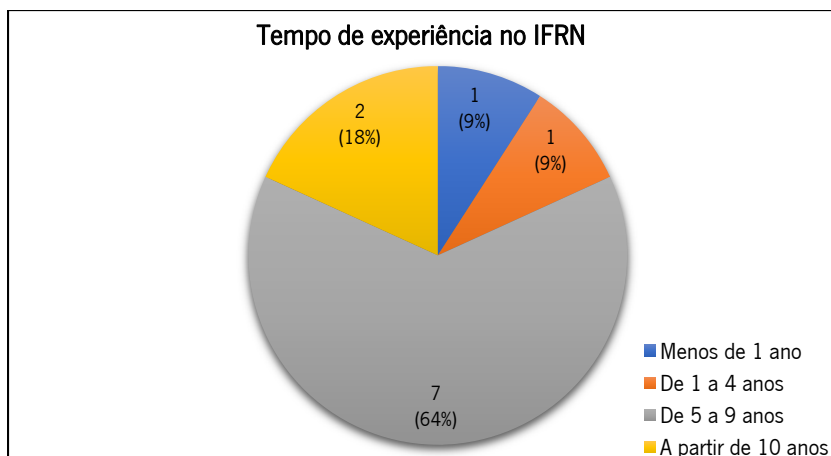


Gráfico 19. Tempo de experiência no IFRN do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte

Ao referir-se à experiência docente na modalidade de educação de jovens e adultos, apenas 1 deles (9%) afirmou ainda não ter experiência com EJA. Dos 4 docentes (36%) que declararam ter até 5 anos de experiência com EJA, um deles tem apenas 2 meses de atuação com a modalidade. 5 docentes (46%) declararam ter de 6 a 9 anos de experiência com EJA e 1 docente afirmou ter 10 anos de atuação com a modalidade, revelando que a maioria dos envolvidos com o PROEJA no *Campus* Zona - Norte do IFRN têm experiência docente com alunos jovens e adultos. É válido destacar que a experiência na EJA de todos que declararam tê-la coincide com a atuação no PROEJA no IFRN. Além disso, todos os participantes do grupo focal declararam não ter formação na área de Educação de Jovens e Adultos.

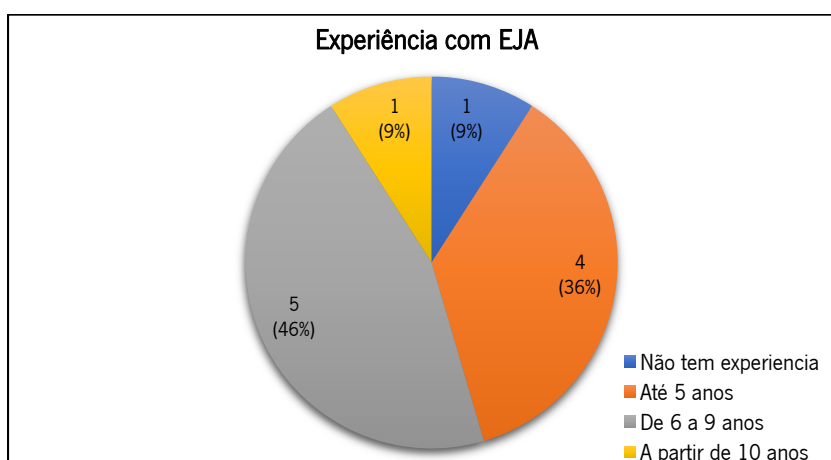


Gráfico 20. Tempo de experiência do corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN com a modalidade EJA

3.6. Questões Éticas da Investigação

Por reconhecer que as técnicas de recolha de dados que uma investigação engloba devem envolver questões éticas que garantam a sua credibilidade, foram elaborados documentos para a solicitação de autorização de estudo à instituição *locus* do estudo através do *Requerimento para realização de investigação*, além do *Termo de Autorização para participação no estudo* em que se garante o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos para participarem do estudo. Além desses documentos, solicitou-se autorização para realização da investigação no âmbito do IFRN e para utilização do nome do instituto no estudo, concedida através da emissão da *Carta de Anuência 23/2019 - RE/IFRN* e da *Declaração 20/2019 - RE/IFRN* (Ver Anexos 1 e 2).

Antes da aplicação do inquérito por questionário, com os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, e da realização do grupo focal com os docentes do curso em questão, obteve-se autorização para realização do estudo investigação no *campus*, a partir do consentimento do Diretor-Geral, a partir da assinatura do *Requerimento para realização de investigação* (Ver Apêndice 1).

Ainda foram garantidos aos participantes do estudo o seu anonimato, além do sigilo de suas respostas e a confidencialidade do inquérito por questionário e participação da sessão do grupo focal, conforme orientam Bogdan e Biklen (1994).

O questionário disponível no *Google Forms* para preenchimento dos alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, no primeiro semestre letivo de 2019, foi introduzido por um texto de apresentação trazendo informações gerais sobre o estudo e seus objetivos, destacando-se a finalidade do referido instrumento de coleta de dados. Além dessas informações, o texto introdutório garantia aos respondentes que sua participação na investigação não lhes traria complicações legais, resguardando-se ainda o sigilo da identidade e a absoluta confidencialidade das informações coletadas. Após a leitura de tais esclarecimentos, através da resposta das duas primeiras questões do questionário, os respondentes concordaram com a participação no estudo e autorizaram a utilização das informações obtidas no questionário apenas em publicações acadêmico-científicas. Apenas após tais confirmações, os respondentes conseguiram prosseguir para as questões referentes ao objeto do estudo.

Em relação ao grupo focal, tais garantias foram confirmadas aos participantes da sessão a partir do *Termo de Autorização para participação no estudo*. A sessão só foi iniciada após a leitura e assinatura do por todos dos participantes (Ver Apêndice 4).

Através desses documentos e ações, estarão assegurados, como aspectos centrais do estudo, o compromisso da investigadora em relação à conduta responsável e ética, à confiabilidade e à prestação de contas ao *locus* da investigação através da apresentação dos seus resultados.

Capítulo IV

Apresentação e interpretação dos resultados

A partir do diálogo entre os autores discutidos no enquadramento teórico, a abordagem metodológica e das técnicas e instrumentos de coleta de dados considerados adequados à problemática da investigação e aos objetivos elencados no estudo, o presente capítulo apresenta a os dados resultantes das respostas dadas aos questionários e às questões discutidas no grupo focal.

Dessa forma, faz-se necessário conhecer o que está proposto no PPC do curso no que se refere à estrutura curricular e às especificidades dos seus estudantes beneficiários. Em seguida, interpretar-se-á o que revelaram os sujeitos da investigação a respeito do referido curso na perspectiva das adequações curriculares necessárias a uma resposta adequada desses alunos de acordo com as suas especificidades e de compreender os desafios curriculares que se colocam ao IFRN e aos docentes implicados.

4.1. O Projeto Pedagógico e a estrutura curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte

O início da oferta do PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN coincide com o início das suas próprias atividades, atendendo ao previsto na legislação de criação do programa e sua oferta no âmbito dos IF.

A partir de 2006, o Curso Técnico em Informática Integrado PROEJA foi o primeiro a ser ofertado no *campus*, com abertura de duas turmas e ingresso de 81 alunos. No ano seguinte, em 2007, iniciaram-se as ofertas dos Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Manutenção em Informática Integrados PROEJA. O alto índice de evasão, reprovação e jubramento marcou essas ofertas, que acabou por não atender aos objetivos do programa de reinserir os jovens e adultos na escola e foram descontinuadas após a oferta única dessas turmas iniciais.

Sob a nomenclatura de Curso Técnico em Operações Comerciais Integrado PROEJA, conforme o primeiro Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)⁵, em vigência na época, o presente Curso

⁵ O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído pela Portaria MEC nº 870/2008, é o instrumento que regulamenta e orienta a oferta dos cursos de educação profissional técnica de nível médio estabelecendo, dentre outras, cargas horárias e infraestrutura mínimas requeridas. Traz a concepção de

Técnico em Comércio Integrado PROEJA teve a sua oferta iniciada no segundo semestre de 2008. Seguiu com esse nome do seu início até o ano de 2011, com matriz curricular cujas disciplinas técnicas e do núcleo profissional se concentravam apenas nos últimos períodos do curso (Ministério da Educação [MEC], 2014).

No ano de 2012 foi aprovado o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, o qual está vigente até o presente ano de 2019, construído seguindo as diretrizes do Documento-base do programa e referentes ao eixo de Gestão e Negócios estabelecidas na 2ª edição CNTC aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 04/2012. O PPC traz a proposta curricular do curso, que ainda observa o que determinam a Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, bem como o que estabelece o Projeto Político- Pedagógico do IFRN em seus princípios e diretrizes.

O Documento-Base do PROEJA orienta que os Projeto Pedagógico do Curso (PPC) se fundamentem nos princípios do currículo integrado, privilegiando a contextualização, a politecnicidade e a interdisciplinaridade. Reconhecendo a modalidade EJA como campo de conhecimento específico, propõe a valorização das especificidades e das experiências vividas pelos alunos beneficiários do programa (Brasil, 2007a).

Nessa perspectiva, o PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, parte de um referencial de educação como prática social e de formação humana integral com objetivo profissionalizante nos quais se fundamenta o próprio instituto. A partir desses princípios, o PPC, além da matriz curricular e dos seus conteúdos formais, traz também os requisitos e formas de acesso, objetivos, indicadores metodológicos e o perfil profissional de conclusão do curso.

O acesso ao Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA está aberto a maiores de 18 anos e portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, ou equivalente. O ingresso pode ocorrer mediante transferência, para período compatível; ou por processo seletivo aberto ao público ou conveniado, para o primeiro período do curso. A fim de democratizar o acesso ao curso, nos

eixos tecnológicos que fundamentam a estrutura curricular e subsidia o planejamento dos cursos e seus perfis profissionais de conclusão a partir do campo de atuação e das normas associadas ao exercício profissional.

O CNCT é atualizado periodicamente para se adequar às novas demandas socioeducacionais. Atualmente está em sua 3ª edição, de acordo com o que dispõe a Resolução CNE/CEB nº 01/2014, e apresenta 227 cursos, agrupados em 13 eixos tecnológicos.

processos seletivos, pelo menos 50% das vagas ofertadas por turma são reservadas a alunos que tenham cursado do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em escola pública.

O processo seletivo acontece por meio da aplicação de 3 provas comuns a todos os cursos e *campi*, abrangendo os conhecimentos comuns aos conteúdos de Ensino Fundamental. São duas provas compostas por 20 questões de múltipla escolha, 10 de Língua Portuguesa e 10 Matemática, respectivamente, e uma terceira, que consiste em uma redação que avalia o candidato quanto ao domínio de conteúdo e habilidade de produção escrita.

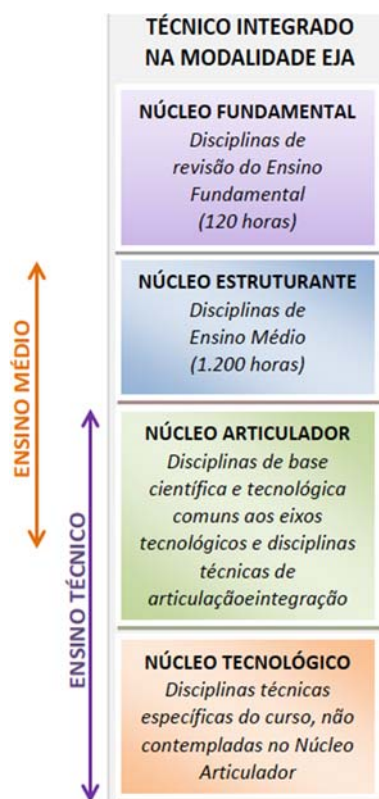
A considerar o curso ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, desde o ano de 2014, há processo seletivo para entradas anuais, no primeiro semestre de cada ano letivo, sempre com 36 vagas oferecidas no turno noturno.

O Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA tem como objetivo geral exposto no PPC a formação de um profissional técnico de nível médio cidadão, apto a articular teoria à prática no desenvolvimento das atividades específicas referentes aos métodos de comercialização de bens e serviços. Por seus objetivos específicos, o PPC define:

propiciar a aquisição de conhecimentos de base científica, técnica e humanista direcionados para área de Gestão e Negócios; proporcionar condições favoráveis para aplicação dos conhecimentos apreendidos em situações teórico-práticas nas atividades Comerciais; e, possibilitar o desenvolvimento de competências demandadas do mundo do trabalho, assim como uma formação técnica-humanista (IFRN, 2011, p. 11).

Na perspectiva legal, com base nos referenciais que estabelecem a organização do eixo tecnológico de Gestão e Negócios do CNCT e em busca de alcançar tais objetivos, a matriz curricular dispõe as disciplinas de forma contextualizada em núcleos politécnicos (IFRN, 2011):

Figura 5. Representação gráfica do desenho e da organização curricular dos cursos técnicos integrados na modalidade EJA (Fonte: IFRN, 2011, p. 15)



Núcleo fundamental: refere-se a conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática do Ensino Fundamental, basilares a um bom desempenho acadêmico;

Núcleo estruturante: refere-se a conhecimentos do Ensino Médio (Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias), na perspectiva de fornecer base científica e cultural basilares para a formação humana integral;

Núcleo articulador: refere-se a conhecimentos do Ensino Médio e da Educação Profissional, relacionados ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios. Na perspectiva da integração curricular e do aprofundamento da base científica, envolve disciplinas técnicas de articulação com o núcleo estruturante e/ou tecnológico e disciplinas âncoras para práticas interdisciplinares; e,

Núcleo tecnológico: refere-se a conhecimentos da formação técnica específicos do eixo tecnológico de Gestão e Negócios, relacionados à atuação profissional e às regulamentações do exercício da

profissão. Envolve disciplinas técnicas complementares de acordo com as especificidades da região de inserção do *campus* e outras não contempladas no núcleo articulador.

Nessa proposta de distribuição por núcleos politécnicos, a partir do perfil profissional de conclusão do curso estabelecido no CNTC para o técnico de nível médio em Comércio, sua matriz curricular ofertada pelo PROEJA contempla, em regime seriado semestral, uma carga horária total de 2.825 horas, sendo 2.355 delas destinadas às disciplinas de bases científica e tecnológica, 70 horas aos seminários curriculares e 400 horas à prática profissional⁶. A partir da integralização de todos esses componentes curriculares, o aluno faz jus ao seu diploma de conclusão do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

Para integralização curricular, a Organização Didática do IFRN, em seu Capítulo V, Art. 30, Parágrafo único, prevê, para os cursos técnicos integrados EJA, que o estudante terá o tempo máximo de duas vezes a duração prevista na matriz curricular. No caso do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, portanto, o aluno terá um mínimo de 4 anos e no máximo 8 anos para a integralização dos componentes curriculares, incluindo a prática profissional (IFRN, 2012a).

A seguir, apresenta-se a referida matriz curricular com as disciplinas distribuídas ao longo dos 8 períodos e seus respectivos núcleos politécnicos.

⁶ “A prática profissional (...) será realizada por meio de Estágio Curricular e desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou projetos de extensão, podendo ser desenvolvidos no próprio IFRN, na comunidade e/ou em locais de trabalho, objetivando a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, e resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador” (IFRN, 2011, p. 17).

Quadro 5. Matriz curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA (Fonte: IFRN, 2011, p. 16)

DISCIPLINAS	Número de aulas semanal por Série / Semestre								Carga-horária total	
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Hora/aula	Hora
Núcleo Fundamental										
Língua Portuguesa	4								80	60
Matemática	4								80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo fundamental	8	0	0	0	0	0	0	0	160	120
Núcleo Estruturante										
Língua Portuguesa e Literatura		4	4	4	2	2			320	240
Inglês						2	2	2	120	90
Espanhol								4	80	60
Arte	2								40	30
Geografia		4	2						120	90
História		2	4						120	90
Matemática		4	4	4	2	2			320	240
Física							4	4	160	120
Química					4	4			160	120
Biologia							4	4	160	120
Subtotal de carga-horária do núcleo estruturante	2	14	14	08	08	10	10	14	1.600	1.200
Núcleo Articulador										
Informática	4								80	60
Filosofia, Ciência e Tecnologia						2			40	30
Sociologia do Trabalho			2						40	30
Qualidade de Vida e Trabalho							2		40	30
Espanhol Instrumental							4		80	60
Empreendedorismo						4			80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo articulador	4	0	2	0	0	6	6	0	360	270
Núcleo Tecnológico										
Fundamentos da Administração	2								40	30
Teoria das Organizações		2							40	30
Gestão de Marketing	4								80	60
Gestão da Qualidade		4							80	60
Gestão de Pessoas			4						80	60
Comportamento Organizacional				4					80	60
Legislação trabalhista, tributária e empresarial				4					80	60
Técnicas de vendas e negociação				4					80	60
Estratégia Empresarial					4				80	60
Gestão de Serviços					4				80	60
Matemática Comercial e Financeira					4				80	60
Gestão Financeira						4			80	60
Logística							4		80	60
Sistema de Informação								4	80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo tecnológico	6	6	4	12	12	4	4	4	1.040	780
Total de carga-horária de disciplinas	20	20	20	20	20	20	19	18	3.140	2.355
PRÁTICA PROFISSIONAL										
Desenvolvimento de Projeto Integrador					60				80	60
Estágio Curricular Supervisionado: Relatório							340		453	340
Total de carga-horária de prática profissional									533	400
SEMINÁRIOS CURRICULARES (obrigatórios)										
Seminário de Integração Acadêmica	10								13	10
Seminário de Iniciação à Pesquisa			15	15					40	30
Seminário de Orientação para a Prática Profissional					15	15			40	30
Total de carga-horária dos Seminários Curriculares	10	0	15	15	15	15	0	0	93	70
TOTAL DE CARGA-HORÁRIA DO CURSO									3.766	2.825

Observação: A hora-aula considerada possui 45 minutos.

O aluno egresso é reconhecido como profissional apto a aplicar métodos de comercialização de bens e serviços, visando a competitividade no mercado e atendendo as diretrizes organizacionais;

a comunicar previsões e demandas aos fornecedores; a efetuar controle quantitativo e qualitativo de produtos e proceder a sua armazenagem no estabelecimento comercial; a operacionalizar planos de *marketing* e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização. Dessa forma, pode atuar como técnico de nível em Comércio em instituições públicas, privadas e do terceiro setor (IFRN, 2011).

Há que se considerar que a oferta do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, a partir desse perfil profissional de conclusão do curso, coaduna-se com o arranjo produtivo local da Zona Norte da cidade de Natal e suas circunvizinhanças. Tendo o comércio como um dos segmentos que mais cresce não apenas na região, mas em todo o Brasil, é possível vislumbrar possibilidades de sucesso com essa oferta que visa a preparação de profissionais qualificados para atender às demandas desse setor da economia. Nos termos do próprio PPC do curso em questão, tem-se que:

o IFRN propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Comércio, na forma integrada, modalidade de Educação de Jovens e Adultos, presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Comércio, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social (IFRN, 2011, p. 10).

É necessário destacar que os PPC do IFRN, nos processos de revisão das suas ofertas educacionais, são passíveis de avaliação periódica e sistemática anual a partir de discussões participativas com a comunidade escolar conduzidas por comissão avaliadora competente. Nesses processos, sugerem-se adequações necessárias em relação ao “perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais” (IFRN, 2011, p. 18). Tais alterações são efetivadas após serem solicitadas e acatadas pelos conselhos competentes do instituto.

Nessa perspectiva de avaliação, far-se-ão ponderações sobre a matriz curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA em comparação com a do mesmo curso ofertado na modalidade regular, considerando-se a carga horário dos núcleos politécnicos, tal qual sintetizado no Quadro 6:

Quadro 6. Comparação da carga horária dos componentes curriculares dos Cursos Técnicos em Comércio Integrado e Integrado PROEJA

Núcleos Politécnicos	Carga Horária do Curso Técnico em Comércio Integrado	Carga Horária do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA
Núcleo Fundamental	0 hora	120 horas
Núcleo Estruturante	2.340 horas	1.200 horas
Núcleo Articulador	240 horas	270 horas
Núcleo Tecnológico	780 horas	780 horas
Prática Profissional	400 horas	400 horas
Seminários Curriculares	70 horas	70 horas
Total	3.830 horas	2.825 horas

Além da carga horária da prática profissional e dos seminários curriculares serem as mesmas nas duas modalidades em que o Curso Técnico em Comércio Integrado é ofertado, os componentes curriculares do Núcleo Tecnológico, referentes às disciplinas da área específica também apresentam, em sua totalidade, a mesma carga horária. Ao compreender que a certificação é a mesma para as duas modalidades, considera-se essa equivalência coerente com o perfil profissional de conclusão do curso previsto no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Percebe-se, porém, que, somando-se as cargas horárias dos núcleos fundamental e estruturante do curso ofertado pelo PROEJA, tem-se aproximadamente metade da carga horária do núcleo estruturante do curso regular. Nota-se que, apesar de legitimada pela legislação que rege o programa, essa redução de carga horária proporciona uma formação básica aligeirada. Tal fato torna-se ainda mais agravado ao se lembrar que o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA é destinado a um público que, antes do ingresso no IFRN, teve uma trajetória escolar desfasada no que se refere à educação básica. Com essa visão, evidencia-se que o currículo foi concebido originalmente justamente para adolescentes que percorreram o caminho da escolaridade de forma regular, tal qual aponta Moura (2008, p. 5):

os estudantes com os quais esses profissionais vinham trabalhando eram adolescentes oriundos, em geral, de uma trajetória contínua de estudos, de acompanhamento familiar e que, dentre outras especificidades educativas e socioeconômicas, ingressaram na Instituição mediante um rigoroso processo seletivo que adota como critério único a dimensão cognitiva. Enquanto isso, os sujeitos da EJA trazem consigo um conjunto de características próprias como descontinuidades de estudos, reprovações, lacunas cognitivas, necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar ou para manter a própria família, dentre outras amplamente conhecida na literatura específica da EJA e que os diferencia fortemente dos demais.

Essa análise permite perceber que, embora a oportunidade educacional de ingresso no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA esteja acessível aos jovens e adultos para a retomada e prosseguimento da formação escolar, essa condição por si só não tem sido suficiente para que esses alunos obtenham êxito. Reforça-se, portanto, a necessidade de adequações curriculares às especificidades dos alunos beneficiários do programa.

4.2. O que dizem os alunos sobre o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN e sua proposta curricular

Para compreender quais as adequações curriculares necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte faz-se necessário conhecer a consciência que os alunos têm sobre a proposta curricular do curso, seu nível de satisfação e o que sugerem como melhorias em relação às suas próprias expectativas e aspirações em relação ao curso. O que revelam a esse respeito está exposto a seguir a partir dos dados recolhidos.

O Gráfico 21 expõe que a quantidade expressiva de 43 alunos (83%) afirma desconhecer o PPC do próprio curso, com apenas 9 dos respondentes (17%) afirmando o inverso. Esses estão distribuídos uniformemente no 1º, 3º e 5º períodos do curso. Chama atenção o fato de que nenhum dos alunos que está cursando o 7º período considera que conhece o PPC do curso, apesar de já estarem próximos de integralizar os componentes curriculares do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA e de terem uma vivência maior no IFRN:

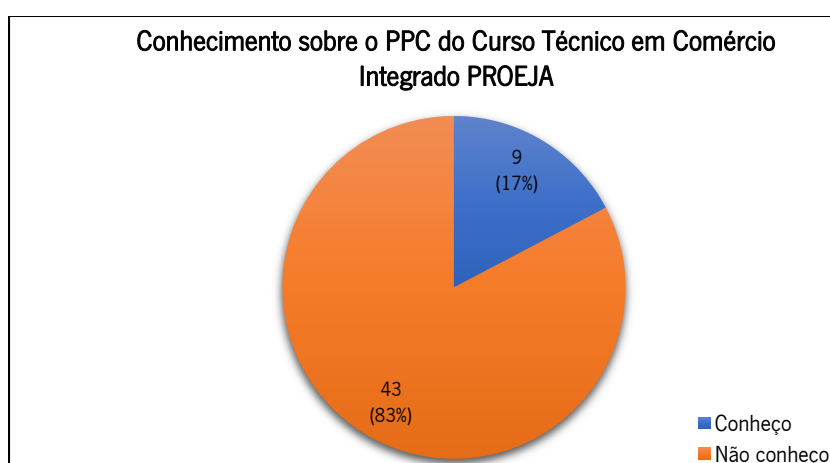


Gráfico 21. Conhecimento dos alunos sobre o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Os 9 alunos (17%) dentre os 52 respondentes que afirmaram conhecer o PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA foram interrogados, em questão aberta, sobre o que conheciam e qual a opinião que tinham sobre esse projeto pedagógico.

Dessas respostas, as que foram dadas pelos alunos do 1º período sequer se referiram ao projeto pedagógico curso, fazendo apenas menção de elogio aos alunos e professores do curso, reproduzidas abaixo. A considerar que ingressaram recentemente na instituição, esse desconhecimento é compreensível a esta altura do curso:

A1.1 – “É bom para os alunos também quanto para os professores”.

A1.2 – “Alunos e professores”.

A1.3 – “Muito bom. É uma oportunidade muito boa”.

Os 3 alunos do 5º período, mesmo já estando cursando a segunda metade do curso, demonstraram conhecimento superficial do PPC em suas respostas, de acordo com o que foi referido:

A5.1 – “Uma grade de disciplina com excelente qualidade e bom desempenho do curso”.

A5.2 – “É muito bom e tenho o que aprender pois o ensino é de qualidade”.

A5.3 – “Conheço a grade curricular e é de muita importância, o que me atrai no curso”.

As 3 respostas que revelaram minimamente um maior nível de consciência ao se reportarem ao PPC foram a dos alunos que estão no 3º período do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. As declarações, conforme transcritas abaixo, relacionam-se à temporalidade do curso, à necessidade de maior ênfase às disciplinas do núcleo tecnológico; e, por fim, a uma observação relativa ao processo de ensino-aprendizagem.

A3.1 – “Deveria diminuir a quantidade de períodos para o aluno poder voltar para o mercado de trabalho mais rápido. Ter um tempo de duração do curso menor”.

A3.2 – “É boa mais deveria focar mais nas matérias técnicas”.

A3.3 – “Deveria ser alterado pois no início é muito agressivo para algumas pessoas que não estão habituadas ao ambiente do IFRN e muitos vêm de uma longa ausência no que se diz respeito aos estudos. Deveriam haver (*sic*) mais (*disciplinas*) introdutórias e menos pesadas”.

De modo geral, as respostas dos alunos expõem o desconhecimento e a falta de apropriação sobre o PPC do próprio curso. Esse quadro revela que esses alunos estão alheios a diálogos e espaços coletivos para discussão e compreensão da proposta curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. A esse respeito, Pacheco (2001a, p. 221) afirma que:

[...] ainda que agora se fale do aluno como um sujeito activo ao desenvolvimento do currículo, o certo é que, olhando para um passado recente, o aluno tem sido um sujeito passivo, subordinado a coordenadas didácticas que fazem dele um recipiente de conteúdo.

Para uma formação crítica e reflexiva desse aluno faz-se necessário que lhe seja oportunizado a apropriação das questões referentes à realidade do seu curso e do IFRN. Só assim sentir-se-á seguro para participar ativamente e com responsabilidade, dos espaços democráticos de discussão, avaliação e elucidação de questões, tanto referentes ao currículo quanto à instituição como um todo. Dessa forma, não estarão e nem sentir-se-ão alheios a questões que interferem de forma direta nessa nova etapa da sua trajetória escolar.

Nessa perspectiva de dar voz aos alunos em relação à sua opinião em relação ao Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, o Gráfico 22 revela suas respostas ao serem questionados sobre o seu nível de satisfação com o curso:

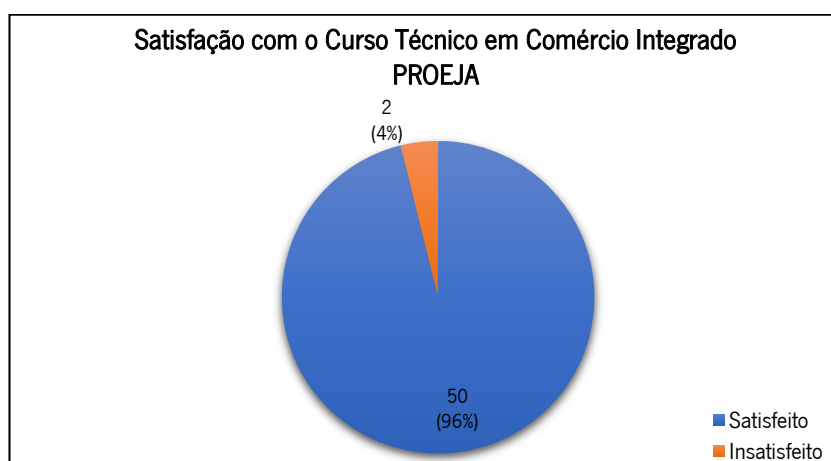


Gráfico 22. Satisfação dos alunos com o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte

Dos 52 respondentes, a expressiva maioria de 50 deles (96%) declara estar satisfeita com o curso. Após responderem a essa questão, os alunos puderam, em pergunta aberta, dar suas sugestões em relação às melhorias que consideram necessárias ao curso. Nessa questão, 1 dos únicos 2 respondentes que alegaram estar insatisfeitos com o curso, declarou não ter nenhuma sugestão a dar, ao afirmar, contraditoriamente, que o curso está ótimo. As sugestões dadas foram classificadas de acordo com o exposto no Gráfico 23.

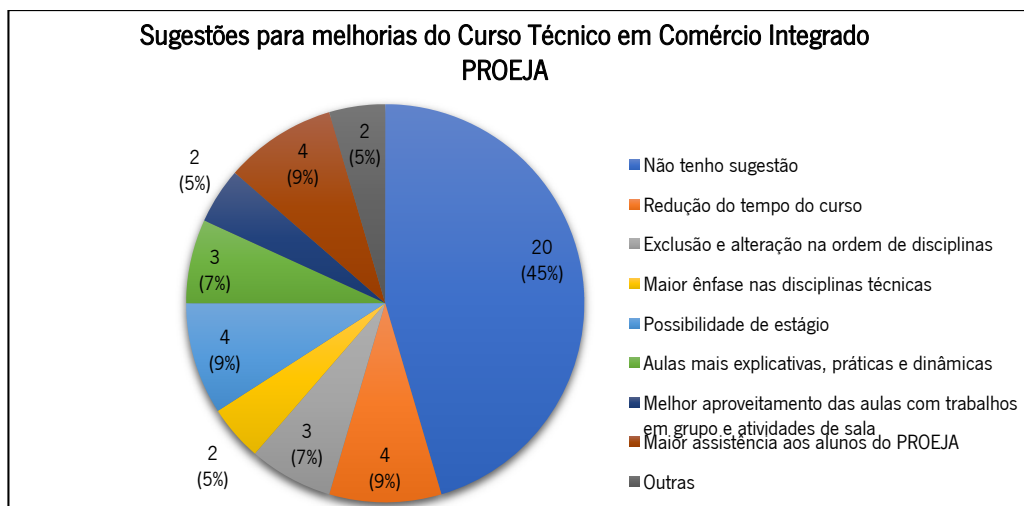


Gráfico 23. Sugestões dos alunos para melhorias no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus Natal - Zona Norte*

Apesar de terem recebido a oportunidade de expressar o que sugerem para o curso, 20 alunos (45%) afirmaram não ter nada a propor, o que revela uma certa inibição em expressar as próprias opiniões. Os demais 32 respondentes (55%) fizeram observações bem diversificadas.

Dentre os 32 respondentes que expressaram suas sugestões, 5 deles (12%) opinaram em relação às disciplinas, somando-se os que propuseram extensão de disciplinas básicas ao longo de todos os períodos do curso e os que sugeriam a exclusão ou a alteração da ordem de algumas disciplinas aos que são favoráveis a uma maior ênfase às disciplinas técnicas.

Outros 5 respondentes (12%) fizeram sugestões referentes a questões mais relacionadas à prática pedagógica, considerando os que propuseram melhor aproveitamento do tempo das aulas com trabalhos em grupo e atividades de sala somados aos que sugeriram aulas mais explicativas, práticas e dinâmicas. Estas observações confirmam o fato de que os alunos jovens e adultos têm mais consciência a respeito das melhores condições para a própria aprendizagem.

Há que se considerar ainda 2 respostas (5%) classificadas como Outras. Em uma delas, um aluno que declarou ter 10 anos de ausência escolar sugeriu uma maior atenção aos alunos que apresentam mais dificuldades em virtude do tempo que passaram afastados da escola.

Já a 2ª dessas respostas também merece destaque por ser a sugestão de um respondente de 19 anos referente à separação das turmas do PROEJA em relação à idade dos alunos, sendo uma turma para os mais velhos e outra para os mais novos. Apesar de ser observada apenas uma proposição nesse sentido, dentre as sugestões dada, ela reforça o que é de conhecimento a partir do

relato de alguns professores a respeito dos mais velhos se sentirem intimidados diante da resistência que os mais novos têm em relação a eles.

4 respondentes (9%) sugeriram a redução do tempo de curso, o que permite considerar que os 4 anos de duração do curso se podem constituir num fator desmotivador em virtude da urgência desses alunos em ingressar no mundo do trabalho, a ponderar ainda o tempo de ausência escolar que alguns já perderam.

Algumas sugestões revelaram que o que se oportuniza e se oferece aos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, em termos de atividades acadêmicas e assistência ao estudante difere do que se oferece aos alunos das demais modalidades ofertadas no IFRN. Pôde-se chegar a essa conclusão ao se observar que 4 alunos (9%) sugeriram maior oferta de oportunidade de estágio e outros 4 respondentes (9%) sugeriram maior assistência aos alunos do PROEJA.

Diante dessa caracterização dos estudantes beneficiários do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, ofertado pelo *Campus Zona - Norte* do IFRN no primeiro semestre letivo de 2019, será possível problematizar, de forma bem mais direcionada, quais as adequações curriculares necessárias para resposta às especificidades desses estudantes.

4.3. O que dizem os professores sobre o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus Natal - Zona Norte* do IFRN e sua proposta curricular

Há que se compreender o que os professores atuantes no Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA no *Campus Natal - Zona Norte* do IFRN consideram a respeito do PPC do curso e os desafios curriculares a uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos beneficiários do programa. A seguir serão interpretadas suas opiniões, reflexões, perspectivas e experiências em relação à temática discutida na sessão do grupo focal.

4.3.1. Especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Os alunos jovens e adultos caracterizam-se por ser um grupo heterogêneo, desde o ponto de vista da faixa etária até às questões culturais e da visão de mundo, a partir das quais constroem os seus conhecimentos.

Essa heterogeneidade, segundo Leite e Pacheco (2010, p. 12), deve-se a uma multiplicidade de fatores:

(...) facto de a sociedade ser diversa e de se constatar que a população que frequenta os espaços escolares tem diferentes capitais culturais, diferentes tipos de inteligência, diferentes expectativas face à educação escolar e diferentes necessidades, ainda que todos devam ter as mesmas oportunidades de se apropriarem dos conhecimentos socialmente reconhecidos e desenvolverem competências essenciais à vida em sociedade.

A considerar as falas dos professores em relação às especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, percebe-se que merecem destaque as que reconhecem essa heterogeneidade referente à idade, ao comprometimento e motivação para os estudos e ao nível de compreensão e aprendizagem, tais quais seguem reproduzidas a seguir.

P4-TNCE – "(...) pessoas que têm pouco tempo que saíram da sala de aula, com uma idade menor, e (...) senhora de 60, 65 anos que saiu da sala de aula há muito tempo".

P3-TNCE – "Turmas heterogêneas, com idades diferentes, com vivências diferentes".

P3 – "(...) diversidade do público, com alunos de 20 e poucos anos até 50, 60 e alguma coisa na mesma turma, o que demanda um desafio didático e metodológico para o professor".

As referidas falas dos professores confirmam o que foi atestado a partir dos dados referentes à faixa etária dos alunos revelados no inquérito por questionário, que as turmas do PROEJA do Curso Técnico em Comércio Integrado do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN são compostas por alunos que vão desde os 18 aos 60 anos. Essa faixa etária bastante extensa na qual os alunos estão compreendidos, conforme Brunel (2004) afirma, modifica o cotidiano escolar para além das questões próprias da prática pedagógica, exigindo também adaptações nas relações que se estabelecem entre esses sujeitos na sala de aula.

Os professores reconhecem ainda que a heterogeneidade em relação à idade dos alunos reflete na sua aprendizagem. A considerar o comprometimento e motivação para estudos, percebem-se vários apontamentos que dão destaque ao maior envolvimento dos alunos mais velhos. Marchand

(2005a), ao se referir aos adultos de meia idade, confirma que nessa fase da vida os alunos se esforçam bastante para aprender, a considerar o próprio contexto de vida em que se encontram no reingresso escolar. Corrobora com o autor o que observam P2-TNCE (2019) ao apontar que "o pessoal mais idoso tem muito mais cuidado e muito mais comprometimento, apesar da falta de tempo, com o aprender" e P3 (2019), ao considerar que "(...) uma pessoa muito mais idosa que está aqui porque quer voltar a estudar, que valoriza o conhecimento em si, o ato de aprender".

Na perspectiva da valorização do conhecimento no retorno à instituição escolar e da urgência em aprender em virtude do tempo que já foi perdido no período de ausência da escola, Costa *et al.* (2013, p. 125) alegam que

Grande parte dos alunos de cursos regulares pensa no conhecimento como algo que irá beneficiá-los no futuro. A maioria dos adultos, não; eles querem aprender de verdade, não para tirar notas boas, e sim para pôr em prática no seu cotidiano, sentem a necessidade de aprender agora, pois são levados pelo sentimento de que já perderam muito tempo.

A saber que é possível ter-se um bom nível de competência cognitiva até uma idade avançada e que a aprendizagem é diretamente proporcional à motivação, reconhece-se o diferencial dos alunos mais velhos em relação ao aprendizado.

Em relação à heterogeneidade, o relato dos professores ainda releva o seu reflexo no nível de compreensão e aprendizagem dos alunos. Mencionaram novamente o comprometimento dos mais velhos com o conhecimento e a aprendizagem, dessa vez, porém, relacionando-o com as suas próprias dificuldades em decorrência da trajetória escolar marcada pelas interrupções e período de ausências.

Os professores reconhecem as dificuldades que esse desnivelamento dos alunos em relação à compreensão e aprendizagem trazem para a sua prática docente. O P1-SNCE (2019) relata que o "comprometimento dos mais velhos reflete em uma desmotivação dos mais novos". Nessa perspectiva, apontam a necessidade de mediar o processo de ensino-aprendizagem de modo a equilibrar o nível turma, tal qual refere o P4-TNCE (2019) ao afirmar que "O nosso grande desafio e uma das grandes dificuldades (...) é equilibrar, é não perder a capacidade e as competências que eu já tenho na turma e puxar o pessoal que tem as dificuldades para tentar nivelar o máximo por cima" (P4-TNCE, 2019).

Para tanto, os professores sugerem o nivelamento a partir de projetos em paralelo às atividades desenvolvidas em sala de aula. Esses projetos se destinariam a sanar dificuldades específicas de alguns alunos em relação à formação de base identificadas pelos professores, como reconhece P3-TNCE (2019) ao referir que "(...) tem uns que precisam mais e outros menos e você

não deve parar a turma toda quando é um caso específico de um". O P2-TNCE (2019) afirma que, no desenvolvimento desses projetos, "(...) pessoas se encaixariam nesse nivelamento que permitisse ou habilitasse a ter um melhor aproveitamento para a disciplina prática".

Pode-se inferir que essa dificuldade identificada pelos professores em relação aos conhecimentos da educação básica reflete a redução da carga horária destinada a essas disciplinas na matriz curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, que, conforme já referido, corresponde à metade do que é ofertado no curso da modalidade regular.

Vale destacar ainda que a mediação docente referente à heterogeneidade dos alunos não deve restringir apenas às questões relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, mas também com a convivência entre os alunos tendo em vista que esse desnivelamento interfere nas suas relações interpessoais.

Os mais jovens intimidam os mais velhos, criando um clima de insegurança para exposição das suas dificuldades de aprendizagem e esclarecimentos de dúvidas. P3-TNCE (2019) exemplificou essa questão ao citar o caso de uma aluna que foi ridicularizada pela turma que "teve uma certa resistência porque ela tinha muitas dúvidas, questionava demais os professores e isso para um aluno mais jovem é atrapalhar a aula porque está impedindo que a aula continue". A esse respeito ainda vale destacar a separação de jovens e mais idosos em turmas distintas sugerida por um dos respondentes do questionário para melhoria para o Curso Técnico em Comércio Integrado do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN.

Apesar da característica da heterogeneidade se tornar mais evidente no contexto do PROEJA, há que se considerar que em nenhuma sala de aula o professor encontra um grupo homogêneo de alunos. Moreira (s/d., p. 7), por sua vez, considera que essa heterogeneidade torna o trabalho docente mais complexo, ao que sugere

considerar como se faz viável despertar o interesse dos alunos/as tão diferentes, atender às especificidades de distintos grupos. (...) Podemos sensibilizar nosso/a aluno/a para o caráter multicultural da nossa sociedade, para a urgência do respeito ao outro, para a percepção e para o questionamento dos fatores que têm provocado e justificados preconceitos e discriminações.

Diante desse quadro, portanto, cabe ao professor auxiliar na adaptação das turmas à heterogeneidade na perspectiva de respeito e valorização dessa diversidade a partir da riqueza que o compartilhamento das vivências proporciona. Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 104) propõe que

Na interação entre esses diferentes sujeitos (...) a riqueza desse processo e das aprendizagens que ele possibilita a uns e outros que precisa ser aproveitada e não combatida como entrave. (...) Quanto maiores as possibilidades abertas pelo currículo

formal para dar conta dessa multiplicidade, mais ele estará inserido no cotidiano da experiência escolar.

Ainda é válido destacar que mesmo diante da diversidade etária, das capacidades, do ritmo e tempos de aprendizagem, os alunos têm os mesmos objetivos em relação à formação e ao crescimento em conhecimento.

A heterogeneidade exige adequações curriculares que reflitam, como sugerem Rocha, Ferreira e Pereira (2013) e Martins (2014), as especificidades dos alunos beneficiários a partir de uma organização que respeite os seus tempos, flexibilize os trajetos formativos e as práticas pedagógicas para que haja uma efetiva inclusão escolar e uma nova experiência exitosa nesse contexto.

A respeito da heterogeneidade própria das turmas de EJA destacada anteriormente, Oliveira (1999, p. 21) considera que

(...) embora frequentemente constituindo dois subgrupos distintos (o de 'jovens' e o de 'adultos'), tal grupo se define como relativamente homogêneo ao agregar membros em condição de 'não-crianças', de excluídos da escola, e de pertinentes a parcelas 'populares' da população (em oposição às classes médias e aos grupos dominantes), pouco escolarizadas e inseridas no mundo do trabalho em ocupações de baixa qualificação profissional e baixa remuneração.

Na perspectiva dessa consideração, o aluno da EJA, de modo geral, normalmente apresenta baixa autoestima como característica significativa, muitas vezes reforçada pelas situações socioeconômicas e de exclusão e fracasso escolar. Diante desse contexto, retornam à escola afim de encontrarem nesse espaço a possibilidade de resgate da sua autoestima e um porto para suas inquietações. Essa garantia lhes é assegurada, conforme Andrade (2009, p. 42), "(...) quando o sistema educacional olha para os jovens com algum respeito, (...) dando-lhes a convicção de que têm algum valor, reconhecendo neles próprios, pelo espelho do olhar do outro, o valor que, antes, parecia-lhes inexistente".

A considerar que a autoimagem do aluno interfere na sua postura diante das novas oportunidades de aprendizagem no retorno escolar, Scheibel (2008) afirma que a afetividade é fator preponderante e explicativo para as relações dos professores com os alunos da EJA no processo de ensino-aprendizagem.

A citar a fala do P3 que confirma a "(...) afetividade que eles (...) informam necessitar para a efetividade da aprendizagem", evidencia-se que os professores reconhecem a afetividade uma característica dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA como uma das suas especificidades que interfere na sua aprendizagem. Essa consciência desperta-lhes um olhar

ressignificado e uma escuta sensível diferenciados e essenciais na prática docente para o estabelecimento de vínculo com os alunos do programa.

A perceber o que os professores declararam, nota-se que reconhecem a importância que recai sobre suas próprias funções docentes o estabelecimento desse vínculo com os alunos a fim de lhes proporcionar um ambiente favorável à aprendizagem pautado no acolhimento e na afetividade. Tal ambiente corrobora com a educação de qualidade defendida por Moreira (2009, p. 3), que “precisa (...) promover experiências voltadas para incrementar a auto-estima de grupos identitários discriminados”, o que se coaduna ao contexto apresentado pelos professores ao se referirem aos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

Nas falas a seguir, os professores identificam a necessidade da atenção e da interação despendidas pelos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA:

P1-TNCE – “(...) eles são alunos muitos carentes, (...), eles precisam sentir a presença do professor para se engajar (...). Você tem que interagir de fato com eles para eles se envolverem e até abrirem a dificuldade que sentem na sala de aula, a se sentirem à vontade”.

P3-TNCE – “Querem que você entenda porque ele está aqui. Muitas vezes ele está aqui para ser ouvido de alguma maneira”.

Nesse sentido, compreendem que seu papel, enquanto docente, não envolve apenas dar aula em uma perspectiva de transmissão de conteúdo e elucidação das dúvidas dos alunos. Eles necessitam que o professor ouça suas histórias, experiências e sentimentos para compreenderem todo o contexto que envolve seu ingresso no PROEJA. A declaração do P1-TNCE (2019) exemplifica o que demandam os alunos ao perceber que “Se você der uma aula convencional, chegar e sair, eles se sentem menosprezados. (...). Você tem que interagir de fato com eles para eles se envolverem e até abrirem a dificuldade que sentem na sala de aula, a se sentirem à vontade”.

Os professores ainda discerniram que é essencial o estabelecimento de vínculo através de relações afetivas com alunos para motivação da aprendizagem e para a adaptação ao instituto, a citar P4-TNCE (2019) ao afirmar que quando “(...) um aluno do EJA não consegue criar uma identidade, se identificar com a instituição, ele sai”.

Ainda nesse aspecto, não se podem encerrar as inferências a respeito da importância da afetividade para uma experiência educativa exitosa no PROEJA sem destacar o seguinte exemplo citado na sessão do grupo focal: “(...) encontrei uma aluna (...) do EJA que mesmo formada ela vem para cá e às vezes assiste aula. Vem conversar, está assistindo aula de alguns conteúdos que ela se

interessa, que ela gosta do professor porque ela não quer perder o vínculo com a instituição" (P3-TNCE, 2019).

Ao analisar as questões referentes à afetividade, percebeu-se a importância de ouvir os alunos. Nessa mesma perspectiva, os professores anuíram sobre a importância de considerar a experiência de vida dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme destacam, os alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA trazem uma bagagem de vida que não pode ser desconsiderada por reconhecerem a quantidade dos saberes que possuem em função de suas diversas vivências. Mesmo cientes que esses saberes não estão sistematizados, os docentes compreendem que cabe partir deles para construção de novos conhecimentos, a concordar com Goodson (1997, p. 241) ao defender que a “aprendizagem diz respeito a viver sem hábitos ou aprendizagens rotineiras, a romper com as prescrições determinadas do currículo, a voltar-se para a definição, apropriação e narrativa contínua de seu próprio currículo”.

No entendimento de que os jovens e adultos reorganizam seus conhecimentos a partir desse repertório que já possuem, os professores também destacaram a experiência dos alunos trazidas dos seus contextos profissionais, de atividades ligadas ao comércio. Nessa perspectiva, Viana (2011, p. 637) refere que, para um conceito de escola em que se aprende, deve-se “procurar proporcionar uma conexão entre a vida e a aprendizagem e a formação e a profissão, com intenção de criar fluxos continuados de aprendizagem entre a escola, os contextos de trabalho e a vida dos cidadãos”.

Deve-se ressaltar, porém, que, conforme revelado pelos dados coletados nos questionários, 34 dos alunos respondentes (65%) declararam não trabalhar. Nesse sentido, é válido observar o que o PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA destaca a respeito da importância dos conhecimentos prévios ligados à experiência de vida dos alunos como um todo, não apenas referente ao mundo do trabalho:

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação (IFRN, 2011, p. 19).

Nessa perspectiva, o PPC do curso já segue o Projeto Político-Pedagógico institucional que orienta os professores a “contextualizar os conhecimentos, valorizando as experiências dos alunos adultos e a (re)construção dos saberes historicamente construídos” (IFRN, 2012b, p.114). O que orientam essas diretrizes institucionais coaduna-se ao pensamento de Freire (1987, p. 58), ao

considerar que os conteúdos previstos no currículo consistem na “devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada”.

Seguindo os documentos institucionais, cabe, pois, ao professor, partir dos conhecimentos construídos da experiência dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, conforme orienta Oliveira (2009, p. 106), “oportunizando (...) a valorização dos saberes tecidos nas suas práticas sociais em articulação com saberes formais que possam ser incorporados a esses *fazeressaberes* cotidianos, potencializando-os técnica e politicamente”.

Essa perspectiva corrobora com a proposta do currículo narrativo de Goodson (2007, p. 250) em substituição ao meramente prescritivo, a partir do sentido e significado dado à aprendizagem informal trazida pelos jovens e adultos em que podem ser apoiados e intensificados novos aprendizados dentro do contexto de vida. Nesse sentido, afirma que

(...) ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem história (...) em termos de histórias de vida dos indivíduos e histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem (...).

A dar prosseguimento às inferências sobre as especificidades dos alunos que interferem no processo de ensino-aprendizagem é importante considerar que os jovens e adultos possuem tanto habilidades quanto dificuldades diversas nas situações de aprendizagem se comparados às crianças, além de serem capazes de refletir, de forma autônoma e consciente, a respeito das próprias estratégias que favorecem sua aprendizagem. Os professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA identificaram, além dos já referidos, tantos outros facilitadores da compreensão de conteúdos por parte dos alunos do curso a partir das observações durante a sua prática pedagógica.

Perceberam que os alunos têm dificuldade com as aulas puramente teóricas e expositivas, conforme destacou P2 (2019) que, com aulas práticas e vivenciais, “ficam mais estimulados a participar”. Tal dificuldade justifica-se pela complexidade que o pensamento abstrato exige. Desse modo, os professores necessitam privilegiar a apresentação de conceitos contextualizados à realidade dos alunos, tal qual pontua Oliveira (2009, p. 101)

(...) se, notadamente na EJA, os conteúdos aparentemente abstratos fossem trabalhados em relação com sua utilidade concreta, a escola poderia ter, na adesão dos alunos à necessidade de aprendizagem deles, um contributo fundamental para a facilitação dos processos pedagógicos. (...) os conteúdos escolares precisam ser compreendidos em seu significado social para que sua aprendizagem seja potencializada.

Nessa perspectiva, os próprios professores conseguem observar a maior facilidade na compreensão de conteúdos de origem científica ao serem aplicados e aproximados à vivência dos alunos através de atividades práticas. Essa aplicabilidade dos conteúdos é favorecida pela própria abrangência da área de Comércio, que facilita a aprendizagem não apenas dos alunos que já atuam no mundo do trabalho. O P3-TNCE (2019) confirma essa questão ao afirmar que quando "Eles (*os alunos*) conseguem fazer a ponte com o que precisa, a relação é mais fácil. (...) Mesmo a dona de casa, a doméstica, precisa ter noção da gestão e por isso a proximidade com o curso".

Além desse relato, ainda se destaca o que refere P5-TNCE (2019)

(...) tem alguns conteúdos que eles têm muito mais proximidade e valorizam muito mais do que o aluno do Integrado. Na minha disciplina de Matemática Financeira, quando falo de juros, é muito mais interessante para eles por ser um assunto mais concreto para eles. Quando eu falo sobre os direitos e obrigações do trabalho ou mesmo trato dos cálculos trabalhistas, eles se empolgam muito mais porque é a vivência deles.

Para ocorrer a aprendizagem, ainda é válido referir que o conhecimento deve fazer sentido aos alunos a partir do entendimento do porquê das atividades e, conforme lembra P3-TNCE (2019), "(...) de entender o contexto daquilo que eles vão estar aprendendo". Tal fato se dá porque os jovens e adultos do PROEJA não aprendem sob pressão em busca apenas de um bom desempenho em uma atividade avaliativa, mas de acordo com a utilidade imediata que o conteúdo aprendido trará para a própria vida, tal como confirma Solé (1996, p. 35):

Para sentir interesse, deve-se saber o que se pretende e sentir que isso preenche alguma necessidade (de saber, de realizar, de informa-se, de aprofundar). Naturalmente, se um aluno não conhece o propósito de uma tarefa e não pode relacionar esse propósito à compreensão daquilo que implica a tarefa e às suas próprias necessidades, muito dificilmente poderá realizar aquilo que o estudo envolve em profundidade.

Nesse mesmo entendimento sobre a utilidade dos conteúdos, em especial no contexto do PROEJA, Beane (2003, p. 97) também reconhece a importância do

conhecimento mais acessível ou mais significativo ao retirá-lo de compartimentos disciplinares separados e ao enquadrá-lo em contextos que supostamente farão mais sentido para os jovens (...) especialmente quando esses contextos se encontram relacionados com as experiências de vida dos jovens.

Sendo assim, para uma resposta adequada dos alunos, a estrutura curricular do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA deve se voltar para esse fim, com os professores levando em consideração as especificidades que refletem na sua aprendizagem e os conhecimentos que lhes são úteis. Nessa perspectiva, há que se considerar o que destaca Moreira (2009, p. 1) em relação à

relevância curricular na perspectiva de uma educação de qualidade coaduna-se com a proposta do PROEJA, quando pontua que devem ser privilegiados

(...) conhecimentos e habilidades que permitem o bom desempenho no mundo imediato e propiciam ir além desse mesmo mundo. Argumenta-se que uma educação de qualidade precisa favorecer ao estudante no acesso aos conhecimentos disponíveis na sociedade bem como centrar-se na cultura, de modo a responder à pluralidade que marca as sociedades contemporâneas, bem como desafiar as relações de poder que têm preservado situações de opressão para distintos indivíduos e grupos (...).

4.3.2. Proposta curricular do PROEJA e Estrutura do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA

Ao serem questionados sobre o que conheciam sobre a proposta curricular e os documentos que regulamentam o PROEJA, os professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA demonstraram um conhecimento superficial sobre a modalidade EJA de forma geral e o próprio programa no qual atuam, confundindo sua fundamentação legal com as características dos alunos beneficiários. A fala do P3-TNCE (2019) sintetiza e justifica essa observação:

Esse silêncio inicial retrata muito o que a colega P2-SNCE começou a colocar (*a respeito da ausência de formação para atuação na EJA*). O que a gente conhece oficialmente do programa foi por curiosidade de ver, mas a documentação do programa em si, eu não tenho contato. Aprendi no dia-a-dia da sala e dos requisitos que precisava para a coordenação, que a gente precisava se aprofundar, mas da documentação do programa em si, da proposta do MEC para cá, eu não tenho conhecimento.

Nesse contexto de conhecimento superficial sobre regulamentação legal da modalidade e, mais especificamente do PROEJA no qual é ofertado o Curso Técnico em Comércio Integrado, P2 (2019) declarou que a proposta do programa é própria do IF. Essa afirmação não se confirma pois os documentos determinam a oferta nas esferas municipais, estaduais e federais com especificidades distintas. A oferta que compete aos Institutos Federais é aquela que se refere à educação profissional integrada à educação básica, tal qual o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus Natal - Zona Norte do IFRN*.

O desconhecimento da regulamentação legal da modalidade e, mais especificamente do PROEJA, revela, conforme a própria observação feita durante a discussão no grupo focal, a necessidade de formação na área. Tal carência formativa ainda será discutida nessa sessão por ter sido referida novamente em outra temática a ser analisada.

No processo de desenvolvimento curricular, Morgado (2003, p. 397) reconhece a capacidade dos professores e importância da sua autonomia na tomada de decisão

tanto no que diz respeito à adaptação do currículo proposto a nível nacional às características e necessidades dos estudantes e às especificidades do meio em que a escola se insere, como no que se refere à definição de linhas de acção e à introdução de temáticas que julguem imprescindíveis para a sua plena formação.

Já no contexto do IFRN, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) institucional, determina que

Nos processos pedagógicos institucionais, respeita-se a autonomia dos docentes quanto à transposição didática dos conhecimentos estabelecidos pela matriz curricular. No entanto, reconhece-se ser necessário tratar, de modo diferenciado, as metodologias de ensino e aprendizagem para estudantes na modalidade EJA (IFRN, 2012b, 113).

Com respaldo da regulamentação institucional, ao serem questionados sobre a proposta inicial do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, vigente no presente ano de 2019, 3 participantes do grupo focal confirmaram ter colaborado diretamente na construção desse projeto pedagógico apesar de essa afirmação ser contundente ao se considerar o desconhecimento assumido pelos docentes sobre a fundamentação legal do PROEJA.

Desde as suas primeiras falas, reconhecem que a proposta curricular do curso desconsiderou as especificidades dos alunos jovens e adultos beneficiários do programa, tal qual refere P3-TNCE (2019), justificando que “como a EJA emite o mesmo certificado de técnico do Integrado, os dois cursos têm que ser iguais”. O que difere entre as matrizes curriculares é a ordem das disciplinas, conforme ainda observa, apenas para “(...) encaixar a carga horária frente ao que tinha no Integrado regular”.

Sacristán (2000) afirma que o currículo se concretiza na prática, a partir da confrontação do que se prescreve com a realidade onde se materializa, de acordo com as condições postas pelo contexto. Nesse entendimento, o currículo real é o que se vivencia na sala de aula com suas devidas adaptações. A fala dos professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA corroboram com o que refere o autor ao afirmarem que as adaptações necessárias às especificidades dos beneficiários do programa foram feitas intuitivamente a medida que as demandas surgiam, passando a ser responsabilidade do professor e não do que prescrevia a proposta curricular. As palavras do P5-TNCE (2019) tornam clara essa realidade quando afirma: "A gente não pensou mesmo nessa possibilidade de fazer a adequação. Foi na prática mesmo, 'apanhando' e fazendo".

Na possibilidade de reflexão sobre uma nova proposta curricular mais adequada aos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA faz-se necessário haver coerência entre o que os

documentos oficiais e institucionais pretendem com o PROEJA e o que se concretiza na prática em sala de aula.

Após as considerações a respeito da proposta inicial do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, os professores reconheceram a necessidade de adequações no projeto para uma resposta adequada aos beneficiários do programa. Referiram mais especificamente a necessidade da redução da temporalidade do curso, sem comprometer o desenvolvimento das competências exigidas para certificação de acordo com o que determina o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Sobre essa necessidade de redução da temporalidade, há que lembrar que, ao serem questionados sobre as sugestões de melhorias para o Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, 4 alunos apontaram essa questão corroborando com o que pontuaram os professores a esse respeito. A fala do P3-TNCE (2019) revela já haver conhecimento dessa demanda dos alunos:

Os alunos apontaram para a temporalidade do curso. Eles têm uma pressa de entrar e sair com o diploma para recuperar o tempo que eles perderam lá atrás. Reproduzindo pensamento de aluno: "Eu tenho uma idade avançada que já me emprega várias outras responsabilidades fora da escola e que muitas vezes eu demorei tanto a voltar para escola porque isso era mais importante até para que eu consiga me manter e eu ainda acho que o tempo que passo aqui é tempo demais. Eu não consigo ver o resultado rápido.

A temporalidade do curso realmente é uma questão que deve ser prioritária no PROEJA, mas não deve restringir-se apenas à redução das disciplinas, dos seus conteúdos previstos na ementa e de suas cargas horárias. Envolve uma ampla discussão a partir de um trabalho integrado, o que exige preparação e formação adequada para a integração curricular. A esse respeito, Malta (2013, p. 342) considera que essa discussão deve envolver “as várias atividades educativas por meio das quais o conteúdo é desenvolvido, bem como os materiais e metodologias utilizadas”.

No que se refere ao contexto da EJA, Oliveira (2009, p. 106) defende que

As formas mais tradicionais de seleção e abordagem dos conteúdos encontrados no Ensino regular devem dar lugar a formas alternativas que possam favorecer a escolarização de trabalhadores anteriormente excluídos deste processo. Nesse sentido, a definição prévia. E coletiva de princípios norteadores do trabalho de seleção e organização dos conteúdos torna-se um instrumento valioso para o trabalho na EJA, na medida em que incorporam essas prioridades.

É nessa perspectiva que os professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA devem trabalhar, a considerar ainda o que referiram em relação às adequações necessárias com foco no desenvolvimento das competências para certificação. Os registros permitem notar que a maioria

das observações feitas pelos professores se referem à redução da carga teórica com ênfase às disciplinas práticas. Moura e Pinheiro (2009) são contrários a esse enfoque, ao que chamam de instrumentalidade da formação, ao priorizarem-se os conteúdos de formação profissional em detrimento daqueles mais relacionados diretamente com a formação científico-cultural dos estudantes. Viana (2011, p. 634) corrobora com os referidos autores ao considerar que a importância da escola deve

(...) organizar-se pela e com democracia, pela e com autonomia, pela e com cidadania (...). Esta transformação a operar-se na organização da Escola poderia projectar uma educação que não se limita à formação técnica, antes permite que todos os aprendentes desenvolvam trabalho intelectual e criativo ao ritmo da possibilidade de apreender e compreender a cidadania democrática.

Nesse sentido, o curso ofertado pelo PROEJA deve ter um significado para além da certificação profissional, na perspectiva de uma formação emancipatória para a vida, que possa trazer dignidade aos alunos e não apenas qualificação para atuação no mundo do trabalho.

É reconhecida pelos professores a necessidade de revisão do tipo e quantidade de disciplinas, desde que, como defende Beane (2003), a abordagem integradora do currículo não lhes traga prejuízo para a integridade acadêmica e, conforme destaca Oliveira (2009, p. 105), não se trate de “(...) reduzir conteúdos para ‘facilitar’, mas para adequar conteúdos a objetivos mais consistentes do que o de mera repetição de supostas verdades universais desvinculadas do mundo da vida”.

A preocupação dos professores em relação à organização das disciplinas revela exatamente o que refere Moreira (2009, p. 3),

uma tensão entre capacitar o aluno a funcionar apropriadamente no cotidiano e subsidiar-lhe o comprometimento com ações que visem a mudanças sociais significativas, tanto em termos individuais quanto coletivos. (...) fazem-se necessários conhecimentos escolares relevantes, selecionados, organizados e distribuídos de forma tal que se façam viáveis sua apreensão e sua crítica (...), desenvolvendo-se o diálogo entre os saberes disciplinares e outros saberes socialmente produzidos.

As adequações curriculares do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, portanto, a seguir a proposta do currículo integrado, devem ser construídas a partir da identidade própria dos alunos beneficiários do programa, sem hierarquização ou fragmentação de conteúdos, evitando-se concessões que comprometam a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a formação.

Nessa perspectiva e prezando-se pelo cumprimento do que determina o PPC do curso em relação aos objetivos e ao perfil profissional do concluinte, deve-se garantir a integração dos conteúdos da formação científico-cultural com os conteúdos de formação profissional, para, como pontua Ramos

(2008, p. 11), “(...) uma formação profissional que possibilite aos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estruture sua inserção na vida produtiva dignamente”.

A considerar a opção pelo currículo integrado proposta pelo PROEJA e adotada no IFRN, há que se reconhecer que os desafios que se apresentam às adequações curriculares às especificidades dos beneficiários do programa necessitam ser compartilhados por todos os envolvidos nos processos formativos no âmbito desse programa no IFRN. A construção curricular, com seus conceitos e valores, deve ser amplamente discutida na perspectiva do diálogo, da flexibilidade e da negociação na tomada de decisões.

No contexto da revisão do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, os professores participantes do grupo focal se consideram fundamentais nesse processo. Pela experiência com o programa, desde a construção da proposta inicial do PPC, como já referido, que coincide com começo da oferta no atual formato, no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, o grupo considera-se apto a essa discussão.

Conforme P3-TNCE (2019) pontua, o processo de revisão, porém, não depende e nem se restringe a esse grupo, citando a necessidade do envolvimento dos professores da área propedêutica, ao ponderar sobre o currículo integrado. Acrescenta ainda a importância de ouvir o Colegiado do Curso⁷, que, juntamente com o NCE em questão, se reúne regularmente para tratar essas questões.

A esse respeito, Mouraz (1998, p. 12) refere que o modo como os professores compreendem o que é, o que constitui e como se estrutura o currículo determina se serão seus construtores ou executores. Para assumirem a função de construtores é necessário conscientizarem-se de que

(...) não é empresa fácil: a um tempo porque remete constantemente para a pré-ocupação de perguntar sempre: que competências estou a providenciar que os alunos adquiram as experiências de aprendizagem proporcionadas? Por outro lado, porque exige a criatividade e o desafio de produzir novas ligações entre o saber das disciplinas e a realidade, que se metamorfoseia aos olhos dos alunos.

Nesse sentido, há que se reconhecer a necessidade de formação adequada dos professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, tal qual referiram desde o início da discussão, para desempenho dessa função como construtores de fato.

⁷Os Colegiados de Curso Técnico são os órgãos deliberativos constituído pelo coordenador de curso, como presidente; todos os professores em exercício no curso ou que tenham atuado nos 2 últimos semestres letivos; 2 representantes dos alunos de cada turma do curso; e 1 representante da ETEP. Referente às atribuições relacionadas ao PPC, são responsáveis por acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento do PPC; propor aperfeiçoamento e participar da sua (re)elaboração; e articular a participação dos professores sua na implementação, respeitadas as diretrizes gerais do Projeto Político-Pedagógico da Instituição; e articular a integração entre as diversas disciplinas ofertadas.

Ao citar e reforçar a importância do envolvimento dos atores já citados, acrescentam a necessidade das colaborações da equipe técnico-pedagógica do *campus* no processo de avaliação do PPC. Além da ETEP, consideram indispensável ouvir os alunos para que tragam "(...) suas vivências, experiências, dificuldades (...)" (P4-TNCE, 2019).

Compreende-se, a partir do desconhecimento dos alunos sobre o PPC do curso revelado nos questionários, a importância de lhes oportunizar espaços para discussão tendo em vista desenvolver a compreensão e consciência do seu papel de protagonismo na construção do currículo do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. A esse respeito, Brito (2012, p. 153) aponta que quando se promove a participação efetiva do aluno no planejamento curricular, amplia-se "sua compreensão sobre o que está sendo ensinado, motivando-o a enfrentar os desafios que lhe são postos, com maior participação e segurança".

Para esse processo de revisão curricular ocorrer dentro do contexto da educação democrática, Beane (2003, p. 98) afirma que é crucial a participação dos próprios jovens e adultos na planificação do currículo tendo em vista compreender como "(...) poderiam enquadrar as questões e as preocupações que são utilizadas para organizar o currículo, assim como as experiências que acreditam poderem vir a ajudá-los na aprendizagem". A considerar que 43 alunos (83%) do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA afirmaram desconhecer o projeto pedagógico do curso, pode-se questionar, portanto, como poderiam contribuir nesse processo de revisão e planificação curricular.

Ainda a considerar a educação como um ato socialmente comprometido, os professores reconhecem a necessidade de comunicação e interação com a comunidade externa no processo de revisão do PPC do curso como revela P2 (2019) ao afirmar que "(...) um outro grupo que a gente deveria ouvir, que a gente não ouve (...) é a própria comunidade". Corroboram, portanto, com o que pontua Viana (2013, p. 122) sobre a escola como facilitadora de uma participação ativa na cidadania, considerando a importância da crescente e significativa participação e comunicação com a comunidade, "com base na construção conjunta e partilhada de projetos comuns e coerentes".

Essa consideração dos professores é relevante e coaduna-se ainda com Leite e Pacheco (2010, p. 15) ao defenderem que "(...) a escola tem de aprofundar dinâmicas em que se assuma como uma instituição que, juntamente com as outras instituições da comunidade, se co-responsabiliza pela tarefa de formar e educar crianças, jovens e adultos dessa comunidade". Nessa perspectiva de diálogo na tomada de decisões no processo de revisão do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, ouvir a comunidade de todo o entorno do território social é fundamental.

4.3.3. Desafios para adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Em relação aos desafios que são postos para discussão e implementação das adequações necessárias ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, os professores fizeram referência ao próprio contexto institucional, além de questões propriamente curriculares.

Referente à estrutura institucional, destacam como fator desfavorável o tempo escasso para dedicação à discussão e à própria implementação das adequações curriculares que identificam necessárias aos alunos beneficiários do PROEJA. Como determinante para a falta de tempo e espaço para tais discussões citado por todos os que responderam à questão foi o fato de os professores das disciplinas do Núcleo Tecnológico de Gestão e Negócios lecionarem em todos os cursos e modalidades ofertadas pelo *campus*, envolvendo os mais diversos componentes curriculares. Além da carga horária em sala de aula, os professores ainda dedicam horários a reuniões ordinárias e atividades de pesquisa e extensão junto aos alunos.

Dessa forma, reconhece que a falta de tempo para dedicação ao PROEJA impossibilita um trabalho mais adequado às especificidades dos alunos do programa. P1-TNCE (2019), a exemplo dessa inquietação, refere: "(...) para a gente fazer um trabalho até mais personalizado para uma modalidade como essa é muito difícil. (...) A gente faz muita coisa diferente e não consegue focar nos pontos centrais de cada modalidade para saber o que tem que ser priorizado e o que não tem que ser priorizado".

Nas palavras de P3-TNCE (2019), reconhecem que o PROEJA exige uma dedicação vai além da sala de aula. Solicitam, para tanto uma providência institucional no sentido de viabilizar a estrutura necessária para que se possam colocar em prática as adequações pois, como relata, "se dedicar a um currículo desse acarreta muito mais do que a simples carga horária de sala de aula, envolve mais coisas. (...) muitas vezes a gente tem várias ideias, mas a gente se vê limitado a ofertar porque a gente não tem mais carga horária". Essa observação reflete o que revela Alves e Flores (2010, p. 8 *apud* Viana, 2013, pp. 120-121), que afirmam que

Na escola, pelo excesso de missões que lhe são atribuídas, na sua maioria sem definição clara das prioridades e de estratégias para a sua implementação, o trabalho dos professores tem aumentado exponencialmente. (...) Se é verdade que as organizações escolares têm e devem de prestar contas pelos resultados escolares, não é menos verdade que os professores precisam de espaço, de tempo e de formação para pôr a aprendizagem dos alunos no centro de suas preocupações, para aumentar os seus conhecimentos, para

promover o seu desenvolvimento profissional e para alcançar os melhores resultados escolares dos alunos.

Ainda no que se refere a outra dificuldade encontrada no âmbito institucional para as adequações ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte, foi apontada por alguns professores a falta de diálogo entre as áreas de ensino envolvidas no curso.

Na própria perspectiva do currículo integrado, conforme já referido, o diálogo entre as disciplinas e conteúdos é imprescindível e infere-se que não há como fiar-se nessa integração se os professores relatam não haver comunicação entre eles.

Sobre o aspecto da avaliação e da revisão da proposta curricular, há que se considerar ainda Mouraz (1998, p. 12), que aponta que, para “fazer articulação (...) dos currículos supõe exactamente essa apropriação do (...) olhar das outras disciplinas, num gesto de entrecruzar saberes”.

O próprio PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA coaduna-se com a perspectiva de integração tendo o diálogo como elemento fundante para a o trabalho coletivo e participativo, ao destacar que

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica e da base tecnológica específica é imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, (...) os professores têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planeamento antecipado e acompanhamento sistemático (IFRN, 2011, p. 19).

A partir dessa fundamentação, compreende-se que a gestão do *Campus* Natal - Zona Norte preza pelo cumprimento do que prevê o PPC em relação aos horários de reuniões para garantia da integração dos professores de todos os componentes curriculares do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. A partir de um planeamento e avaliação do currículo participativo abrangendo, além dos docentes, os demais profissionais envolvidos na oferta do programa, cumprir-se-á o compromisso de assegurar a aprendizagem dos alunos no processo formativo em busca da formação profissional qualificada partindo-se das suas especificidades.

Conforme se observa na fala dos professores, eles reconhecem a necessidade de planeamento coletivo e estão dispostos a assumirem tal compromisso, mas afirmam que a conjuntura do IFRN não contribui para essa integração, a despeito inclusive do que está prescrito nos normativos institucionais, o que corrobora com o que problematiza Beane (2003, p. 109) ao questionar “Por que

razão uma abordagem do gênero na integração curricular manifestamente direcionada para tais objetivos, tem um espaço tão limitado de operacionalização?”.

Ainda se referindo à estrutura do IFRN no sentido de contribuir com as adequações curriculares necessárias ao Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte, os professores destacaram a necessidade de formação na área da modalidade EJA no contexto do PROEJA como iniciativa institucional.

Os participantes do grupo focal assumiram terem aprendido na prática docente diária a lidar com o aluno do PROEJA. Como já referido, a experiência na EJA de todos coincide com a atuação no PROEJA no IFRN, a considerar ainda que declararam não ter formação na área de Educação de Jovens e Adultos. A partir desse quadro, percebe-se que, apesar de afirmarem que constituem um grupo cuja participação no processo de avaliação e revisão do PPC é de suma importância, reconhecem que carência de formação compromete o desempenho dessa função.

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, considera, a esse respeito, que

(...) o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer (Parecer n. 11, 2000, p. 56).

Em relação a essa determinação sobre a formação na área da modalidade EJA, Silva (2016, p. 49) alerta que o curso de Pedagogia é a única licenciatura que destina carga horária para essa modalidade. Ainda assim, uma carga horária mínima, cuja média é de aproximadamente 60h/aula. Pontua-se ainda que as políticas específicas para a formação docente para atuação em EJA deveria acompanhar as políticas públicas voltadas à modalidade, dentre elas, o PROEJA.

No contexto do IFRN, tal qual sugerem os professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte, já houve, através da SETEC, uma iniciativa institucional voltada a essa formação através da oferta. Em 2006, ano da implantação do programa, iniciou-se a oferta de um curso de especialização *lato sensu* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Andrade (2016), p. 74) afirma que tal que o curso foi criado

a partir de apontamentos no Documento Base do Programa para essa finalidade na intenção de suprir tal necessidade. Essas especializações a princípio foram destinadas aos servidores dos CEFET e do Estado, porém, a maioria das vagas no âmbito do CEFET foram preenchidas por técnicos administrativos, pois muitos dos professores que atuavam no

PROEJA já possuíam pós-graduação em outras áreas em nível de especialização, mestrado e alguns até de doutorado.

A considerar que a oferta foi descontinuada, nenhum dos docentes do grupo participou dessa formação, uma vez que, conforme já caracterizados, os 2 docentes efetivos com 10 anos de experiência no IFRN não eram servidores do instituto na época da oferta da especialização.

Esse contexto exemplifica com fidelidade o que problematiza Viana (2013, p. 109) ao constatar que a apenas a promulgação de leis com vistas à mudança do quadro educacional, tal qual propõe o PROEJA, não são suficientes. Dessa forma, afirma que tais alterações estabelecidas legalmente "(...) implicam novos papéis para os professores, exigindo formação contínua com sentido nos contextos de trabalho, trabalho colaborativo dentro da escola ou com outros parceiros, novos quadros de gestão do currículo (...)".

Para construção de um currículo que traga respostas às urgências dos alunos do PROEJA a partir de práticas educativas coerentes e adequadas às suas especificidades, conforme afirmam Rocha, Ferreira e Pereira (2013), são necessárias investigações no campo curricular. Nessa perspectiva, é válido ainda considerar o que refere Gualberto (2015) ao alegar que ausência de formação do corpo docente fragiliza o programa tendo em vista que, dessa forma, tais profissionais atuam de maneira improvisada e intuitiva nessa nova modalidade de ensino. Os próprios professores do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte confirmam essa atuação que se adequa na prática diária à medida que surgem as demandas.

Nesse contexto, a fala desses professores relevam o anseio do grupo por direcionamento para atender a contento aos interesses dos alunos e evitar mais uma experiência de fracasso na sua trajetória escolar, tal qual P2-TNCE (2019) afirma necessitar para

Analisar de uma forma mais técnica as próprias fragilidades que tem no documento (PPC) para que pudesse ter uma discussão com a gente até para a gente externar o que está tendo de dificuldade como está fazendo aqui com esse olhar mais diferenciado, por alguém que já vivencia a EJA, que tem uma formação em EJA.

A declaração em que P1-SNCE diz "(...) fico me questionando sobre a competência da gente em fazer isso, o preparo, que eu não me sinto preparado para ter esse tipo de prática", exprime com clareza as inquietações, angústias e limitações reconhecidas pelo grupo de professores. Dessa forma, reconhecem a necessidade que pontua Viana (2013, p. 115), da "(...) reflexão em torno da prática; tal como as que respeitam ao trabalho colaborativo e participado na elaboração de novas estratégias/propostas de ensino, com a intenção de alcançar objetivos e permitir refletir sobre os

processos desenvolvidos e as alterações a que estiverem sujeitos”. O que pontuam, porém, é a dificuldade de colocar tais questões em prática tendo em vista os desafios destacados no que se refere ao próprio contexto institucional.

Há que se reconhecer, portanto, a necessidade de conhecimentos aprofundados sobre a modalidade EJA e dos seus sujeitos, em particular o PROEJA no contexto dessa investigação, a saber que a falta de formação traz dificuldades e inseguranças no desempenho da atividade docente. É fato, diante desse quadro, que o IFRN, e não apenas o *Campus* Natal - Zona Norte, precisar dar uma resposta a esses professores a fim de atender a essa demanda formativa para um atendimento adequado às especificidades dos seus alunos beneficiários do programa.

Na perspectiva da estrutura curricular, a discussão sobre os desafios encontrados para as adequações ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA aos alunos beneficiários do programa, os professores trouxeram à tona mais uma vez observações referentes à certificação recebida pelos alunos após a conclusão do curso através das seguintes declarações:

P3-TNCE – “A gente não pode ser irresponsável de dar um diploma igual para as duas modalidades quando alunos estão em níveis de competência diferentes. Mas dentro das competências que permitem a gente atestar que ele é um técnico, ambos podem receber o diploma”.

P1-SNCE – “Outra discussão que já tenho desde lá de PF (*referindo-se ao Campus Pau dos Ferros do IFRN*) é a gente ofertar cursos distintos e entregar o mesmo diploma. Entendo que não é algo fácil, uma discussão fácil para se ter”.

Conforme observado, os professores já se referiram à certificação quando discutiram as adequações necessárias a partir do desenvolvimento das competências necessárias a ela. Nesse tópico, relacionado à estrutura curricular, apresentam insegurança ao certificar como técnicos em Comércio tanto os alunos da modalidade regular quanto os da oferta pelo PROEJA. Alegando que as competências dos alunos serão diferentes, percebe-se que não se sentem à vontade com o fato de os alunos receberem o mesmo diploma de conclusão de curso.

Há que se confirmar que as competências são as mesmas, pois a carga horária referente ao núcleo tecnológico, que envolve as disciplinas da área técnica de Comércio, é a mesma, de 780 horas nas duas modalidades de ensino. A formação deficitária do PROEJA é referente às disciplinas do núcleo estruturante, concernente aos conhecimentos do Ensino Médio, cuja carga horária é de aproximadamente metade da carga horária destinada a esses componentes na modalidade regular.

Sob esse aspecto da carga horária do núcleo estruturante, Souza e Moura (2013, p. 233) pontuam que

(...) é necessário que, para o PROEJA, a instituição garanta a qualidade da formação, ou seja, é necessário buscar metodologias, tempos e espaços distintos para garantir que, ao final, as formações sejam equivalentes (integrado regular e EJA) pois, se não for assim, a formação do aluno do curso integrado EJA estará aquém da formação do aluno do curso integrado regular, portanto, o diploma não poderia ser o mesmo.

Nessa perspectiva, é necessário que compreendam que a certificação equivalente para as duas modalidades é legítima sob a óptica dos componentes curriculares do núcleo tecnológico e estão de acordo com o perfil profissional de conclusão do curso previsto no PPC e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. A atenção deve voltar-se para a formação básica, que fornece o fundamento científico e cultural para a formação humana integral, diferencial da proposta do PROEJA.

Para concluir a ampla discussão aviltada no grupo focal, a partir da qual foi possível fazer inferência sobre todas as temáticas e categorias, não se pode deixar de destacar o quanto os professores se sentem recompensados por lecionarem nas turmas do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA.

Para Freire (1996, p. 23) “não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”. Trazendo-se essa afirmação para o contexto da EJA, Arroyo (2005, p. 39) considera que a modalidade “é um campo especialmente instigante para o exercício do pensar e do fazer docentes, para a revitalização do ofício de mestres (...) porque à EJA chegam interrogações mais radicais ainda do que chegam à educação infantil e fundamental”. P1-TNCE (2019) confirma as afirmações desses autores com o seguinte relato:

(...) para mim, uma coisa que pesou muito é que uma das grandes vantagens de você está no EJA é que quando você pensa nessa estrutura curricular que você precisa adaptar a didática, a forma de cobrança de atividades do aluno lhe dá um *know how* para você trabalhar inclusive nas outras modalidades. O EJA, para mim, é um nível em que a dificuldade é maior, mas o nível de aprendizado que você tem como professor é muito maior em relação aos outros, porque é mais desafiador e você passa por uma série de dificuldades que eu brinco que se você consegue dar aula no EJA o resto vai ser tranquilo. Se você consegue ter essa prática de adaptar metodologias e uma série de coisas de acordo com as exigências do curso e aí você consegue replicar isso fazendo as adaptações para as outras modalidades também.

Apesar de todas as dificuldades e desafios próprios da realidade da EJA, conforme pontuaram com o conhecimento que a prática docente lhes permite, reconhecem, apreciam e sentem-se responsáveis por honrar o esforço e a motivação dos alunos em retornarem à escola, tal qual atesta P2 (2019) ao confirmar que

O desafio é grande, agora pensar em desistir, não. Quando chega a formatura, quando chega o dia de formatura, quando chega num dia de colação de grau que a gente vê eles entrando, a alegria que eles sentem, passa tudo. Vale tudo! Vale tudo porque ali é a festa que eles têm e talvez é a única festa que alguns deles venham a ter como sendo uma colação de grau, vestir uma beca, colocar um capelo. E aí a gente vê que valeu a pena.

A partir do relato de P4-TNCE (2019), é possível compreender que a educação de jovens e adultos só faz sentido mediante as possibilidades de transformação real das condições de vida do aluno, ao concluir sua fala afirmando que "É extremamente gratificante para a minha trajetória ter sido professor de alguns alunos que posso até citar nominalmente, mas seria injusto com outros. (...) São pessoas que a gente olha para trás e vale a pena escutar os alunos: "*Professor, o senhor mudou a minha vida*". Dessa forma, observa-se, na prática, o que propõe Goodson (2007, p. 251) a respeito de um currículo verdadeiramente para o empoderamento, comprometido "com as missões, paixões e propósitos que as pessoas articulam em suas vidas" na perspectiva de "transformar nossas instituições educacionais e fazê-las cumprir sua antiga promessa de ajudar a mudar o futuro social de seus alunos.

Considerações Finais

O objetivo da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no contexto do PROEJA é proporcionar uma formação para exercício da cidadania e inclusão no mundo de trabalho na perspectiva emancipatória, democrática e de justiça social, superando o modelo de educação compensatória, reducionista e precarizada, de mera instrumentalização mecânica. Pelas particularidades da modalidade e do programa ao ofertar educação básica integrada à educação profissional, o próprio documento que institui o PROEJA reconhece a complexidade da sua proposta, o que envolve desafios políticos e didático-pedagógicos para sua materialização e sucesso.

No que se refere ao ineditismo do currículo do programa, há que considerá-lo um campo fértil de investigações tendo em vista as adequações que requer referentes à ressignificação da prática didático-pedagógica em consonância com a modalidade EJA integrada à educação profissional e com as especificidades dos seus alunos beneficiários.

Para atendimento a esses beneficiários, público que não é originalmente o alvo dos Institutos Federais, percebem-se que são muitas as dificuldades a serem superadas, incluindo a divisão dos espaços, do corpo técnico e de docentes, além das adequações curriculares, a considerar o exemplo do IFRN, em que o currículo do PROEJA é idêntico ao utilizado na modalidade regular.

Com o presente estudo, buscou-se ampliar a reflexão a respeito do PROEJA no IFRN em relação aos desafios curriculares para uma resposta aos beneficiários do programa no contexto do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte que se colocam à instituição e os docentes implicados. A análise dos documentos oficiais e institucionais referentes ao programa e o do referencial teórico aliada à interpretação dos dados coletados a partir do inquérito por questionário e da sessão do grupo focal trouxe subsídios para compreensão das opiniões, reflexões e perspectivas dos sujeitos participantes do estudo a respeito da temática.

Apresentam-se, a seguir, os principais resultados, as limitações e as potencialidades do estudo sem, porém, oferecer respostas definitivas a esse respeito e com expectativas de continuidade da investigação.

As respostas dos questionários permitiram saber que as turmas do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte caracterizam-se por serem compostas, em sua maioria, por alunos do sexo feminino, entre a faixa etária de 18 a 35 anos, solteiros e sem filhos, estudantes sem outra ocupação profissional que, quando contribuem com a renda familiar, é com menos de 1 salário mínimo. Em relação às características referentes ao histórico

escolar, a maioria dos alunos, mesmo tendo iniciado a educação formal ainda na primeira infância, concluiu o Ensino Fundamental apenas nos últimos 8 anos. Apesar de serem alunos do PROEJA, concluíram o Ensino Fundamental ou estavam cursando o Ensino Médio na modalidade regular de ensino antes de ingressarem no IFRN, tendo afirmado, em sua maioria, não ter tido período de ausência escolar ou ter no máximo entre 1 e 5 anos distante da escola.

Pontuaram ter recebido incentivo de familiares ou amigos que já estudam no IFRN para retomar os estudos pelo PROEJA e terem se sentido motivados a ingressar no instituto pela qualidade do ensino ofertado em busca por crescimento em conhecimento, pela conclusão do Ensino Médio integrado à educação profissional e qualificação para melhoria salarial. Como motivação para ingresso Curso Técnico em Comércio Integrado ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte destacaram a própria área abrangência do curso, pelo interesse em atuar ou por já atuarem no comércio, pela busca pelo conhecimento na área e/ou por se identificarem com a área do curso ofertado. Diante desse realce à questão profissional como uma das principais motivações para ingresso tanto no IFRN quanto no curso, é possível reconhecer a importância da oferta de uma educação de qualidade que possibilite a inserção desses alunos no mundo do trabalho ou melhoria de sua condição nesse espaço profissional.

No que se refere ao que conhecem e opinam sobre o projeto pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA, os alunos revelaram desconhecimento e falta de apropriação sobre o documento que traz a sua proposta curricular, seus conteúdos formais e o perfil profissional de conclusão. Esse quadro aponta para a ausência de espaços coletivos para discussão, avaliação e elucidação de questões referentes à realidade do IFRN e ao currículo do curso, contribuindo para os tornar alheios às demandas que interferem de forma direta nessa nova etapa da sua trajetória escolar.

Os alunos declararam, em sua maioria, estarem satisfeitos com o próprio curso, mas ainda fizeram algumas sugestões que confirmaram ter mais consciência a respeito das melhores condições para a própria aprendizagem ao solicitarem aulas mais explicativas, práticas e dinâmicas com uma maior ênfase nas disciplinas técnicas. Ainda diante da redução do tempo de curso sugerida por alguns alunos, é possível inferir que os 4 anos de duração do curso se podem constituir num fator desmotivador em virtude da urgência desses alunos em ingressar no mundo do trabalho, como já pontuado, a ponderar ainda o tempo de ausência escolar que alguns já perderam.

Diante dessa caracterização dos estudantes beneficiários do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN é possível problematizar, de

forma bem mais direcionada, quais as adequações curriculares necessárias para resposta às especificidades desses estudantes numa perspectiva de formação integral e emancipatória.

Consideraram-se as declarações dos participantes da sessão do grupo focal, fazendo-se as devidas inferências a partir do que destacaram a respeito das especificidades dos alunos do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado pelo *Campus* Natal - Zona Norte; a proposta curricular do programa de modo geral e, mais especificamente, a estrutura do PPC do curso em questão; e os desafios para as adequações necessárias a esse projeto pedagógico.

Ao sublinharem a heterogeneidade dos alunos, os docentes se referiram à abrangência da faixa etária em que os alunos estão distribuídos e a forma como essa diversidade se reflete no comprometimento, na motivação para os estudos, na compreensão e na aprendizagem. Afirmaram ainda perceber na vivência em sala de aula que os estudantes beneficiários do programa prezam pelo estabelecimento de uma relação afetiva com os professores para além da mera transmissão de conteúdos e conhecimentos. É válido evidenciar também que consideram importante valorizar o estabelecimento de uma relação afetiva com os alunos e a experiência de vida deles nos contextos de aprendizagem para facilitar a aprendizagem e a compreensão dos conteúdos.

A ponderar sobre os documentos legais que regulamentam o PROEJA, apesar de alguns terem participado da elaboração da proposta inicial do PPC do Curso Técnico em Comércio ofertado pelo programa, os docentes assentiram que conhecem apenas superficialmente tanto a modalidade EJA e quanto o próprio programa no qual atuam, reconhecendo necessidade de formação na área tendo em vista que a experiência docente com a EJA coincide a atuação no PROEJA.

Ao tratarem especificamente sobre o que precisa ser adequado no projeto pedagógico do curso, destacaram, tal qual os alunos, a necessidade da redução da temporalidade para integralização dos componentes curriculares. Nessa perspectiva, revelaram bastante preocupação com essa diminuição da duração do curso para que não se comprometa o desenvolvimento das competências necessárias para certificação dos alunos beneficiários do PROEJA como técnico em Comércio. Para discussão desta e de outras questões que precisam ser debatidas no processo de revisão do PPC do curso, consideraram-se importantes pela vivência que têm com a docência no PROEJA mas reconheceram a necessidade de envolver toda a comunidade escolar, além de membros da comunidade externa que tragam suas próprias demandas.

Nesse contexto, revelaram ainda quais são os desafios postos para a discussão e implementação dessas adequações elencadas no que se referem à estrutura disponibilizada pelo próprio IFRN. Destacaram, unanimemente, a indisponibilidade de tempo para dedicação às demandas

do PROEJA tendo em vista que a atuação docente em todas as modalidades e níveis de ensino ofertados pelo *Campus* Natal - Zona Norte. Além de relatarem a falta de espaços e horários para diálogo entre os docentes de todas as áreas que atuam no programa, solicitaram uma ação institucional para oferta de formação na área da educação de jovens e adultos tendo em vista que o que relatam saber sobre a modalidade e o próprio PROEJA veio de forma intuitiva a partir da própria prática docente com os alunos beneficiários.

A partir do que foi discutido pelos professores, há que se destacar o envolvimento e compromisso que têm com o Curso Técnico em Comércio ofertado pelo PROEJA *Campus* Natal - Zona Norte ao reconhecerem as especificidades próprias do programa e seus beneficiários em busca de atender aos alunos de forma adequada.

Reconhece-se que os aspectos pontuados têm relevância para a compreensão da complexa proposta do PROEJA no contexto do IFRN a partir da realidade do Curso Técnico em Comércio ofertado pelo programa no *Campus* Natal - Zona Norte e os desafios às adequações curriculares que se colocam à instituição e aos docentes implicados. Evidencia-se ainda que o estudo suscitou reflexões importantes a esse respeito, mas não se encerra nas discussões supracitadas, a considerar as limitações encontradas na investigação.

Uma delas refere-se ao tempo limitado para a realização da investigação que não possibilitou considerar todos os professores do Curso Técnico em Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte como sujeitos do estudo. Dessa forma, a discussão a respeito da temática refletiu apenas a perspectiva dos docentes do Núcleo Tecnológico de Gestão e Negócio do referido *campus*, participantes da sessão do grupo focal, não sendo contempladas as opiniões e reflexões dos demais dos professores.

A considerar ainda que os alunos revelaram, conforme já referido, desconhecimento e falta de apropriação sobre o projeto pedagógico do curso, a problematização das formas de adequação curricular do que está proposto no PPC sob a própria óptica deles e suas especificidades como beneficiários do PROEJA ficou comprometida. Diante desse quadro, não foi possível analisar e fazer inferências sobre essa questão de forma detalhada e mais aprofundada.

Por fim, a respeito da singularidade do PROEJA no que se refere à sua estrutura curricular e às especificidades dos alunos beneficiários, considera-se que o estudo contribuiu para compreensão dos desafios que se colocam às instituições para efetivação da oferta do programa e para as adequações curriculares aos seus alunos beneficiários a partir do relato dos docentes do Curso Técnico em Comércio PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN. A partir dos resultados da

investigação, percebe-se a utilidade do estudo e sugere-se, no âmbito institucional, a disponibilidade de tempo e espaço para discussões sobre o programa em busca da ressignificação da prática didático-pedagógica e de adequações curriculares práticas e efetivas embasadas nas necessidades apontadas pelos sujeitos do estudo e envolvendo-os nesse processo de discussão.

Dessa forma, tem-se a finalidade de atender às especificidades dos beneficiários do PROEJA para uma resposta adequada desses alunos na perspectiva da sua permanência e êxito nessa nova trajetória escolar, respeitando sua identidade e lhes garantindo formação integral, emancipação cultural e inclusão qualificada no mundo do trabalho como técnicos em Comércio.

Nesse sentido, partindo-se do contexto da oferta do PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, visa-se a consolidação do programa como uma política pública permanente no campo da Educação Profissional e Tecnológica a partir da excelência histórica da educação ofertada pelos institutos federais.

Referências Bibliográficas

- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Revista Referência*, 4, 53-63.
- Andrade, E. R. (2009). Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In I. B. Oliveira & J. Paiva, *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP.
- Andrade, M. A. F. J. (2016). *O currículo do Curso de Comércio – PROEJA do IFRN/Campus Natal Zona Norte: Identificando avanços, analisando dificuldades*. (Dissertação de mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Anuário Natal*. (2016). Natal: SEMURB.
- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e currículo* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Arroyo, M. (2005). Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In L. J. G. Soares, M. A. Giovanetti & N. L. Gomes, *Diálogos na educação de jovens e adultos* (pp. 19-50). Belo Horizonte: Autêntica.
- Azevedo, M. A. & Tavares, A. M. B. N. (2015). Educação de jovens e adultos e educação profissional no Brasil: caminhos e descaminhos no contexto da diversidade. *Holos*, 4(31), 107-118.
- Barbour, R.S. & Kitzinger, J. (1999). *Developing focus group research*. London: Sage.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Basegio, L. de J. & Borges, M. de C. (2013). *Educação de jovens e adultos: reflexões sobre as novas práticas pedagógicas*. Curitiba: Intersaberes.
- Beane, J. A. (2003). Integração curricular: a essência de uma escola democrática. *Currículo sem fronteiras*, 3(2), 91-110.
- Beyer, L. & Liston, D. (1996). *Curriculum in conflict: Social visions, educational agendas, and progressive school reform*. New York: Teachers College Press.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (2007a). *Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA*. Documento-Base. Brasília: Ministério da Educação.
- Brasil. (2007b). *Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: educação profissional técnica de nível médio*. Brasília: MEC/SETEC.

Brito, J. B. (2012). *Alfabetização de crianças e jovens: superando os desafios da inclusão escolar*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Brunel, C. (2004). *Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação.

Cavalcanti, R. de A. (1999). *Andragogia: A aprendizagem nos adultos*. João Pessoa: Centro de Ciências da Saúde da UFPB.

Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. (7ª ed.). São Paulo: Cortez.

Chotguis, J. (1999). *Andragogia: Arte e ciência na aprendizagem do adulto*. João Pessoa: Centro de Ciências da Saúde da UFPB.

Ciavatta, M. (2005). A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In G. Frigotto, M. Ciavatta & M. N. Ramos, *Ensino médio integrado: concepção e contradições* (p. 83-105), São Paulo: Cortez.

Costa, C. G. G. da C., Sousa, E. K. V. de, Brilhante, J. F., Medeiros, J. G. & Silva, L. A. P. da (2013). Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas na modalidade EJA: uma experiência de sucesso no *Campus IFRN/SC*. In S. R. P. de Mendonça, C. M. P. de Souza & R. de C. Rocha (Orgs.), *O PROEJA no IFRN. Refletindo sobre o fazer pedagógico*. Natal: IFRN Editora.

Cunha, C. M. da. (1999). Introdução – discutindo conceitos básicos. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília: SEED-MEC.

Davini, M. C. (1999). Currículo integrado. In: J. P. Santana & J. L. Castro, *Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde*. Natal: EDUFRRN.

Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004 (2004). Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF.

Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005 (2005). Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF.

Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006 (2006). Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e dá outras providências. Brasília, DF.

Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. (1909). Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. (1942). Lei orgânica do ensino industrial.

Delgado, S. F., Medeiros, I. de B., Costa, I. J. X. da, Diniz, M. R. M., Mousinho, R. S. da S. & Mendonça, S. R. P. (2013). Amostragem do perfil sociocultural dos alunos do PROEJA. In S. R. P. de Mendonça, C. M. P. de Souza & R. de C. Rocha (Orgs.), *O PROEJA no IFRN: Refletindo sobre o fazer pedagógico*. Natal: IFRN Editora.

Di Pierro, M. C., Joia, O. & Ribeiro, V. M. (2001). Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos CEDES*, 21(55), 58-77. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>

Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In: J. A. de Lima & J. A. Pacheco (Orgs.). *Fazer investigação: Contributos para elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.

Estrela, M. T. (2011). Complexidade da epistemologia do currículo. In C. Leite, J. A. Pacheco, A. F. Moreira & A. Mouraz (Orgs.), *Políticas, fundamentos e práticas do currículo* (pp. 29-36). Porto: Porto Editora.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia* (30ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Gaspar, M. I. & Roldão, M. C. (2007). *Desenvolvimento curricular*. Lisboa: Universidade Aberta.

Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro.

Gomes, M. E. S. & Barbosa, E. F. (1999). A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. *Revista Educativa*, 1(7).

Goodson, I. (1997). *Currículo: Teoria e história*. Petrópolis: Vozes.

Goodson, I. (2007). Currículo, narrativa e o futuro social. *Revista Brasileira de Educação*, 12(35), 241-252.

Gualberto, J. J. da S. (2015). A educação de jovens e adultos como resgate à essência da cidadania. *Anais do V Encontro de Iniciação à Docência da UEPB*.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte. (2011). *Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em Comércio na forma integrada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, presencial*. Natal, IFRN.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte. (2012a). *Organização didática do IFRN*. Natal, IFRN.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte. (2012b). *Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva*. Natal, IFRN.

Instituto Federal do Rio Grande do Norte. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026*. Natal, IFRN.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). Sinopses estatísticas da educação básica. Brasília: MEC.

Jaehn, L. & Ferreira, M. S. (2012). Perspectivas para uma História do Currículo: as contribuições de Ivor Goodson e Thomas Popkewitz. *Revista Currículo sem Fronteiras*, 12(3), 256-272.

Knowles, M. (1990). *The adult learner: A neglected species* (4th ed.). Houston: Gulf Publishing.

Kuenzer, A. Z. (2000). O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educ. Soc.*, Campinas-SP, 21(70).

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2003). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos* (4^a ed.). São Paulo: Atlas.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.

Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. (1937). Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. (1959). Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (1971). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. (2006). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF.

Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008 (2008a). Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF.

Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (2008b). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF.

Leite, C. & Pacheco, J. A. (2010). *Para uma clarificação de conceitos que atravessam "A Prestação do Serviço Educativo", do processo de avaliação externa de escolas*. Lisboa: Inspeção-Geral da Educação.

Leny, A. B. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>

Lessa, S. & Tonet, I. (2008). *Introdução à filosofia de Marx* (1ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.

Libâneo, J. C., Oliveira, J. F. de & Toschi, M. S. (2003). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.

Machado, L. (2010). Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: Moll, J. (Orgs.), *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades* (pp. 80-95). Porto Alegre: Artmed.

Malta, S. C. L. (2013). Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. *Revista Espaço do Currículo*, 6(2), 340-354.

Marchand, H. D. (2005a). *A idade da sabedoria*. Coimbra: Quarteto.

Marchand, H. D. (2005b). O pensamento formal e cognição do adulto. *Psicologia do adulto e do idoso*. Coimbra: Quarteto.

Martins, F. I. B. B. (2014). *Revelações e contradições entre concepção e gestão do currículo em um curso técnico no IFRN, na modalidade de educação de jovens e adultos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital* (2ª ed.). São Paulo: Boitempo.

Minayo, M. C. de S. (1998). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (5ª ed.). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

Ministério da Educação. (2007) *PROEJA, de agosto de 2007* (2007). Institui o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF.

Ministério da Educação. (2014). *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* (2ª ed.). Brasília, MEC.

Moll, J. (2010). PROEJA e democratização da educação básica. In: J. Moll (Orgs.), *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. (pp. 131-138). Porto Alegre: Artmed.

Moreira, A. F. B. (s/d.). *Identidade e currículo*. [S.l.].

Moreira, A. F. B. (2009). Qualidade na educação e no currículo: tensões e desafios. *Educação on-Line* (PUCRJ), 4, 1-14.

Moreira, A. F. B. & Candau, V. M. (2008). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes.

Moreira, A. F. B. & Silva, T. T. da (org.). (2002). Currículo, cultura e sociedade. (6ª ed.). São Paulo: Cortez.

Morgado, J. C. (2012). *O estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso: DE FACTO Editores.

Morgado, J. C. (2003). Projecto curricular e autonomia da escola: possibilidades e constrangimentos. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 10(8), 335-244.

Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research: Qualitative research methods series*. California: Sage Publications.

Moura, D. H. (2006). EJA: A formação técnica integrada ao ensino médio. *Boletim Salto para o Futuro*, (16), 3-23.

Moura, D. H. (2008). *A implantação do PROEJA no CEFET-RN: Avanços e retrocessos*. Natal: Mimeo.

Moura, D. H. & Henrique, A. L. S. (2007). História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. In A. C. R. Silva & M. G. Baracho (Orgs.), *Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar* (pp. 17-33). Natal: Editora do CEFET-RN.

Moura, D. H. & Pinheiro, R. A. (2009) Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. *Em Aberto*, 22, 91-108.

Mouraz, A. M. (1998). Currículos flexíveis, diferenciados, articulados horizontal e verticalmente. *Millenium*, 1-12.

Noro, M. M. C. (2011). *Gestão de processos pedagógicos no PROEJA: Razão de acesso e permanência* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Nóvoa, A. (2002). Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa.

Oliveira, E. C. & Scopel, E. G. (2016). Uma década do PROEJA: sua gênese, balanço e perspectivas. *Holos*, 6, 120-144.

Oliveira, I. B. (2009). Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: Oliveira, I. B. de. & Paiva, J., *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP et Aliii.

Oliveira, M. K. (1999). Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, 12, 59-73.

Oliveira, M. M. (2012). *Como fazer pesquisa qualitativa*. (4ª. ed.). Petrópolis: Vozes.

Pacheco, J. A. (2001a). *Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação*. Porto: Porto Editora.

Pacheco, J. A. (2001b). Teoria curricular crítica: os dilemas e (contradição) dos educadores críticos. *Revista Portuguesa de Educação*, 14(1), 49-71.

Pacheco, J. A. B. (2006). Um olhar global sobre o processo de investigação. In *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses* (p. 13-28), Porto: Porto Editora.

Paiva, V. (2003). *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. (6ª. ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Parecer n. 11, de 2000. (2000). Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC.

Pasetto, S. A. de O. (2008). *Relação entre a evasão na EJA e o ensino da matemática*. São Paulo: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

Pinheiro, R. A. (2011). *Saberes na proposição curricular: formação de educadores de jovens e adultos*. Natal: EDUFRN.

Pizzol, S. J. S. (2004). Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, 451-468.

Porcaro, R. C. (2011). Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho docente. *EccoS Revista Científica*, (25). Consultado em 07 out. 2019 em, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=715/71521708003>

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, M. (2008). *Concepção do Ensino Médio Integrado*. Consultado em 10 abr., 2016.

Relatório de Gestão 2018 Campus Natal - Zona Norte. (2018). Natal. Consultado em 07 out. 2019, em <http://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/arquivos/relatorio-2018/>

Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. (2012). Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, MEC.

Rocha, R. de C., F., Ferreira, G. F. & Pereira, E. S. M. (2013). O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): desafios na construção do currículo integrado. In S. R. P. de Mendonça, C. M. P. de Souza & R. de C. Rocha (Orgs.). *O PROEJA no IFRN: refletindo sobre o fazer pedagógico*. Natal: IFRN Editora.

Roldão, M. do C. (1999). *Gestão Curricular: fundamentos e práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Sacristán, J. G. (2000). *O Currículo: uma reflexão sobre a prática* (3ª. ed.). Porto Alegre: Artmed.

Santomé, J. T. (1998). *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Saviani, D. O. (2003). Choque teórico da politécnica. *Educação, trabalho e saúde*, Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 1(1), 131-152.

Scheibel, F. (2008). *Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (2006). *Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC.

Sena, F. C. (2017). PROEJA: Implantação, trajetória histórica e desafios dessa política pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. *Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas de Educação Superior*.

Silva, A. C. B. (2015). *Cidadania, formação social brasileira e a relação com a Educação de Jovens e Adultos: o caso do PROEJA* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Silva, C. Ma. M e. (2016). *A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e os desafios para a formação dos professores: contributo para reflexão a partir dos documentos oficiais*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Silva, S. L. (2013). Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos: as percepções dos professores do ensino médio em debate. In J. M. C. T. Santos, F. das C. S. Souza & E. M. N. Diógenes (Orgs.), *Ensino Médio: história, mobilização, perspectivas* (pp. 39-52). Natal: IFRN.

Silva, T. V. (2014). *Formação docente e conhecimento profissional: desafios para o ensino da Matemática da EJA* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Silva, T. T. (2007). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Soares, L. (2003). Formação do educador de jovens e adultos. In: *Aprendendo com a diferença*. Belo Horizonte: Autêntica.

Solé, I. (1996). Disponibilidade para a aprendizagem e sentido da aprendizagem. In Coll, C., Martín, E. & Mauri, T. *O construtivismo na sala de aula*. (6ª ed.) São Paulo: Ática.

Souza, M. F. & Moura, D. H. (2013). A gestão do currículo no PROEJA do IFRN – Campus Natal - Zona Norte: análise e perspectivas na visão dos docentes. In A. L. S. Henrique, D. H. Moura & M. G. Baracho (Orgs.), *Teoria e Prática no PROEJA: vozes que se completam* (pp. 221-248). Natal: Editora do CEFET-RN.

Stake, R. E. (2007). *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sydow, B. (2012). *Currículo integrado do PROEJA* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Vala, J. (2001). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128) (11ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Veiga, L., & Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, 7(1), 1-15. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762001000100001>.

Viana, I. C. (2011). Formação e educação: um projecto criativo de interface com a emancipação profissional. *Revista Educação Skepsis*, 2(2), 630-660. Consultado em <http://academiaskepsis.org/revistaEducacao.html>.

Viana, I. C. (2013). Desafios do século XXI às políticas curriculares e a formação de professores em Portugal. In M. R. N. S. Oliveira & J. A. Pacheco (Orgs.). *Currículo, didática e formação de professores* (1ª ed.). Campinas: Papirus.

Anexos e Apêndices

Anexo 1. Carta de Anuência para realização da pesquisa



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300

Carta de Anuência 23/2019 - RE/IFRN

25 de outubro de 2019

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Wyllys Abel Farkatt Tabosa, Matrícula Siape nº 1110378, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, localizado no endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol - Natal/RN, CEP: 59015-300, venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada **"O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do Campus Natal-Zona Norte"**, no âmbito deste Instituto Federal, submetida pela aluna LUCIANA KARINE DE SOUZA SENA, sob a orientação do Prof. Dra. Isabel Maria Torre Carvalho Viana, vinculada ao Programa de Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação do Instituto de Educação da Universidade do Minho/Portugal. Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento das determinações éticas propostas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde - CNS e suas complementares. O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Documento assinado eletronicamente por:

• Wyllys Abel Farkatt Tabosa, REITOR - CD1 - RE, em 25/10/2019 10:21:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 155518

Código de Autenticação: 8f251d577e



Anexo 2. Declaração para utilização do nome do IFRN no estudo



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

DECLARAÇÃO 20/2019 - RE/IFRN

Declaro, para os devidos fins, que estou de acordo com a utilização do nome do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, por mim representado legalmente, nos termos do Decreto Presidencial de 15 de abril de 2016 (Diário Oficial da União Ano LVII Nº-73), na pesquisa intitulada "**O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do Campus Natal-Zona Norte**", submetida pela aluna LUCIANA KARINE DE SOUZA SENA, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Isabel Maria Torre Carvalho Viana, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, da Universidade do Minho- UMINHO - Braga/Portugal.

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Reitor

(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

• **Wyllys Abel Farkatt Tabosa, REITOR - CD1 - RE**, em 25/10/2019 13:44:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/10/2019. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 155782

Código de Autenticação: dafl10c478



Apêndice 1. Requerimento para realização de investigação



Requerimento para realização de investigação (original assinado)

Exmo. Senhor
Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa
Diretor-Geral do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Eu, Luciana Karine de Souza Sena, Matrícula SIAPE nº 1674208, ocupante do cargo de Pedagoga, pertencente ao Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, lotada no *Campus* Natal - Zona Norte em cooperação técnica na Pró-Reitoria de Ensino, aluna do Mestrado em Ciências da Educação, na Área de Especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação, na Universidade do Minho, em Braga/Portugal, estou desenvolvendo um trabalho de investigação intitulado “O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte”, sob orientação da Professora Doutora Isabel Maria Torre Carvalho Viana.

Este estudo objetiva investigar a necessidade de adequação da proposta curricular do Curso de Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte para resposta adequada aos estudantes beneficiários. Para isso, pretendo realizar questionários para caracterização de alunos e corpo docente do Curso Técnico Integrado de Nível Médio em Comércio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN das turmas em curso no primeiro semestre letivo de 2019 e grupo focal com os membros do Núcleo Central Estruturante (NCE) do Curso Técnico em Comércio.

A minha participação enquanto investigadora nos diferentes contextos do estudo pautar-se-á pelos princípios da confidencialidade das informações recolhidas, bem como irei preservar o anonimato dos sujeitos da investigação. Os dados recolhidos e os resultados do trabalho estarão à disposição dos participantes, sempre que estes os solicitarem. Do mesmo modo, pretendo oferecer à instituição um *feedback* dos resultados obtidos ao término da investigação.

Para isto, solicito autorização para desenvolver a investigação supracitada nas dependências do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN. Agradeço desde já a atenção dispensada.

Respeitosamente,

Natal (RN), 20 de maio de 2019.

LUCIANA KARINE DE SOUZA SENA
Investigadora

AUTORIZO: _____

VALDEMBERG MAGNO DO NASCIMENTO PESSOA
Diretor-Geral do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

Apêndice 2. Convite para participação no estudo



Convite para participação no estudo

(enviado via e-mail em 24 de maio de 2019)

A investigação intitulada “O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte” objetiva investigar a necessidade de adequação da proposta curricular do Curso de Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte para resposta adequada aos estudantes beneficiários e está sendo desenvolvido por mim, Luciana Karine de Souza Sena, Matrícula SIAPE nº 1674208, ocupante do cargo de Pedagoga, pertencente ao Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, lotada no *Campus* Natal - Zona Norte em cooperação técnica na Pró-Reitoria de Ensino, aluna do Mestrado em Ciências da Educação, na Área de Especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação, na Universidade do Minho, em Braga/Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Maria Torre Carvalho Viana.

Gostaria de contar com a sua colaboração no estudo, como membro titular de Núcleo Central Estruturante (NCE) do Curso Técnico em Comércio, através da participação em reunião que ocorrerá no dia 29 de maio de 2019 às 16h30 no Laboratório de Gestão do *Campus* Natal - Zona Norte. Nessa ocasião será utilizada a técnica de grupo focal a partir de um roteiro organizado em perguntas referentes ao PROEJA e ao Projeto Pedagógico do Curso de Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte.

LUCIANA KARINE DE SOUZA SENA
Investigadora

Apêndice 3. Termo de Autorização para participação no estudo



Termo de Autorização para participação no estudo

(originais preenchidos e assinados)

A investigação intitulada “O PROEJA no IFRN: desafios curriculares para uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte” objetiva investigar a necessidade de adequação da proposta curricular do Curso de Comércio ofertado pelo PROEJA no *Campus* Natal - Zona Norte para resposta adequada aos estudantes beneficiários e está sendo desenvolvido por mim, Luciana Karine de Souza Sena, Matrícula SIAPE nº 1674208, ocupante do cargo de Pedagoga, pertencente ao Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, lotada no *Campus* Natal - Zona Norte em cooperação técnica na Pró-Reitoria de Ensino, aluna do Mestrado em Ciências da Educação, na Área de Especialização em Desenvolvimento Curricular e Avaliação, na Universidade do Minho, em Braga/Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Maria Torre Carvalho Viana.

A participação será através da realização da técnica de grupo focal realizado no *Campus* Natal - Zona Norte e o mesmo será gravado em som e imagem para posterior transcrição e interpretação dos resultados. A participação nessa investigação não traz complicações legais e os dados coletados serão guardados com absoluta confidencialidade e não serão disponibilizados para outros fins que não sejam publicações acadêmico-científicas. A privacidade dos participantes do estudo será preservada, de modo terão suas identidades resguardadas. Caso a investigadora necessite utilizar, em publicações acadêmico-científicas, alguma resposta direta do entrevistado, a referência no texto ocorrer é mediante sua codificação. Gostaria de contar com a sua colaboração pelo que peço autorização para a sua participação no estudo. Em qualquer momento poderá desistir da sua participação, caso seja essa a sua vontade.

Eu, _____, membro do Núcleo Central Estruturante do Curso Técnico em Comércio do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN, ACEITO participar da investigação intitulada “O PROEJA no IFRN: desafios curriculares a uma resposta adequada aos estudantes jovens e adultos do Curso de Comércio do *Campus* Natal-Zona Norte”, por meio da participação em grupo focal realizados sob a moderação da investigadora Luciana Karine de Souza Sena, aluna do Mestrado em Ciências da Educação, especialidade Desenvolvimento Curricular e Avaliação, da Universidade do Minho/Portugal, bem como AUTORIZO a utilização dos dados coletados para uso exclusivo da própria investigação e da sua divulgação.

Natal (RN), _____ de _____ de 2019.

ENTREVISTADO / CPF

LUCIANA KARINE DE SOUZA SENA
Investigadora

Apêndice 4. Guião do Grupo Focal



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Guião do Grupo Focal

Caracterização do Grupo Focal – Corpo docente do Núcleo Tecnológico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

PROEJA

1. Você conhece a proposta curricular do PROEJA? Se sim, qual sua compreensão sobre a concepção curricular do programa?
2. O que você destaca como as principais especificidades dos alunos jovens adultos beneficiários do PROEJA?

PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

3. Você conhece o que está proposto no PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA ofertado no *Campus* Natal - Zona Norte no que se refere a sua estrutura curricular?
4. Em que medida você considera que o que está proposto no PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA tem se efetivado na prática?

Adequações curriculares ao PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA do *Campus* Natal - Zona Norte do IFRN

5. Na sua opinião, em quais aspectos como a proposta curricular do PROEJA atende às especificidades dos estudantes beneficiários do programa? E em quais aspectos se afasta das especificidades desses estudantes?
6. Em que medida você considera possível que a matriz curricular do curso envolva as especificidades dos estudantes beneficiários do programa?
7. Quem deve estar envolvido na construção de propostas de adequação curricular no PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA? Qual seria o seu papel nesse processo? Você se considera apto para isso?
8. Em quais grupos de discussão as propostas de adequação curricular devem ser tratadas? Esses grupos estão em atividade? Com que frequência se reúnem para tais discussões?
9. Quais os principais desafios que você pontua para adequação curricular do PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA para atender às especificidades dos estudantes beneficiários do programa?

OUTRAS QUESTÕES

10. Gostaria de acrescentar algo importante sobre o assunto que ainda não foi abordado?